

# PRODUTO 14

## Relatório de Propostas Detalhadas



# Câmara Metropolitana

## GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Luiz Fernando Pezão | *Governador*  
Francisco Dornelles | *Vice Governador*

## SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Afonso Henriques Monnerat Alves da Cruz |  
Secretário  
Vicente de Paula Loureiro | *Diretor Executivo da*  
*Câmara Metropolitana de Integração Governamental*

## COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA

Paulo César Costa | *Diretor Executivo Adjunto da*  
*Câmara Metropolitana de Integração Governamental*  
Luiz Firmino Martins Pereira | *Superintendente de*  
*Planejamento*  
Gerard Andres Fischgold | *Superintendente de*  
*Projetos*  
Afonso Junqueira Accorsi | *Coordenador de*  
*Planejamento*

## EQUIPE TÉCNICA – GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA

Ana Paula Sant'Anna Masiero | *Engenheira Civil*  
Paulo Aguiar | *Arquiteto e Urbanista*

Bruno Jorge Vaz Sasson | *Engenheiro Civil*  
Carmem Lúcia Petrágliã | *Engenheira Civil*  
Christiane Lemos Ammon | *Arquiteta e Urbanista*  
Edison Rodrigues Barreto Junior | *Economista*  
Jelcy Willekems Trigueiro Filho | *Técnico em*  
*Planejamento*  
Márcia da Costa Ribeiro Campos | *Arquiteta e*  
*Urbanista*  
Marcus Galvão Fernandes de Vasconcelos |  
*Jornalista*  
Milton de Mello Bastos | *Arquiteto e Urbanista*  
Nelson Caldeira | *Administrador*  
Pedro Motta Lima Cascon | *Arquiteto e Urbanista*  
Sydney Dias Menezes | *Arquiteto e Urbanista*  
Solange Maria de Freitas Bezerra | *Assistente Social*  
Vera Lúcia Sanches França e Leite | *Arquiteta e*  
*Urbanista*

## CONSULTORES – GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA

Paulo Aguiar | *Arquiteto e Urbanista*  
Victor Zveibil | *Sustentabilidade Ambiental e Social*



## GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Palácio Guanabara  
Rua Pinheiro Machado, S/N | Laranjeiras | Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 22.231-090  
Tel.: +55 (21) 2332-2819

# Consórcio Quanta | Lerner

## EQUIPE CHAVE

Willy Müller | *Coordenador Geral*  
Jaime Lerner | *Coordenador de Estratégias / Especialista em Planejamento Urbano*  
Roberto Smith | *Especialista em Economia*  
Alberto Maia da Rocha Paranhos | *Especialista em Administração Pública*  
Rômulo Dante Orrico Filho | *Especialista em Transportes*  
Paulo Canedo de Magalhães | *Especialista em Saneamento Básico*

## COORDENAÇÃO

Alexandre Weber Aragão Veloso | *Coordenação Técnica*  
Cid Blanco Junior | *Diretor de Projeto*  
Jaime Lerner | *Coordenador de Estratégias / Especialista em Planejamento Urbano*  
José de Ribamar Sousa | *Coordenador Gerencial*  
Marina Cabreira Bastos | *Coordenadora Administrativa*  
Taco Roorda | *Coordenação Técnica*  
Willy Müller | *Coordenador Geral*

## EQUIPE TÉCNICA

Alberto Maia da Rocha Paranhos | *Especialista em Administração Pública*  
Alexandre Weber Aragão Veloso | *Especialista em Planejamento do Território*  
Nerêo Cardoso de Mattos Júnior | *Especialista em Direito Urbano*  
Paula Lemos Azem | *Especialista em Monitoramento e Avaliação*  
Paulo Canedo de Magalhães | *Especialista em Saneamento Básico*  
Pedro Daniel Strozemberg | *Especialista em Mecanismos de Participação*  
Ricardo Duarte Pontual | *Especialista em Habitação*  
Riley Rodrigues de Oliveira | *Especialista em Economia*  
Rita Fernandes | *Especialista em Comunicação*  
Rômulo Dante Orrico Filho | *Especialista em Transportes*  
Taco Roorda | *Especialista em Planejamento do Território*  
Valéria Figueiredo Bechara Elias | *Especialista em Patrimônio Histórico e Cultural*

## EQUIPE DE APOIO

André Sales Sousa | *Apoio Técnico em Arquitetura e Urbanismo*  
Antonio Krishnamurti Beleño de Oliveira | *Apoio Técnico em Saneamento*  
Ariadne dos Santos Daher | *Apoio em Desenvolvimento Reconfiguração Espacial e Centralidades*  
Augusto Rodrigues | *Apoio em Pesquisas*  
Barbara Schlösser | *Apoio em Desenvolvimento Reconfiguração Espacial e Centralidades*  
Bruna Peres Battemarco | *Apoio Técnico em Saneamento*  
Carlos Cruz | *Apoio em Mídias Sociais e Cobertura de Eventos*  
Danielle Schappo | *Apoio em Desenvolvimento Reconfiguração Espacial e Centralidades*  
Debora Ciociola | *Apoio em Desenvolvimento de Projetos*  
Érika Poletto | *Apoio em Desenvolvimento e Valorização Patrimônio Natural e Cultural*  
Fabiana Moro Martins | *Apoio em Pesquisas*  
Fernando Antonio Canalli | *Apoio em Desenvolvimento de Projetos*  
Felipe Guerra | *Apoio em Desenvolvimento de Projetos*  
Gianna de Rossi | *Apoio em Pesquisas*  
Guilherme Leiva | *Apoio Técnico em Mobilidade*  
Guilherme Szczerbacki Besserman Vianna | *Apoio Técnico em Economia*  
Ígor Godeiro de Oliveira Maranhão | *Apoio Técnico em Mobilidade*  
Isabel Sanchez | *Apoio em Desenvolvimento Valorização Patrimônio Natural e Cultural*  
Jeniffer Cristina da Costa | *Apoio em Desenho Técnico*  
Lucas Roni de Lacerda | *Apoio em Desenvolvimento de Projetos*  
Marina Schulman | *Estagiário de Arquitetura e Urbanismo*  
Paulo Kawahara | *Apoio em Desenvolvimento Reconfiguração Espacial e Centralidades*  
Pedro Geaquinto | *Apoio Técnico em Geo processamento*  
Renata Alves Moreira | *Apoio Administrativo*

## CONSÓRCIO QUANTA | LERNER

Edifício São Borja  
Av. Rio Branco, nº 277, sala 1604 | Centro | Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20.040-009  
Tel.: +55 (21) 2533-7030

# Ficha de Contrato

Nº DO CONTRATO	002/2015
Nº DO PROCESSO	E-15/001/691/2015
CONTRATANTE	Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Estado de Governo - SEGOV e da UGP Metropolitana/ SEGOV
CONTRATADO	Consórcio Quanta-Lerner (Quanta Consultoria Ltda e Jaime Lerner Arquitetos Associados)
OBJETO	Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - PEDUI
PROGRAMA	Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial Integrado - Rio Metrópole - Progestão II
AGENTE FINANCIADOR	Banco Mundial
Nº EMPRÉSTIMO	LOAN 8327-BR
TIPO DE SERVIÇO	Consultoria
MÉTODO DE SELEÇÃO	Concorrência Internacional do tipo SBQC - Seleção Baseada na Qualidade e no Custo, conforme SDP 001/2014
TIPO DE CONTRATAÇÃO	Preço Global
VALOR DO CONTRATO	7713242,29
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	14 de Janeiro de 2016
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO	21 de Janeiro de 2016
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	Affonso Junqueira Accorsi - Membro

## O PLANO

Uma iniciativa do governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Câmara Metropolitana, o primeiro Plano Estratégico da Região Metropolitana vai orientar decisões governamentais e da sociedade fluminense nos anos futuros.

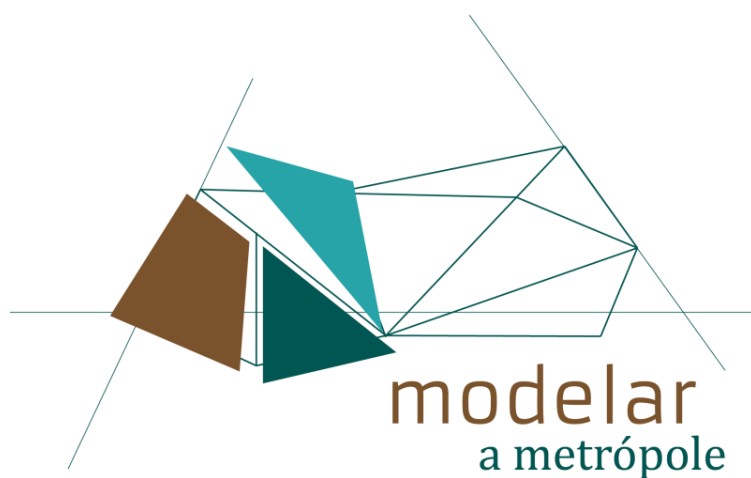
# Sumário

PAG.	CAP.	
<b>1</b>	-	<b>APRESENTAÇÃO</b>
<b>2</b>	<b>1.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS: BALANÇO ETAPA 3</b>
<b>6</b>	<b>2.</b>	<b>PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs)</b>
<b>6</b>	<b>2.1.</b>	<b>Premissas</b>
<b>7</b>	2.1.1	Diagnóstico e Visão de Futuro Síntese da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
<b>7</b>	2.1.2	Estrutura de Governança Metropolitana Prevista (PLC 10/2015)
<b>8</b>	2.1.3	Objetivos Metropolitanos
<b>12</b>	2.1.4	Salvaguardas
<b>13</b>	<b>2.2</b>	<b>Estratégia de Implementação do PDUI/RMRJ</b>
<b>13</b>	2.2.1	Cenários Propostos (2018-2040)
<b>16</b>	2.2.2	Estimativa da Capacidade de Investimento
<b>26</b>	2.2.3	Estratégia de Implementação
<b>28</b>	<b>2.3</b>	<b>Programas</b>
<b>29</b>	2.3.1	Programa Metrópole Inteligente - PMI
<b>30</b>	2.3.2	Programa Metrópole Sustentável - PMS
<b>31</b>	2.3.3	Programa Equilibrar a Metrópole – PEM
<b>32</b>	2.3.4	Programa Habitar a Metrópole – PHM
<b>32</b>	2.3.5	Programa Baía Reinventada – PBR
<b>33</b>	2.3.6	Programa Governar a Metrópole – PGM
<b>34</b>	2.3.7	Propostas Preliminares Revisadas
<b>63</b>	<b>3.</b>	<b>RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA RMRJ</b>
<b>63</b>	<b>3.1.</b>	<b>Reconfiguração Espacial Metropolitana (REM)</b>
<b>74</b>	<b>3.2.</b>	<b>Zoneamento Metropolitano (ZM)</b>
<b>74</b>	3.2.1	Zonas Metropolitanas
<b>76</b>	3.2.2	Eixos Metropolitanos
<b>76</b>	3.2.3	Zonas De Interesse Metropolitano (ZIMs)
<b>82</b>	<b>4.</b>	<b>PRÓXIMOS PASSOS</b>

## ANEXOS

- 1 | RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 18-06-2017
- 2 | RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 04-07-2017
- 3 | RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 11-07-2017
- 4 | 4ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO – 24/07/2017 SAERJ
- 5 | COMITÊ ESTADUAL DE ESTRATÉGIAS METROPOLITANAS - 17/08/2017





# modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

## | APRESENTAÇÃO

## APRESENTAÇÃO

O **Produto 14 – Relatório de Propostas Detalhadas** é o segundo dos três documentos que finaliza a penúltima etapa de construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUI/RMRJ), denominada **Cenários, Programas de Ações Prioritárias e Instrumentos**.

Nele serão apresentados a versão revisada do balanço da etapa atual, incluindo ações realizadas nos meses de julho e agosto, além do arcabouço metodológico que conduziu a definição dos **Programas de Ações Prioritárias (PAPs)**, começando pelas premissas que serviram de base para a discussão e a elaboração das propostas que os compõem. Ademais, a reconfiguração espacial proposta para a RMRJ terá suas bases apresentadas, com os subsídios que impactarão no novo desenho do território, uma proposta de zoneamento e o impacto dos PAPs na Região Metropolitana no curto, médio e longo prazos.

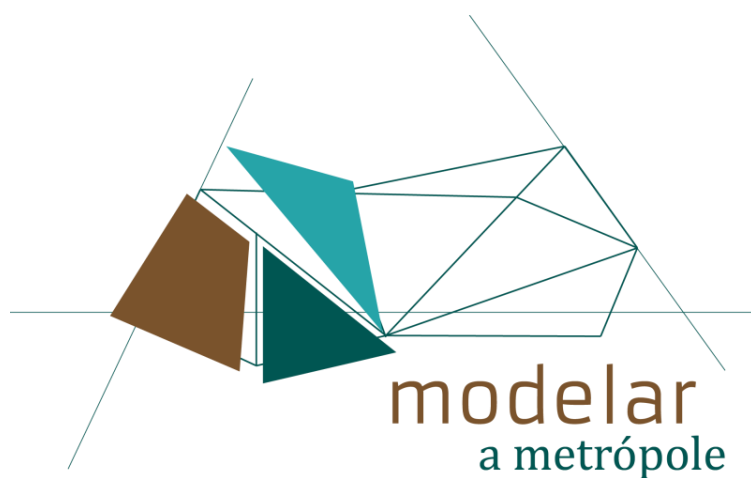
O Capítulo 01, denominado **Considerações Iniciais: Balanço Etapa 3**, traz uma versão revisada da análise dessa fase do PDUI, iniciada em outubro de 2016, com a apresentação do Produto 7 (Relatório de Consolidação e Preparação para Cenários - Parcial), momento em o processo de participação foi ampliado com os Grupos de Discussão e foram iniciados os debates sobre os cenários possíveis. Foram inseridas nessa versão as atividades realizadas nos meses de julho e agosto de 2017.

No Capítulo 02 – **Programas de Ações Prioritárias (PAPs)** – são apresentadas as Premissas utilizadas para a elaboração das propostas e dos programas (diagnóstico e visão de futuro síntese; estrutura de governança metropolitana; objetivos metropolitanos; e salvaguardas) e a Estratégia de Implementação do Plano, com seus componentes (Cenários Propostos; Estimativa da Capacidade de Investimento). Além disso, os próprios PAPs são apresentados e descritos, acrescidos de uma tabela resumo das propostas que os compõem.

O capítulo seguinte, intitulado **Reconfiguração Espacial da RMRJ**, apresenta a Proposta de Reconfiguração Espacial Metropolitana (REM), que traz as sugestões de disposição territorial que permitirá a execução do conjunto de propostas dos eixos estruturantes do PDUI/RMRJ e a proposta de Zoneamento Metropolitano (ZM), que consolida uma visão inicial de usos e finalidades para grandes porções do território. Esses dois itens são a base sobre a qual as propostas que compõem os PAPs foram distribuídas no território metropolitano no curto, médio e longo prazos que são aqui apresentadas.

Para finalizar, os **Próximos Passos** apontam as ações subsequentes que serão desenvolvidas no **Produto 15**, que trará os **Instrumentos de Implementação** e **Programas Complementares** dos Programas de Ações Prioritárias.





# modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

# 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS: BALANÇO ETAPA 3

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: BALANÇO ETAPA 3

Iniciada em outubro de 2016, a **Etapa 3** do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, intitulada de **Cenários, Programas de Ações Prioritárias e Instrumentos de Implementação**, coincidiu com o início do novo plano de participação do PDUI/RMRJ. Integram essa fase nove documentos (Produtos 7 ao 15), que tratam desde a construção e a definição dos cenários de curto, médio e longo prazos, até a elaboração dos PAPs, com seus instrumentos de implementação e programas complementares.

No novo plano de participação foi estabelecida a realização de Grupos de Discussão por Eixo Estratégico, divididos em duas etapas, complementados por Oficinas Regionais e Setoriais, além de reuniões do recém-criado Comitê Consultivo<sup>1</sup>. As contribuições dos processos participativos passaram a ser incorporadas a partir do Produto 8 - Relatório Final de Consolidação e Preparação de Cenários, em especial as que foram realizadas durante os Grupos de Discussão. Todas as ações contaram com a participação de atores de diferentes segmentos da sociedade (órgãos públicos, gestores, técnicos, sociedade civil, concessionárias, setor privado, entidades de classe, etc.), selecionados a partir de sua atuação e envolvimento com as temáticas em questão.

Os **Grupos de Discussão (GD)** surgiram como uma nova proposta de encontros para o aprofundamento e a qualificação das discussões em torno dos conteúdos dos **eixos estruturantes do PDUI**. Desse modo, eles cumpriram o papel de promover um espaço de interlocução específico para cada um dos **temas prioritários** do plano: **Mobilidade, Saneamento e Resiliência Ambiental, Reconfiguração Espacial e Centralidades Urbanas, Habitação e Equipamentos Sociais, Expansão Econômica, Patrimônio Natural e Cultural, e Gestão Pública**.

A dinâmica, conduzida pelo Consórcio, teve duas etapas específicas. Na primeira, realizada na segunda semana de outubro (10-14) com a participação de 182 pessoas, foram apresentados os cenários e a visão de futuro da metrópole pelos especialistas de cada eixo. Os convidados foram estimulados a enviar, em até 30 dias, propostas e críticas do conteúdo apresentado por e-mail. Em seguida, na segunda rodada de reuniões presenciais – realizada na penúltima semana de novembro (21-25) com 155 participantes - novos avanços na construção de cenários e propostas foram apresentados em diálogo com as contribuições aportadas pelos convidados presentes na primeira rodada.

Ao final das duas etapas, em dezembro de 2016, foi organizado um encontro reunindo o conjunto dos participantes dos 7 (sete) GDs, com o objetivo de estimular a integração dos temas de forma transversal no território, a partir da apresentação de mapas-síntese das 5 (cinco) Macrozonas de Planejamento (MDPs) do PDUI. A quantidade e a diversidade das contribuições, nem todas pertinentes ao contexto metropolitano, possibilitaram um processo de reflexão interno importante dentro da equipe do Consórcio, que colaborou na definição dos rumos decididos para a continuidade dos trabalhos.

Já as **Oficinas Regionais** cumpriram o papel de reunir diversos atores dos municípios vizinhos uns aos outros para refletirem sobre as potencialidades e as fragilidades do contexto metropolitano. A partir da união de diferentes segmentos da sociedade e seus respectivos conhecimentos sobre o território e as políticas públicas nele implementadas, buscou-se identificar as especificidades de um conjunto de

<sup>1</sup> Composto por 12 representantes do Conselho Consultivo do Plano, especialistas nos temas pertinentes ao PDUI, escolhidos pela Câmara.

municípios com relação a outros, entendidas enquanto vocações complementares para promoção de um novo modelo de desenvolvimento integrado da RMRJ. Nesse sentido, as dinâmicas dos encontros tiveram como foco a proposição de projetos e a construção coletiva de diferentes cenários futuros para a metrópole, com base na apresentação prévia dos resultados da visão de futuro e do diagnóstico elaborados na fase anterior do plano.

Foram previstas 6 (seis) oficinas<sup>2</sup> até dezembro de 2016, com a priorização das localidades que ainda não haviam sediado encontros do PDUI. Além do município anfitrião da atividade, foram selecionados municípios vizinhos que apresentassem potencial de conexão no processo de formulação de projetos intermunicipais. Diante do agravamento da crise institucional e política, além do encerramento das gestões municipais, com o período de transição de governos e suas equipes, das 6 (seis) oficinas previstas, foram realizadas apenas 3 (três), que contaram com a presença de 127 pessoas. Mais uma vez, a possibilidade de contato direto com o cidadão metropolitano apontou a necessidade da ampliação e diversificação das ações da área de comunicação do Plano e a importância de se ir até o território para apresentar e debater suas propostas.

Além disso, também foram realizadas outras atividades que colaboram com o desenvolvimento dessa etapa: (i) uma reunião com as **universidades** do Estado do Rio de Janeiro para promover maior aproximação entre a Câmara Metropolitana, o processo de elaboração do Plano e o conhecimento de ponta produzido por alunos e professores; (ii) duas reuniões do **Conselho Consultivo**; (iii) duas reuniões do **Comitê Consultivo do Plano**; (iv) duas reuniões do **Comitê Municipal de Estratégias Metropolitanas**; e (v) e uma reunião do **Comitê Estadual de Estratégias Metropolitanas**<sup>3</sup>.

Data	Atividade
10/10/2016	Grupo de Discussão Saneamento e Resiliência Ambiental
10/10/2016	Grupo de Discussão Habitação e Equipamentos Sociais
11/10/2016	Grupo de Discussão Mobilidade
11/10/2016	Grupo de Discussão Gestão Pública
13/10/2016	Grupo de Discussão Expansão Econômica
13/10/2016	Grupo de Discussão Reconfiguração Espacial e Centralidades
14/10/2016	Grupo de Discussão Valorização do Patrimônio Natural e Cultural
14/10/2016	Comitê Consultivo
19/10/2016	Oficina Regional de Guapimirim
24/10/2016	Conselho Consultivo do PDUI
03/11/2016	Comitê Consultivo
03/11/2016	Oficina Regional de Maricá
16/11/2016	Oficina Regional de Belford Roxo
18/11/2016	Oficina Setorial com Universidades
21/11/2016	Grupo de Discussão Habitação e Equipamentos Sociais
21/11/2016	Grupo de Discussão Mobilidade

<sup>2</sup> OR1: Guapimirim, Magé e Cachoeiras de Macacu; OR2: Maricá, Tanguá, Rio Bonito e Niterói; OR3: Itaboraí e São Gonçalo; OR4: Queimados, Nova Iguaçu; Paracambi e Japeri; OR5: Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita, São João de Meriti e Duque de Caxias; e OR6: Seropédica, Itaguaí e Rio de Janeiro (Rural – zona oeste).

<sup>3</sup> As atas da 4ª Reunião do Conselho Consultivo e do Comitê Estadual/Municipal de Estratégias Metropolitanas encontram-se anexas.

22/11/2016	Grupo de Discussão Expansão Econômica
22/11/2016	Grupo de Discussão Saneamento e Resiliência Ambiental
23/11/2016	Grupo de Discussão Reconfiguração Espacial e Centralidades
25/11/2016	Grupo de Discussão Gestão Pública
25/11/2016	Grupo de Discussão Valorização do Patrimônio Natural e Cultural
15/12/2016	Grupo de Discussão de Integração dos Eixos Estratégicos
23/03/2017	Comitê Municipal de Estratégias Metropolitanas
24/07/2017	Conselho Consultivo do PDUI
08/08/2017	Comitê Estadual/Municipal de Estratégias Metropolitanas
17/08/2017	Grupo de Discussão de Integração dos Eixos Estratégicos

O enfoque principal dos debates foram as propostas preliminares elaboradas pelos especialistas de cada eixo estruturante. As informações debatidas nas atividades participativas foram inseridas a partir do Produto 8 e o trabalho foi complementado na medida em que os cenários foram sendo construídos e definidos, nos produtos seguintes (**Produto 9** - Relatório Parcial de Propostas de Cenários; **Produto 10** – Relatório Final de Propostas de Cenários; **Produto 11** - Relatório de Definição de Cenário). Para a composição desses documentos foram contratados **estudos complementares** (economia da saúde, demografia, equipamentos sociais e economia criativa) e **avaliações** (meio ambiente) e foi realizada uma análise completa dos relatórios técnicos até então apresentados pela Câmara Metropolitana, de modo a garantir que ao término da Fase 3 não houvesse nenhuma pendência não atendida.

Todas essas ações garantiram não somente o cumprimento dos itens previstos no Termo de Referência do PDUI, mas principalmente uma melhor qualidade dos documentos entregues, embasados nas contribuições recebidas e nas metodologias propostas no Plano de Trabalho (Produto 1) e revisadas no decorrer do andamento das atividades (Produtos 5 e 12).

A construção e a definição dos **cenários** de curto (2018-2020), médio (2021-2028) e longo (2029-2040) prazos foi acompanhada da realização de análises detalhadas da situação financeira dos integrantes da futura governança metropolitana, de modo a se ter uma previsão da capacidade de investimentos até 2040 e assim orientar a distribuição no tempo das ações que integram os PAPs. Esse quadro realista do momento financeiro no qual se encontram os integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro possibilitará a construção de um Plano factível, adequado às verdadeiras condições de execução das ações propostas.

Além das ações de mobilização e participação, integram a lista de responsabilidades do Consórcio, atividades de **transferência de conhecimento e tecnologias**, visando qualificar todos os técnicos envolvidos. Destaque para a participação do consultor internacional do PDUI/RMRJ, Willy Müller, e do arquiteto Jaime Lerner, coordenador de estratégias do Plano em reuniões e encontros, no Rio de Janeiro ou em Curitiba, para aprofundar os debates sobre as principais estratégias de elaboração do Plano. No total foram realizadas 6 (seis) atividades, incluindo um workshop sobre metodologia de PDUI, realizado em dezembro de 2016, com participação de representantes da Prefeitura de São Paulo, do Consórcio do Grande ABC, do Governo do Estado de Minas Gerais, do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Destaque também para o encontro com os alunos de diversos países - como Paquistão, Índia, Turquia, Rússia, França e Estados Unidos - do Instituto de Arquitetura Avançada da Catalunha (IAAC), fundado por Willy Muller, que ocorreu em fevereiro de 2017. No curso, que tem um olhar especial para cidades

inteligentes do futuro, os alunos desenvolveram propostas para a região norte do Rio de Janeiro e os municípios adjacentes.

O desenvolvimento do trabalho foi complementado por diversas ações da **área de comunicação**, com a valorização pela imprensa da etapa de cenários e construção de propostas e a execução de ações estratégicas de assessoria de imprensa. Foi intensificada também a transparência das ações e dos resultados do Plano com a revisão do boletim informativo quinzenal e a difusão dos temas nas redes sociais e no site do projeto, que ganhou novas seções com mais documentos disponíveis para consulta e download. Essas ações resultaram em matérias exclusivas, nas versões impressas e digitais dos principais jornais do Rio de Janeiro, e na ampliação nos acessos no site e nas redes sociais, consolidando o PDUI/RMRJ como referência no momento onde todas as regiões metropolitanas do país estão elaborando seus Planos.

Infelizmente, o agravamento da crise financeira do Estado e a impossibilidade de solução no curto prazo, levaram a **paralisação temporária das atividades** do Consórcio por cerca de dois meses no primeiro semestre de 2017, causando o adiamento de ações de participação previstas e o atraso na entrega de produtos da Etapa 3. Esse fato não impediu a entrega dos produtos que compõem a fase de Cenários, Programas de Ações Prioritárias e Instrumentos de Implementação, cuja elaboração foi realizada durante a paralisação do contrato, garantindo que todo o conteúdo do Plano fosse entregue antes do término oficial do projeto (30 de junho de 2017).

Apesar da conjuntura política e econômica desfavorável para a mobilização e a continuidade dos trabalhos, a Câmara Metropolitana, em parceria com a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (SEAERJ), realizou nos meses de maio e julho de 2017<sup>4</sup>, uma série de encontros temáticos sobre o PDUI. A base dos debates foi o material entregue até então (Produto 10), composto principalmente da lista preliminar de propostas estratégicas para a implementação do Plano. Os eventos contaram com a presença de representantes de diferentes setores sociais e foram fundamentais para a manutenção do engajamento em torno do processo de elaboração do Plano e sua contínua difusão.

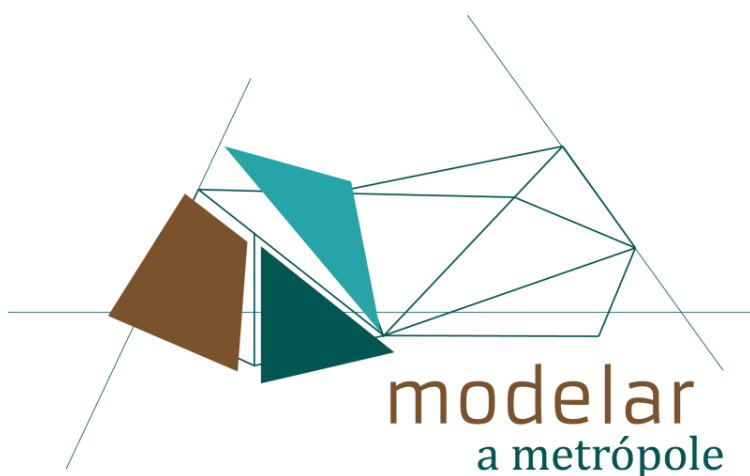
Ainda que realizados durante o período de paralisação das atividades, os eventos sempre contaram com a participação da equipe do Consórcio, seja como palestrantes ou ouvintes, de modo que os conteúdos foram constantemente debatidos e inseridos nos documentos elaborados durante o período.

Na retomada dos trabalhos, o Consórcio Quanta Lerner realizou uma série de reuniões, no formato de grupos de discussão internos, com a presença de especialistas convidados para debater, junto com o coordenador de cada eixo, as propostas preliminares elaboradas e apresentadas no Produto 11.

Em suma, as atividades desenvolvidas na Etapa 3 do PDUI/RMRJ contribuíram para que a elaboração do Plano ganhasse um olhar mais abrangente e estruturado e se disseminasse entre uma gama mais ampla de atores e territórios, consolidando as propostas que comporão os PAPs e melhor definindo os cenários escolhidos, com um ganho qualitativo na densidade da interlocução entre os especialistas do Consórcio, a Câmara Metropolitana e os participantes.

---

<sup>4</sup> Economia (16/05/2017); Plataforma Logística (23/05/2017); Baía de Guanabara (30/05/2017); Segurança Hídrica e Sanitária (13/06/2017); Cidade e Periferia Metropolitana (20/06/2017); Zonas de Produção Mineral (27/06/2017); Mobilidade (04/07/2017); Infraestrutura (11/07/2017); Cinturão Agrícola (18/07/2017). As atas dos três últimos eventos encontram-se anexas. As demais foram apresentadas no Produto 11.



## modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

# 2 | PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs)

## 2. PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs)

Os **Programas de Ações Prioritárias (PAPs)** são a base da implementação imediata do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Eles serão executados no intuito de levar a bom termo as diferentes estratégias estabelecidas para o desenvolvimento de um território mais equilibrado espacialmente, justo e competitivo e são constituídos por um conjunto de ações concretas a se realizar em um tempo determinado.

Cada PAP terá vínculos com quantos **Instrumentos de Implementação** forem necessários. Nesses instrumentos são especificados todos os aspectos dos mecanismos de gestão de implementação das ações dos PAPs, identificando, inclusive, as possibilidades de financiamento, os agentes executores e as características precisas para coordenação dessa execução.

Os PAPs contarão também com suporte de **Programas Complementares** de Capacitação e Comunicação, que visam potencializar a participação de um maior número de sujeitos qualificados no processo de elaboração e implementação do PDUI. O investimento em Capacitação e Comunicação faz parte da estratégia de valorizar o capital humano envolvido com a temática metropolitana e promover maior transparência das informações relevantes para a população.

Cabe observar que os Programas de Ações Prioritárias deverão considerar a aplicação de **Instrumentos Urbanísticos**, previstos no Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/15), referenciados no Estatuto das Cidades, considerados um recurso importantíssimo para a gestão territorial, onde a competência metropolitana deverá ser convergente com as ações de caráter municipal.

Nesse momento, é importante frisar que o Estatuto da Metrópole tem como principal alicerce a compreensão do território metropolitano como um espaço único, onde temas específicos deverão ser debatidos e equacionados em conjunto. As questões da **governança interfederativa** e as **Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs)** são as representações desse ponto.

As FPICs previstas no Projeto de Lei Complementar 10/2015, que trata da Governança Metropolitana da RMRJ, ordenamento territorial, saneamento básico, mobilidade urbana, mitigação de efeitos climáticos e serviços de comunicação digital, se alinham perfeitamente com reconfiguração espacial e centralidade; saneamento e resiliência ambiental, mobilidade e expansão econômica, eixos estruturantes do PDUI.

### 2.1. PREMISSAS

A partir da **análise do diagnóstico e da visão de futuro** elaborados para cada eixo estratégico do PDUI/RMRJ e do **resultado dos debates e contribuições** realizadas nos **eventos de mobilização e participação** que ocorreram no decorrer dessa etapa, bem como por meio da internet (site e correio eletrônico), foram desenvolvidas **diretrizes** e **propostas preliminares**, que visam alcançar os **objetivos metropolitanos** definidos, e que compõem cada um dos **Programas de Ações Prioritárias** que serão descritos a seguir.

Essa análise também permitiu a elaboração de um **diagnóstico e uma visão de futuro síntese** para toda a **Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, que junto com os **Objetivos Metropolitanos** (que foram revisados), a proposta de **Governança Metropolitana** em aprovação na Assembleia Legislativa, e as questões referentes à **sustentabilidade** e a **resiliência social**, assim como as **salvaguardas** de referência do Banco Mundial - sem as quais nenhuma proposta será considerada aceitável, e, portanto, apresentada – formam as principais **premissas** que foram consideradas para a elaboração das diretrizes e propostas preliminares dos PAPs.

Merecem destaque também como orientadores desse processo, os recentes acordos internacionais que resultaram na aprovação da **Nova Agenda Urbana**, na Conferência HABITAT III (Quito, 2016) e nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (Nova York, 2015), que também serviram de base na elaboração da proposta de monitoramento e avaliação do PDUI/RMRJ.

## 2.1.1. DIAGNÓSTICO E VISÃO DE FUTURO SÍNTESE DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Desigualdade e desarticulação: essa é a síntese do diagnóstico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Segunda maior economia metropolitana do Brasil, o Rio perdeu sua força econômica nos últimos anos e há desigualdade socioeconômica de diferentes formas. O cenário é de extrema concentração de empregos na região central da metrópole – Rio de Janeiro e Niterói, para onde convergem os principais eixos e fluxos de mobilidade e onde estão os melhores serviços. A estrutura radial, que privilegia o transporte individual em detrimento do coletivo, promove a saturação desses eixos e coloca a RMRJ como aquela em que se gasta mais tempo entre a moradia e o trabalho no país.

A população de maior renda encontra-se na faixa litorânea, com infraestrutura urbana, equipamentos e serviços. Já a população de baixa renda, com poucas opções no mercado formal de trabalho e de habitação, estabelece moradias em favelas e assentamentos informais, localizados na periferia, com déficit de infraestrutura urbana e de segurança. Desta forma, ocorre um processo de urbanização desordenada e de expansão da periferia de 32km<sup>2</sup>/ano, o equivalente à área do município de São João de Meriti. O pano de fundo de tudo isso é a enorme degradação ambiental, marcada especialmente pela situação da Baía de Guanabara, mas que atinge também as áreas de rios e lagoas.

A desarticulação entre os municípios é outro entrave ao desenvolvimento, reflexo da ausência de uma gestão compartilhada do território, em 28 anos sem qualquer tipo de organismo metropolitano. Nesse período, prevaleceu a competição predatória entre os entes federados, em detrimento do processo de cooperação. A falta de integração das políticas das cidades é notória e observada em casos como a falta de articulação entre os diferentes modais de transporte. Não houve planejamento integrado, e os municípios elaboraram Planos Diretores e setoriais sem considerar a continuidade do tecido urbano onde estão inseridos. Para completar, a Governança da Região Metropolitana ainda não foi instituída, aguardando sua aprovação na ALERJ.

Numa visão de futuro, é primordial a construção de um espaço mais equânime, com oferta de moradias, empregos, infraestrutura e serviços, em toda a sua extensão. O que só se torna possível, primeiro, diante da revitalização da economia do Rio de Janeiro, e ao se deslocar a dependência que há de um único setor produtivo, o petróleo, para novos ambientes, inclusive de tecnologia e inovação, economia criativa e outros, com estímulo à geração de emprego e renda de forma descentralizada.

A longo prazo, o caminho para o desenvolvimento e equidade social indica a reconfiguração do território metropolitano, no sentido de se fortalecer centralidades secundárias e áreas mais densas, com usos diversificados e serviços mais complexos, buscando maior equidade na oferta de infraestrutura, transporte e empregos. Busca-se um ambiente urbano mais inclusivo, contando com a universalização do acesso à infraestrutura social e urbana, inclusive para os assentamentos precários. Também a implantação de um sistema de saneamento e resiliência ambiental sustentável e para todos. Para se alcançar com sucesso essa visão de futuro, é essencial que a Governança Metropolitana seja instituída, contando com forte interação entre sociedade civil, governo e iniciativa privada.

## 2.1.2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA METROPOLITANA PREVISTA (PLC 10/2015)

A elaboração das diretrizes e propostas preliminares também levaram em consideração a **estrutura de governança e atribuições** da futura Agência Metropolitana, conforme Projeto de Lei que está no presente momento em debate na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Nos termos do **PLC 10/2015**, são de **interesse metropolitano**:



### **1. Ordenamento territorial metropolitano (art.2º, Inc.I), incluindo:**

- delimitação de zonas metropolitanas de interesse estratégico (art.5º, Inc. VI, “a”);
- anuência prévia de atividades e empreendimentos de impacto metropolitano (art.5º, Inc.VI, “b”);
- elaborar, aprovar e fiscalizar PDUI e Planos Multi-setoriais Integrados Metropolitanos (art.5º, Inc.I);
- elaborar, aprovar e fiscalizar alterações nos planos acima (art.5º, Inc.I);
- outras atividades de planejamento e ordenamento de impacto metropolitano (art.5º, Inc.VI, “c”).

### **2. Resíduos sólidos:**

- transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada (art.2º, Inc.II, “a”);
- elaborar, aprovar e fiscalizar o Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos (art.5º, Inc.VIII, “b”);
- aprovar localização de equipamentos fixos (art.5º, Inc.VIII, “c”).

### **3. Água potável e esgotamento sanitário:**

- exercer plenamente sua titularidade em relação aos serviços, infra e instalações (art.5º; Inc.VII), incluindo:
  - estabelecer diretrizes e aprovar planos (art.5º, Inc.VII, “a”)
  - definir o ente responsável pela regulação dos serviços (art.5º, Inc.VII, “e”).
  - drenagem e manejo de águas pluviais:
  - macrodrenagem de águas pluviais (art.2º, Inc.II, “b”).

### **4. Mobilidade urbana:**

- circulação e transporte de grande capacidade (qualquer modal); vias e infra de cargas e passageiros que tenham caráter metropolitano (Inciso III).
- transporte metropolitano = deslocamentos no âmbito da RM não caracterizado como local ou sub-regional .

### **5. Mudança climática:**

- enfrentar os efeitos adversos com impacto metropolitano, incluídas mitigação e adaptação (art.2º, Inc.IV; art.5º, Inc.XI, “b”, “c”),
- impor metas de emissão a quaisquer serviços de transporte operados na RM (art.5º, Inc.XI, “d”).

### **6. Serviços de comunicação digital (Inciso V):**

- Efetuar as contratações e articulações necessárias ou úteis à fruição desses serviços (art.5º, Inc.XII).

### **7. Outros serviços aprovados por 2/3 dos votos do Conselho Deliberativo (Parágrafo único).**

Até a presente data, o Projeto de Lei Complementar nº 10/2015 que dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão, define as funções públicas e serviços de interesse comum, e cria a Agência Executiva da Região Metropolitana do Rio de Janeiro não foi aprovado pela Assembleia Legislativa.

Significa dizer: o comando imposto pela decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.842/RJ de 2013 ainda não foi atendido, em que pese não ter ocorrido, do ponto de vista técnico, a conclusão do julgado, pois estão pendentes de apreciação 3 (três) embargos de declaração opostos contra o acórdão. Todavia, a obrigatoriedade de se instituir uma governança interfederativa que aprove o plano de desenvolvimento urbano integrado da região metropolitana decorre, ainda, do Estatuto da Metrópole.

Evidente a incerteza jurídica que, sem embargo, não prejudicou a elaboração e o debate das propostas, pois os parâmetros fixados pela decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 1.842/RJ, notadamente os relativos à necessidade de gestão compartilhada dos entes e a preservação da autonomia municipal, foram levados em consideração.

## 2.1.3. OBJETIVO METROPOLITANOS

No sentido de estruturar os elementos de destaque na visão de futuro, e já preparando um guia para definição de grandes áreas de atuação, e desdobramentos em ações mais específicas e seus respectivos indicadores, foram definidos grandes Objetivos Metropolitanos, que nortearão a elaboração e debate dos Programas de Ações Prioritárias.

Tabela 2.1.3-A – Objetivos Metropolitanos

OM-1	DAR DENSIDADE À BASE ECONÔMICA AO VALORIZAR OS DIFERENTES ATIVOS ECONÔMICOS DA METRÓPOLE	1.1. Adensar cadeias produtivas existentes
		1.2. Diversificar Base Econômica
		1.3. Valorar e valorizar potencial econômico de ativos naturais e culturais metropolitanos
		1.4. Estruturar uma política metropolitana de desenvolvimento econômico integrado
OM-2	GERAR EMPREGO E ATIVIDADES ECONÔMICAS DE FORMA A EQUILIBRAR ESPACIALMENTE A METRÓPOLE	2.1. Proporcionar infraestruturas de produção, comunicação e logística ao longo da Metrópole
		2.2. Criar uma política de qualificação técnica da mão-de-obra
		2.3. Reduzir o desequilíbrio na oferta de emprego X local da moradia nos municípios metropolitanos
		2.4. Elevar a receita tributária de estado e municípios (e garantir estabilidade) em função de maior e mais diversificada produção econômica
OM-3	DESENVOLVER COMPETÊNCIAS E RELAÇÕES QUE PROPICIEM BASES INOVADORES DE PRODUÇÃO	3.1. Proporcionar infraestrutura e legislação necessária para geração de inovação
		3.2. Atrair mão-de-obra qualificada, capaz de gerar inovação
		3.3. Adaptar mão-de-obra às novas tecnologias, provenientes da 4ª revolução industrial
		3.4. Consolidar polo de conhecimento capaz de atrair atividades econômicas de toda natureza como marca da RMRJ
OM-4	AUMENTAR A CAPACIDADE DOS MUNICÍPIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL INTERGRADA	4.1. Estabelecer novas parcerias entre o Estado e grupos de municípios para a promoção de projetos habitacionais de interesse social em pontos estratégicos do território
		4.2. Estimular e apoiar os municípios na racionalização e simplificação das normas de gestão e controle urbanístico
		4.3 Implementar um Sistema Georreferenciado de Informações Locacionais, SGIL, operado centralmente e pelas Prefeituras, para apoiar o planejamento e as decisões referentes a mobilização de áreas destinadas à instalação de projetos habitacionais e de equipamentos sociais
OM-5	CRIAR DE NOVAS MODALIDADES DE INTERVENÇÕES HABITACIONAISNO TERRITÓRIO	5.1. Requalificar antigas edificações comerciais, industriais e de outros tipos que perderam uso ou foram abandonadas, localizadas em pontos estratégicos do território, para aproveitamento em projetos habitacionais de interesse social
		5.2. Criar um patamar mínimo de adequação urbanística e qualidade ambiental entre os bairros da RMRJ, complementando

		<p>a infraestrutura e os equipamentos sociais, e implementando paralelamente medidas para a utilização compulsória de terrenos ociosos existentes nas localidades beneficiadas.</p> <p>5.3. Aumentar a densidade de ocupação das áreas urbanas em pontos estratégicos do território</p> <p>5.4. Implementar novos empreendimentos habitacionais de interesse social em bairros já consolidados</p> <p>5.5. Produzir projetos habitacionais urbanística e socialmente integrados que contemplem, além de moradias para diferentes faixas de renda, instalações geradoras de trabalho e renda</p> <p>5.6. Incentivar a assistência técnica para a autoconstrução por grupos de menores recursos</p> <p>5.7. Estimular a reativação de programas de urbanização e regularização fundiária de assentamentos informais (favelas e outros)</p>
OM-6	GERAR NOVAS FONTES DE RECURSO PARA OS PROGRAMAS HABITACIONAIS	<p>6.1. Criar sistema de poupança prévia para os interessados na obtenção de financiamento habitacional</p> <p>6.2. Estimular a ampliação de recursos orçamentários do Estado para o FEHIS e dos municípios para os FMHIS</p> <p>6.3. Estimular a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade para o aproveitamento das mais valias - surgidas em função das ações do setor público - em benefício de investimentos habitacionais de interesse social e de equipamentos sociais</p>
OM-7	REDUZIR A ESTRUTURA RADIAL DOS DESLOCAMENTOS METROPOLITANOS	<p>7.1. Reduzir o tempo médio de viagem</p> <p>7.2. Reduzir a distância média de viagem</p> <p>7.3. Promover o desenvolvimento de novas regiões, através de uma rede hierarquizada de centralidades</p> <p>7.4. Estimular a Gestão Compartilhada do Sistema de Transporte</p>
OM-8	OTIMIZAR OS RECURSOS EM MOBILIDADE	<p>8.1. Reduzir investimentos em “grandes” obras de infraestrutura viária</p> <p>8.2. Aumentar a eficiência na operação do transporte coletivo</p> <p>8.3. Reduzir os gastos com transporte por parte do usuário</p> <p>8.4. Financiar o transporte público</p>
OM-9	REORIENTAR O USO DO TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO	<p>9.1. Consolidar a divisão modal existente, com prioridade ao transporte público e não motorizado</p> <p>9.2. Ampliar a integração modal através de rotas de pedestres e ciclistas</p> <p>9.3. Ampliar investimentos em transporte sobre trilhos e aquaviário de média e alta capacidade</p> <p>9.4. Reduzir emissões de poluentes</p>
OM-10	MELHORAR A QUALIDADE DOS DESLOCAMENTOS	<p>10.1. Melhorar a segurança dos deslocamentos</p> <p>10.2. Proporcionar possibilidade de acesso por todos da sociedade</p> <p>10.3. Avaliar a resiliência dos modos de transportes</p>

OM-11	CRIAR CONDIÇÕES PARA UM SANEAMENTO AMBIENTAL AMPLO E A INTEGRAÇÃO DE AMBIENTE NATURAL E CONSTRUÍDO, COM FOCO NA REVITALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DESTA ÚLTIMA PARA SUPORTE A UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES	11.1. Aprimorar os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, garantindo a universalização
		11.2. Aprimorar o Sistema de Manejo de Águas Pluviais, integrando soluções de drenagem aos espaços livres, criando oportunidades de incremento de biodiversidade e revitalização urbana
		11.3. Garantir o correto funcionamento do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
		11.4. Sempre que possível, priorizar projetos multifuncionais de soluções multisetoriais
		11.5. Buscar alternativas para armazenagem de recursos hídricos (segurança hídrica), redução de perdas do sistema, e uso sustentável da água
OM-12	APRESENTAR RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	12.1. Proteger e viabilizar áreas com Potenciais Ambientais
		12.2. Gerir riscos pertinentes ao eixo de Resiliência Ambiental
OM-13	GARANTIR A INTEGRIDADE E A COEXISTÊNCIA DOS BENS DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DA RMRJ	13.1. Promover a identificação, reconhecimento e gestão integrada dos bens patrimoniais
		13.2. Promover a conscientização da população sobre a importância dos bens patrimoniais, papel de cada geração enquanto fiel depositária do patrimônio
OM-14	CONCILIAR AS DINÂMICAS PERTINENTES AO PLENO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO AS CONDIÇÕES DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL	14.1. Fazer dos elementos do Patrimônio Natural e Cultural referências para o ordenamento territorial
		14.2. Atribuir valor econômico aos bens patrimoniais
OM-15	PROMOVER A APROPRIAÇÃO DOS BENS DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL PELA POPULAÇÃO DA RMRJ	15.1. Utilizar os bens patrimoniais em prol do desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais
		15.2. Tornar os bens patrimoniais parte da perspectiva urbana, do cotidiano das pessoas e do sentimento de pertencimento
OM-16	DESENVOLVER REDE COLABORATIVA ENTRE OS MUNICÍPIOS DA RMRJ	16.1. Fortalecer a Agência Metropolitana
		16.2. Recuperar a capacidade de planejamento municipal integrado
		16.3. Alinhar o PDUI com os Programas de investimento municipais, estaduais e federais convergentes
		16.4. Promover a integração entre as diretrizes metropolitanas e os instrumentos de planejamento urbano e de políticas setoriais das esferas federal, estadual e municipais.
OM-17	MELHORAR AUTONOMIA (FISCAL E GESTÃO) DE CADA MUNICÍPIO DA RMRJ	17.1. Promover bases sustentáveis para alavancagem de recursos financeiros adicionais
		17.2. Garantir equidade nas decisões que os municípios tomem em âmbito metropolitano
		17.3. Recuperar a capacidade de planejamento municipal
OM-18	GARANTIR MAIS QUALIDADE DE VIDA PARA O CIDADÃO METROPOLITANO	18.1. Prestar melhores serviços à população
		18.2. Ampliar a eficiência do gasto público e nas políticas públicas
OM-19	INCLUIR A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO PROCESSO DECISÓRIO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO (INCLUINDO A	19.1. Promover integração eficiente da sociedade civil organizada no planejamento metropolitano e municipal

	FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS)	19.2. Integrar processo de planejamento retroalimentado por avaliações periódicas com acompanhamento cidadão
OM-20	GARANTIR O ACOMPANHAMENTO DO CIDADÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÕES E ACOMPANHAMENTO DO PDUI	20.1. Disponibilizar espaços e ferramentas que permitam diálogo entre o poder público e a sociedade
		20.2. Ampliar e divulgar a transparência na agenda de decisões de âmbito metropolitano
OM-21	GARANTIR ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO (PRESENCIAL E WEB) E MANTER TRANSPARÊNCIA DE GASTOS E AÇÕES	21.1. Promover uma gestão de informação com base georreferenciada e acesso público
		21.2. Elaborar indicadores (metropolitanos) de monitoramento e <i>accountability</i>

## 2.1.4. SALVAGUARDAS

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Câmara Metropolitana, financiado pelo Banco Mundial, cujas políticas de salvaguarda contribuem para a sustentabilidade e a eficácia do desenvolvimento de seus projetos, ajudando a evitar ou atenuar danos às pessoas e ao meio ambiente, e impulsionando o desenvolvimento sustentável por meio da geração de capacidades e reforço institucional.

Durante todo o processo de elaboração e discussão das propostas que compõem os PAPs, as salvaguardas a seguir foram consideradas e incorporadas às propostas, de modo que, todas estão de acordo com as políticas estabelecidas pelo Banco.

**NAS1:** Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais é a norma global que fornece a base processual para uma avaliação ambiental e social integrada de projetos de forma orientada para o risco e proporcional. Estabelece a necessidade de caracterizar como grupos desfavorecidos e vulneráveis podem ser afetados por projetos e como os impactos podem ser abordados. Baseia-se na OP/BP4 existente (Avaliação Ambiental) e, juntamente com a NAS10, aplica-se a todos os projetos. Fortalece disposições para a avaliação social e introduz o conceito de serviços ecossistêmicos. Fornece definições de projeto mais claras para os mutuários e introduz um sistema de gestão de risco claro e acionável.

**NAS2:** Condições de emprego e trabalho marca a primeira vez que o Banco Mundial tem uma norma sobre as condições de emprego e trabalho. Portanto, amplas consultas foram feitas junto à Organização Internacional do Trabalho (ILO). Para informar a elaboração da norma, uma revisão global da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, bem como ocorreram oito convenções da OIT fundamentais do trabalho. Como resultado, a norma reflete os princípios e direitos fundamentais no trabalho e engloba as crianças e o trabalho forçado, liberdade de associação e negociação coletiva. Também inclui requisitos para a prestação de um mecanismo de reclamações para os trabalhadores do projeto. Capturando as partes relevantes das Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (EHSG), inclui requisitos em matéria de Saúde e Segurança ocupacional.

**NAS3:** Eficiência de Recursos e Prevenção de Gestão de Poluição incorpora disposições fundamentais da OP4.09 (Manejo de Pragas) e inclui a gestão eficiente de energia, água, matérias-primas e outros recursos. Também exige que os mutuários calculem os efeitos dos gases de efeito relacionados ao projeto (GHG) e considerem as opções para reduzir os poluentes relacionados ao projeto.

**NAS4:** Saúde e Segurança da Comunidade incide sobre os riscos e impactos dos projetos nas comunidades. Este NAS incorpora disposições fundamentais da OP/BP4.37 (Segurança de Barragens), e aborda os aspectos de concepção e segurança da infraestrutura, equipamentos, serviços, tráfego e materiais perigosos. Inclui requisitos relativos à utilização de equipe de segurança.

**NAS5:** Aquisição de Terras, Restrições sobre Uso da Terra e Reassentamento Involuntário mantém disposições fundamentais da OP/BP4.12 (Reassentamento Involuntário), incluindo os princípios fundamentais da compensação pelo custo de reposição e assistência para a restauração ou melhoria da subsistência. Reconhecimento explícito é dado ao reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento e à importância de explorar maneiras para as pessoas afetadas compartilharem os benefícios do projeto. A cobertura da norma estende-se a todas as categorias de pessoas afetadas, incluindo aquelas sem direitos legais sobre a terra que ocupam.

**NAS6:** Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos recursos naturais vivos incorpora as principais disposições da OP/BP4.04 (Habitats naturais) e OP/BP4.36 (Florestas) e exige que o mutuário avalie e adote medidas para mitigar os impactos do projeto sobre a biodiversidade, incluindo serviços de ecossistemas, perda de habitat, degradação e espécies exóticas invasoras. Além disso, estabelece princípios que regem a utilização sustentável dos recursos, tais como florestas e pescas.

**NAS7:** Povos Indígenas mantém disposições fundamentais da OP/BP4.10 (Povos Indígenas) e fortalece ainda mais as proteções do Banco Mundial aos Povos Indígenas, esclarecendo as principais definições e introduzindo o Consentimento livre, Prévio e Informado (FPIC), em circunstâncias determinadas. Reconhece o pastoreio como uma possível base para a indigenidade e inclui disposições para grupos em isolamento voluntário.

**NAS8:** Patrimônio Cultural reafirma os objetivos da atual OP/BP4.11 (Recursos Culturais Físicos), requer que os projetos adotem o procedimento em conjunto com outros procedimentos para a proteção do patrimônio cultural, e prevê a consulta às comunidades afetadas. Ele amplia a definição de patrimônio cultural para incluir tanto a herança cultural tangível e intangível.

**NAS9:** Intermediários Financeiros requer que os intermediários financeiros (FI) coloquem em prática os procedimentos ambientais e sociais compatíveis com a natureza do FI e o nível de riscos e impactos associados ao projeto e potenciais subprojetos.

**NAS10:** Divulgação de Informações e Engajamento das Partes Interessadas consolida e melhora disposições sobre o envolvimento do Banco Mundial com as partes interessadas, incluindo a consulta significativa, o acesso à informação e reclamação de reparação. Prevê um diálogo permanente entre Mutuário e as partes interessadas, incluindo as partes afetadas pelo projeto ao longo da vida de um projeto.

## 2.2. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDUI/RMRJ

A **Estratégia de Implementação** do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apresentada a seguir, toma por base os **Cenários Propostos** para a sua implantação - considerando curto, médio e longo prazos - além da **Estimativa da Capacidade de Investimento** dos integrantes da Região Metropolitana, e de valorizar os pressupostos definidos no Termo de Referência do PDUI, a Visão de Futuro e os Objetivos Metropolitanos, as principais diretrizes dos Eixos Estruturantes, e o processo participativo ocorrido durante a elaboração do Plano.

### 2.2.1. CENÁRIOS PROPOSTOS (2018-2040)

A construção de cenários de curto, médio e longo prazos, propostos para o desenvolvimento do PDUI/RMRJ, teve como diretriz de variáveis o **ritmo de crescimento** econômico que se vislumbra no futuro (variável sobre a qual não se tem controle direto) e a **qualidade da gestão pública** (variável para a qual se pode ter algum controle porque só depende de vontade política).

Optou-se por considerar que o ritmo do crescimento econômico será inercial, ie não vai piorar de 2018 em diante, mas tem uma característica fundamental: estudos do Senado Federal<sup>1</sup> apontam para uma lenta recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro, que só terá recursos para investimento a partir de 2028 ou 2029. Isso significa que os **investimentos públicos estarão apoiados na capacidade dos Municípios** em investir diretamente ou alavancar recursos de terceiros (governo federal, setor privado, fontes internacionais). Nesse contexto, a **melhoria da qualidade da gestão pública aparece como uma estratégia *sine qua non*** para o processo de implementação do PDUI. Essa melhoria tem duas vertentes principais: (i) fortalecer/incrementar a arrecadação municipal própria, e (ii) reforçar a capacitação de servidores públicos municipais e estaduais, por meio de cursos com foco seletivo (ie, tematicamente importantes).

Ao se realizar essa melhoria no curto prazo (2019 e 2020), espera-se um aumento significativo da arrecadação própria municipal de modo a sustentar um aumento do nível de investimento. Sucessivamente, entre 2021 e 2028 (médio prazo), espera-se que essa arrecadação continue crescendo, mas já com os repasses federais (FPM, FUNDEB, etc) e estaduais (ICMS, IPVA, outros) retomando seus níveis pré-crise, o que poderia acelerar a implementação do pacote de investimentos do PDUI. Somente no longo prazo, a partir de 2028 (ou 2029) é que a entrada firme dos recursos próprios estaduais provocaria novo patamar de aceleração desse processo.

Em suma, a escolha de ações que serão adotadas para impulsionar o crescimento socioeconômico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro até 2040 depende, basicamente, das condições de investimento por parte dos entes federados (Municípios, Estado e União), da própria estrutura da Governança Metropolitana, por meio de um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, e da construção de um ambiente de negócios amigável ao investimento privado (não o investimento vegetativo da manutenção dos negócios e busca de ocupação de vazios ou de tomada de espaços nos mercados, um processo natural na economia, em especial em épocas de crise, mas o investimento novo, cujos recursos não se originam de negócios internos, mas da implantação de novos instrumentos negociais).

Essas condições não acontecerão espontaneamente, por força da “mão invisível” do mercado: elas precisarão ser construídas, especialmente pelos entes públicos, de cujas ações dependem os equilíbrios fiscais dos Municípios, Estado e União e a boa gestão em um ambiente de recursos escassos e demandas abundantes, seja por investimentos em funções urbanas prioritárias, seja em melhoramento das condições já estabelecidas para que o ambiente se torne atrativo e, acima de tudo, saudável. Num primeiro momento (período 2018-2020), parece ser mais factível a melhora da gestão pública municipal, dependendo apenas da vontade política das autoridades eleitas em 2016, que podem ser pressionadas pela sociedade civil e suas organizações cidadãs. Porém, apenas intervenções de baixo custo e efeito significativo caberiam dentro dos orçamentos previsíveis nesse período, o que traria, pelo menos, uma sensação positiva de evolução na implementação do PDUI após sua aprovação formal, inicialmente, pela Governança Metropolitana, e em seguida pela ALERJ.

### CURTO PRAZO (2018-2020)

A situação atual (2017) e sua avaliação realista não permitem prever um crescimento econômico no Estado do Rio de Janeiro, no curto prazo, com poder de alavancar significativamente a capacidade de investimento municipal e estadual. Por isso, o horizonte dito “desejável” para 2020 é o descrito no quadrante “G+/E=” da matriz de cenários, onde se supõe a manutenção do ritmo de crescimento econômico, porém com algum ganho em qualidade da gestão. Nesse contexto, os investimentos estariam mais dependentes da capacidade financeira dos municípios, com base em seus recursos próprios, pois não haveria muita alteração nos volumes financeiros de uso livre transferidos pelo Estado (ICMS, IPVA) ou pelo Governo Federal (FPM). Essa melhora é possível, como se demonstra abaixo.

<sup>1</sup>[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529485/RAF\\_mar17\\_completo.pdf?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529485/RAF_mar17_completo.pdf?sequence=1)

		Ritmo de Crescimento da Expansão Econômica			
		Ruim (-)	Tendencial (=)	Provável (+)	Alvo (++)
Gestão Pública (Qualidade do Gasto)	+	Melhor Qualidade de gestão evitaria retrocesso	<b>Alguno ganho em qualidade</b>	Bom, com eficiência	Ótimo, com eficiência
	=	Possível Retrocesso	Mantém o crescimento, ou retrocesso tendencial (inercial)	Bom, mantendo qualidade dos gastos	Ótimo, com custo alto desnecessário
	-	Recessão, com maior brecha de desigualdade	Algumas perdas de qualidade e de oportunidades	Melhorias, com deseconomias e custos desnecessários	Ineficiência, com inchaços indesejáveis

Nesse mesmo prazo (horizonte de 2020), é importante que todos os Municípios revejam seus respectivos Planos Diretores de modo a atualizá-los, caso já estejam obsoletos por alcançar ou superar os 10 anos de sua elaboração ou última revisão, alinhando aos objetivos e propostas do PDUJ. Da mesma forma, algumas iniciativas rápidas de capacitação de servidores municipais e estaduais poderiam ser empreendidas com apoio técnico da academia e organizações da sociedade civil, no sentido de construir habilidades nos corpos técnicos para utilizar plenamente as ferramentas mais modernas de análise e gestão territorial, como, por exemplo, a mencionada acima sobre a utilização da cartografia georreferenciada.

### MÉDIO PRAZO (2021-2028)

Para o período de médio prazo, entre 2021 e 2028, supõe-se uma maior retomada da economia como um todo, acarretando maior volume na arrecadação tributária própria dos municípios e também nas transferências constitucionais dos governos estadual e federal, para uso livre dos municípios.

Assim, o itinerário entre cenários passaria do quadrante “E=/G+” para o quadrante “E=/G=”, em caso de retrocesso eventual na qualidade da Gestão Pública, ou, no melhor dos casos, para o quadrante “E+/G+”, mostrando efetivamente um melhor aproveitamento das oportunidades dessa retomada, conforme indica a ilustração abaixo.

		Ritmo de Crescimento da Expansão Econômica			
		Ruim (-)	Tendencial (=)	Provável (+)	Alvo (++)
Gestão Pública (Qualidade do Gasto)	+	Melhor Qualidade de gestão evitaria retrocesso	Alguno ganho em qualidade	Bom, com eficiência	Ótimo, com eficiência
	=	Possível Retrocesso	Mantém o crescimento, ou retrocesso tendencial (inercial)	<b>Bom, mantendo qualidade dos gastos</b>	Ótimo, com custo alto desnecessário
	-	Recessão, com maior brecha de desigualdade	Algumas perdas de qualidade e de oportunidades	Melhorias, com deseconomias e custos desnecessários	Ineficiência, com inchaços indesejáveis



Ocorrendo esse último caso, já poderiam ser experimentados arranjos institucionais diferenciados, com a adoção de Consórcios Intermunicipais ou Interfederativos, negociação de PPP's, tomada de empréstimos federais e até mesmo internacionais alavancados pelos recursos municipais reforçados, incrementando o ritmo dos investimentos, conforme se estima na seção seguinte. Em havendo a capacitação dos servidores municipais e estaduais, e estando todos os planos diretores e setoriais alinhados ao PDUI, os programas de investimento metropolitano estarão alcançando seus melhores impactos, ao atender simultaneamente as carências municipais e as prioridades metropolitanas.

### LONGO PRAZO (2029-2040)

Para o período de longo prazo, entre 2029 e 2040, supõe-se, inicialmente, que o Estado do Rio de Janeiro já haverá superado sua crise fiscal e poderá somar recursos próprios ao Fundo Metropolitano para reforçar e acelerar o programa de investimentos. Adicionalmente, as experimentações havidas com arranjos institucionais diferenciados e a melhor capacitação funcional de servidores terão construído um ambiente mais propício e custo-eficiente à continuação e aceleração do programa de investimentos metropolitanos.

		Ritmo de Crescimento da Expansão Econômica			
		Ruim (-)	Tendencial (=)	Provável (+)	Alvo (++)
Gestão Pública (Qualidade do Gasto)	+	Melhor Qualidade de gestão evitaria retrocesso	Algum ganho em qualidade	Bom, com eficiência	<b>Ótimo, com Eficiência</b>
	=	Possível Retrocesso	Mantém o crescimento, ou retrocesso tendencial (inercial)	Bom, mantendo qualidade dos gastos	Ótimo, com custo alto desnecessário
	-	Recessão, com maior brecha de desigualdade	Algumas perdas de qualidade e de oportunidades	Melhorias, com deseconomias e custos desnecessários	Ineficiência, com inchaços indesejáveis

## 2.2.2. ESTIMATIVA DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Para compreender os cenários elegidos, é necessário compreender o quadro atual da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Começamos analisando a situação econômica federal: crise internacional, decisões equivocadas de gestão, retração nas atividades da indústria e no setor de serviços, queda da arrecadação, déficit previdenciário e aumento de impostos levaram a um quadro de crise nacional, agravada pela corrupção institucionalizada revelada pela Operação Lava-Jato. Esses fatores levaram a uma retração tão grave na economia que as estimativas indicam que o pico do Produto Interno Bruto per capita alcançado em 2013 só será superado no início da próxima década, entre 2022 e 2023, quando deverá atingir R\$ 31 mil/ano (em valores deflacionados), contra R\$ 30,8 mil/ano de 2013.

No caso do Estado do Rio de Janeiro a situação será mais grave, uma vez que até 2038 o estado ainda estará às voltas com o pagamento dos juros e da amortização da dívida com a União. Segundo o IFI (Instituição Fiscal Independente do Senado Federal) o Estado do Rio de Janeiro tem um déficit acumulado de R\$ 23 bilhões (março de 2017). As estimativas de curto prazo são de que, até 2020, o déficit acumulado deverá ultrapassar R\$ 80 bilhões (as estimativas para a Receita Corrente Líquida para 2018 são de R\$ 52,2 bilhões ante uma despesa estimada em R\$ 72.5 bilhões - totalizando R\$ 20,3 bilhões de déficit). Apesar de alto, o valor é 7,7% menor do

que o déficit previsto para 2017, de R\$ 22 bilhões. As previsões indicam que o déficit só será revertido no início de 2025. Mesmo com o plano de recuperação fiscal, os juros e amortização das dívidas com a União só deverão ser sanadas em 2038 – com um superávit de 10% da receita do estado (considerado ideal) a partir de 2029.

Diante dessas previsões, os municípios precisarão encontrar formas de financiar suas ações e investimentos que não sejam dependentes de volumosos recursos estaduais pelos próximos 20 anos, ou seja, cinco governos. A estimativa do PIB dos municípios nos indica um processo de lenta recuperação das finanças nos próximos anos. Este quadro corrobora com a necessidade de criação de mecanismos de financiamento metropolitanos, uma vez que a capacidade de investimento dos municípios é extremamente desigual e dependentes de recursos estaduais e federais.

Dessa forma, o primeiro passo a se definir na seleção das estratégias que permitirão a construção desse ambiente amigável é o real conhecimento das condições existentes nas quais esse processo de estruturação do ambiente humano, urbano, econômico e social deverá ser construído. Para isso, após a consideração de medidas adotadas pelos governos municipais estaduais e federal com foco no combate à crise fiscal e na recuperação econômica, identificamos que o cenário a ser buscado nos próximos anos se refere ao conjunto “**G+/E=**”. Mesmo não havendo melhora no médio prazo da situação econômica que permeiam a construção desse cenário, as estratégias de investimento poderão, por exemplo, considerar folga gerada pela melhor gestão dos recursos existentes em contrapartidas a serem oferecidas para empréstimos ou parcerias com o setor privado ou outras esferas de governo.

Já se demonstrou em relatórios precedentes a grande dependência dos municípios com relação às transferências das esferas estadual (ICMS, IPVA, outras) e federal (FPM, FUNDEB, outras). Esses níveis de dependência variavam (2010) de 38,3% (Rio de Janeiro) e 44,6% (Niterói) até 72,4% (São Gonçalo) e 89,8% (Paracambi), com média da RMRJ em 48,5% dado o peso relativo dos dois primeiros. Já em 2015, o reflexo da crise é evidente: essa dependência diminui em todos os casos (ver tabela 2.2.2-A), e o próprio volume de recursos repassados diminui em 15 dos 21 municípios, gerando **uma brecha de recursos da ordem de R\$ 3,2 milhões**. As exceções, em ordem decrescente de recursos, são: Rio de Janeiro, Queimados, Duque de Caxias, Seropédica, Nova Iguaçu, Rio Bonito e Tanguá. Isso se dá por conta das regras de operação de algumas rubricas.

Tabela 2.2.2-A - Evolução da Receita Corrente (R) e Transferência Corrente (T) (R\$ mil; constante, 2015)

	2000 (R)	2000 (T)	2000 (%T/R)	2010 (R)	2010 (T)	2010 (%T/R)	2015 (R)	2015 (T)	2015 (%T/R)	Gap 2010>2015
Belfort Roxo	271.761,02	223.650,32	82,30	585.550,34	453.653,97	77,47	559.288,00	414.639,00	74,14	39.014,97
Cach Macacu	51.489,86	36.708,04	71,29	188.443,06	139.812,02	74,19	160.349,00	96.212,00	60,00	43.600,02
Dq Caxias	800.559,67	595.525,84	74,39	2.040.958,32	1.416.850,68	69,42	2.082.967,00	1.165.399,00	55,95	251.451,68
Guapimirim	43.791,47	37.553,11	85,75	140.436,28	120.834,84	86,04	145.414,00	79.009,00	54,33	41.825,84
Itaboraí	168.284,24	134.440,49	79,89	436.109,10	275.549,18	63,18	606.390,00	314.559,00	51,87	-39.009,82
Itaguaí	137.033,86	99.706,33	72,76	464.807,01	226.827,96	48,80	540.281,00	195.500,00	36,18	31.327,96
Japeri	63.163,60	48.845,20	77,33	161.234,47	141.727,52	87,90	192.364,00	139.585,00	72,56	2.142,52
Magé	134.055,27	99.949,57	74,56	401.314,07	323.653,98	80,65	406.224,00	268.359,00	66,06	55.294,98
Maricá	83.807,26	47.665,98	56,88	252.359,41	174.894,42	69,30	583.500,00	170.412,00	29,21	4.482,42
Mesquita	71.702,79	50.692,57	70,70	251.231,56	210.621,21	83,84	228.810,00	160.880,00	70,31	49.741,21
Nilópolis	89.452,35	73.955,26	82,68	228.771,45	171.343,35	74,90	252.007,00	166.634,00	66,12	4.709,35
Niterói	797.772,97	342.950,14	42,99	1.467.319,02	654.708,95	44,62	1.918.975,00	596.948,00	31,11	57.760,95
Nova Iguaçu	445.570,82	333.838,57	74,92	1.019.691,07	743.310,17	72,90	1.179.854,00	752.425,00	63,77	-9.114,83
Paracambi	37.294,36	32.667,22	87,59	120.090,05	107.853,70	89,81	110.457,00	86.630,00	78,43	21.223,70
Queimados	76.238,09	68.154,33	89,40	191.134,23	153.051,90	80,08	294.660,00	203.617,00	69,10	-50.565,10
Rio Bonito	65.586,94	48.880,27	74,53	157.788,14	119.532,09	75,75	180.131,00	125.880,00	69,88	-6.347,91
Rio de Janeiro	12.135.016,35	5.592.916,20	46,09	18.697.467,54	7.154.949,84	38,27	21.484.634,00	7.687.905,00	35,78	-532.955,16
São Gonçalo	510.448,66	324.791,47	63,63	963.379,90	696.962,91	72,35	1.023.624,00	645.960,00	63,11	51.002,91
São João de Meriti	254.892,23	199.798,68	78,39	467.763,96	320.954,78	68,61	511.620,00	314.211,00	61,41	6.743,78
Seropédica	56.757,42	45.583,29	80,31	159.609,81	134.299,95	84,14	213.120,00	149.493,00	70,14	-15.193,05
Tanguá	33.655,23	30.078,24	89,37	66.516,68	59.649,26	89,68	79.967,00	63.588,00	79,52	-3.938,74
<b>Total RMRJ</b>	<b>16.328.334,43</b>	<b>8.468.351,09</b>	<b>51,86</b>	<b>28.461.975,46</b>	<b>13.801.042,68</b>	<b>48,49</b>	<b>32.754.636,00</b>	<b>13.797.845,00</b>	<b>42,12</b>	<b>3.197,68</b>

Como as transferências correntes abrangem diversos tipos de rubrica, vamos observar mais de perto a evolução das três principais, que não respondem a obrigações de gasto (lembrando que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB<sup>2</sup> é uma rubrica muito importante em volume, mas tem que ser aplicada em Educação Básica): elas são o FPM, o ICMS e o IPVA. Com a crise econômica, a atividade econômica diminui e, em consequência, a arrecadação federal também diminui, afetando os repasses do FPM. No caso dos repasses estaduais, essa mesma crise tem impacto negativo na arrecadação do ICMS, mas nenhum, em teoria, na arrecadação e repasse do IPVA (salvo aumento na inadimplência de proprietários de veículos), como demonstra a tabela 2.2.2-B. Nas duas primeiras rubricas (FPM e ICMS), a **brecha de repasses** entre os patamares de 2010 e 2015 para o conjunto da RMRJ é da ordem de **R\$ 160 milhões!**

---

<sup>2</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, uma das grandes transferências estaduais.

Tabela 2.2.2-B - Evolução 2000>2010>2015 de Transferências Seleccionadas (R\$ mil; constantes de 2015)

	FPM		ICMS		IPVA	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Belfort Roxo	30.250,81	42.722,00	70.114,72	102.240,06	2.430,03	9.174,42
Cach Macacu	9.293,84	18.501,00	18.597,35	38.637,91	834,42	1.779,88
Dq Caxias	31.121,00	42.722,00	293.195,58	733.544,08	11.912,98	32.028,15
Guapimirim	8.727,37	18.501,00	14.067,16	23.362,40	519,62	1.281,30
Itaboraí	30.250,81	42.722,00	30.691,36	38.026,71	1.908,40	6.952,18
Itaguaí	18.976,51	28.593,00	38.853,40	55.037,42	2.319,82	4.829,65
Japeri	14.128,28	26.229,00	10.648,83	29.020,83	415,73	941,92
Magé	30.310,08	42.610,00	29.191,24	39.177,86	2.170,64	5.197,60
Maricá	11.127,39	41.040,00	12.182,39	25.926,59	1.463,70	6.597,44
Mesquita	17.550,62	42.722,00	11.849,36	39.785,86	121,35	5.709,24
Nilópolis	24.047,74	42.722,00	19.615,70	28.705,24	2.716,99	6.563,07
Niterói	30.371,07	42.722,00	113.302,45	192.670,03	45.519,52	69.139,90
Nova Iguaçu	23.240,71	42.722,00	90.164,69	152.529,51	13.364,59	23.513,70
Paracambi	9.818,29	16.815,00	12.809,02	19.486,81	554,46	1.528,41
Queimados	14.893,25	41.040,00	29.634,43	32.258,79	886,31	2.535,59
Rio Bonito	5.767,44	18.501,00	15.674,07	22.897,17	3.195,22	5.518,81
Rio de Janeiro	128.175,42	249.451,00	2.206.003,87	2.273.846,51	433.899,55	608.790,48
São Gonçalo	27.505,09	42.722,00	109.321,76	164.223,20	13.002,67	33.001,29
São João de Meriti	28.162,47	43.471,00	52.935,21	67.098,17	4.650,45	13.379,75
Seropédica	10.178,88	24.198,00	13.299,88	26.054,75	549,97	2.330,63
Tanguá	7.636,45	13.455,00	13.020,96	13.749,65	151,32	439,18
<b>Total RMRJ</b>	<b>511.533,50</b>	<b>924.181,00</b>	<b>3.205.173,44</b>	<b>4.118.279,57</b>	<b>542.587,73</b>	<b>841.232,59</b>
<b>Gap 2010&gt;2015</b>		<b>-55.798,11</b>		<b>-105.011,57</b>		<b>79.910,41</b>

Todo o raciocínio acima ainda precisaria ser complementado com a questão dos *royalties* do petróleo e gás, que são uma importante fonte de receita para alguns municípios, como Maricá, por exemplo. Sendo o Rio de Janeiro o Estado que representa quase 70% da produção nacional de petróleo e 40% do gás, qualquer variação nesse cenário afeta diretamente as finanças estaduais e, por conseqüências, as finanças dos municípios que estejam na ponta desse encadeamento tributário. Mesmo com o aumento da produção, a redução do preço internacional do barril em quase 50% afetou as vendas e, em conseqüência, a distribuição de *royalties*. Infelizmente, não se prevê recuperação do preço no curto prazo. Para não prejudicar muito o nível de investimento estadual, houve tomada de empréstimos cujos juros, junto com as despesas fixas e crescentes de Pessoal mais Encargos Sociais, e ainda a Previdência oficial, formam um pacote de gastos de difícil redução, o que explica uma parte da crise fiscal do Estado.

Assim, os Municípios deverão fazer um esforço adicional para aumentar a eficácia da gestão de suas receitas próprias, diminuindo consideravelmente a dependência das transferências intergovernamentais (Estado e União).

Entre as medidas que precisam ser adotadas imediatamente sugere-se, principalmente:

- Atualização da legislação municipal, contemplando a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional, a LC 123/2006, a LC 116/03, com as leis e os regulamentos necessários;
- Instituição de todos os tributos de competência municipal e do devido regulamento do Processo Tributário Administrativo;
- Previsão na legislação das obrigações acessórias para os contribuintes, como a entrega de declarações, cópia de notas fiscais, apresentação de documentos fiscais para vistoria;
- Implantação e manutenção da atualização do Cadastro Técnico Municipal, com os dados Imobiliários e os Econômicos ou Mobiliários;
- Lançamento estritamente dentro da lei e cobrança dos impostos, taxas e contribuição de melhoria – IPTU, ITBI, ISSQN, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública e demais Taxa pelo Poder de Polícia, além dos Preços Públicos ou Tarifas;
- Manutenção de agente fiscal atualizando os cadastros, verificando atividades não licenciadas e homologando o ISSQN;
- Promoção da gestão dos maiores contribuintes;
- Gestão do Simples Nacional e integração com as Receitas Federal e Estadual

## NÍVEIS DE INVESTIMENTO

Em 2010, o nível de investimento do conjunto de municípios da RMRJ era da ordem de **R\$ 3,18 bilhões** (valor nominal de R\$ 2,28 bilhões de 2010 corrigido para valores de 2015), o que não é nada desprezível. Entretanto, há que se considerar a grande preponderância da participação do **Rio de Janeiro**, responsável sozinho por **R\$ 2,17 bilhões**, ie cerca de 68% do total.

Em 2015, o cenário melhora bastante, apesar do início da crise: o nível de investimento passa a **R\$ 6,03 bilhões**, ie praticamente o dobro do patamar de 2010, mas tendo o **Rio de Janeiro** como responsável por **R\$ 5,18 bilhões**, ie **85,9% do total**. Esse patamar é anormal, pois engloba investimentos das Olimpíadas, entre outros programas especiais que não se repetem. Assim, se tomarmos apenas o **subtotal dos demais municípios**, veremos que a evolução dos investimentos foi negativa, passando de **R\$ 1,01 bilhão** para **R\$ 0,85 bilhão**. Ainda assim, dispor de R\$ 850 milhões ao ano é uma boa margem. O problema é que esse conjunto mal chega para atender os compromissos das carências já existentes nos municípios. Ao ter que atender igualmente os Programas do PDU, será necessário contar, por um lado, com muito comprometimento político e solidariedade intermunicipal, e, por outro lado, um alinhamento estreito das **prioridades metropolitanas com impacto direto na resolução simultânea de carências municipais**.

É provável que os níveis fiscais municipais de 2016 e 2017 sejam ainda inferiores (em termos de valores constantes) aos patamares de 2015, em função da crise econômica, e 2018 ainda parece incerto. Porém, pode-

se imaginar que 2019 retome o nível de 2015 e, a partir das melhoras comentadas acima com respeito ao fortalecimento das receitas municipais e do desempenho funcional dos servidores públicos, esse processo melhore a partir de 2020, crescendo em termos reais acima da inflação.

Como piso estimativo de partida, pode-se considerar que em **2018 as ações executivas estarão capitaneadas por atividades de revisão dos Planos Diretores, estudos internos para maior/melhor captação de recursos próprios e capacitação de servidores**, sendo a maioria delas com pequeno custo adicional, envolvendo principalmente uma realocação de tempo do corpo funcional. Algum apoio técnico local talvez seja preciso para a revisão dos Planos Diretores e seu alinhamento com o PDUI, bem assim a capacitação de servidores (muito especialmente uma capacitação para melhor aproveitamento das imagens da cartografia digitalizada para efeitos de controle do uso do solo e atualização da base de contribuintes do IPTU). Por isso, **em 2018 não se vai considerar nenhum investimento direto em obras**. Já a partir de 2019, vai-se considerar um nível de investimento na regra abaixo, como exercício inicial de experimentação da colaboração intermunicipal. Outro tema de capacitação que precisa ser enfrentado é a adoção de um rito correto para a cobrança da Contribuição de Melhoria, de modo a recuperar, pelo menos em boa parte, a valorização imobiliária provocada pelas obras e investimentos do PDUI. Cabe destacar, entretanto, que esses processos arrecadatários precisam ter um olho na **capacidade de pagamento da população-alvo**, não podendo ultrapassá-la: isso é justiça fiscal com enfoque socioterritorial. Tudo isso deverá levar à preparação de Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO's) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA's)<sup>3</sup> mais robustas para o orçamento de 2019.

Como referências iniciais, que poderiam ser melhor calibradas para a definição dos PAPs, adotam-se as seguintes diretrizes:

- a) Em 2019, o nível de investimento total será equivalente ao de 2015;
- b) Em 2020, poderá haver um incremento de 5 a 10%, em consequência preliminar das atividades de capacitação e ajuste das bases de contribuintes;
- c) Em 2021, esse impacto de melhoria daria um salto de qualidade com um incremento de 20% sobre o nível de 2020, em qualquer dos Cenários mencionados adiante.

Como exercício inicial, vai-se considerar para o nível de investimento um Cenário Conservador e outro, Otimista, definidos dentro dos critérios da matriz indicada abaixo.

Tabela 2.2.2-C

Horizontes	Conservador	Otimista
2019	Nível de investimento será equivalente ao ocorrido em 2015	
2020	Incremento de 5% sobre o nível de 2019	Incremento de 10% sobre o nível de 2019
2021	Incremento de 20% sobre o nível de 2020, em função das melhorias nas bases de dados e na inovação de cobrança de tributos.	
2022 a 2028	Incremento anual de 5% sobre o ano anterior.	Incremento anual de 10% sobre o ano anterior
2029 a 2040	Mesma regra anterior, mas incluindo uma contribuição do Estado equivalente a 33% das contribuições municipais.	Mesma regra anterior, mas incluindo uma contribuição do Estado equivalente a 50% das contribuições municipais.

<sup>3</sup> Ambas as leis são sujeitas a audiências públicas obrigatórias, antes de serem levadas à Câmara Municipal, que poderá ou não repetir esse processo.

Uma questão da maior importância, vinculada à aprovação da governança metropolitana (PLC 10/2015), é a criação e alimentação do **Fundo de Desenvolvimento Metropolitano**, previsto no Projeto de Lei Complementar. O principal óbice nesse assunto será a forma de contribuição dos municípios, que deveria estar associada, de alguma maneira, à sua capacidade de voto no Conselho Deliberativo: quem tem mais votos deveria contribuir mais. É claro que esse ponto suscitará grandes debates, já que os maiores afetados em contribuições serão o Município do Rio de Janeiro e o próprio Estado. Por outro lado, é impensável ter um programa de investimentos que dependa mais de outras fontes de recursos que não os orçamentos próprios dos entes federativos (além do setor privado, pela via das PPP's).

Como simples exercício inicial de cálculo e referências, imagine-se que essa alimentação será dada por 30% do nível de investimento de cada município (ficando os demais 70% para investimentos locais não associados às prioridades metropolitanas). Nos curto e médio prazos, o Fundo somente terá alimentação municipal (e talvez alguma coisa federal, se for o caso), pois o Estado não terá condições para isso. Entretanto, dependendo de como avance a recuperação financeira do estado, este poderia fazer contribuições ocasionais a partir de repasses voluntários, para intervenções específicas. Afinal, mesmo sem capacidade de investimento, seria muito malvisto que o Estado tenha grande poder de voto (e conseqüentemente muita influência no processo decisório de priorização de investimentos no programa de obras e serviços) sem contribuir nada para o custeio desse programa. Por precaução conservadora, esses valores não estão incluídos nas estimativas feitas nas tabelas 2.2.2-D e E. A partir de 2028, a contribuição formal do Estado poderia oscilar entre 33% e 50% do volume municipal, segundo cada um dos dois cenários propostos.



**Tabela 2.2.2-D - Cenário Conservador**  
(em R\$ milhões, valores constantes de 2015 e considerando apenas os recursos próprios)

Ano	Municípios Total	Municípios PDUI	Estado PDUI	Total	SubTotais
2019	1.700,00	510,00	0,00	510,00	
2020	1.785,00	535,50	0,00	535,50	1.045,50
2021	2.142,00	642,60	0,00	642,60	
2022	2.249,10	674,73	0,00	674,73	
2023	2.361,56	708,47	0,00	708,47	
2024	2.479,63	743,89	0,00	743,89	
2025	2.603,61	781,08	0,00	781,08	
2026	2.733,80	820,14	0,00	820,14	
2027	2.870,48	861,15	0,00	861,15	
2028	3.014,01	904,20	0,00	904,20	6.136,26
2029	3.164,71	949,41	316,47	1.265,88	
2030	3.322,95	996,88	332,29	1.329,18	
2031	3.489,09	1.046,73	348,91	1.395,64	
2032	3.663,55	1.099,06	366,35	1.465,42	
2033	3.846,72	1.154,02	384,67	1.538,69	
2034	4.039,06	1.211,72	403,91	1.615,62	
2035	4.241,01	1.272,30	424,10	1.696,41	
2036	4.453,06	1.335,92	445,31	1.781,23	
2037	4.675,72	1.402,72	467,57	1.870,29	
2038	4.909,50	1.472,85	490,95	1.963,80	
2039	5.154,98	1.546,49	515,50	2.061,99	
2040	5.412,73	1.623,82	541,27	2.165,09	20.149,23
<b>Total</b>				<b>27.330,99</b>	

	Curto prazo
	Médio prazo
	Longo prazo

Nota: a) Para 2018, considerou-se que as ações são de tipo político-administrativo (aprovação Governança-base e Lei PDUI), sem custo de investimento direto; b) Para 2019, tomou-se o valor do subtotal dos Municípios em 2015, exceto o Rio de Janeiro, e uma contribuição carioca de igual montante; c) A partir de 2029, considerou-se que o Estado poderia contribuir com 33% da soma das contribuições municipais.

**Tabela 2.2.2-E - Cenário Conservador**  
(em R\$ milhões, valores constantes de 2015 e considerando apenas os recursos próprios)

Ano	Municípios Total	Municípios PDUI	Estado PDUI	Total	SubTotais
2019	1.700,00	510,00	0,00	510,00	
2020	1.870,00	561,00	0,00	561,00	1.071,00
2021	2.244,00	673,20	0,00	673,20	
2022	2.468,40	740,52	0,00	740,52	
2023	2.715,24	814,57	0,00	814,57	
2024	2.986,76	896,03	0,00	896,03	
2025	3.285,44	985,63	0,00	985,63	
2026	3.613,98	1.084,20	0,00	1.084,20	
2027	3.975,38	1.192,61	0,00	1.192,61	
2028	4.372,92	1.311,88	0,00	1.311,88	7.698,64
2029	4.810,21	1.443,06	721,53	2.164,60	
2030	5.291,23	1.587,37	793,69	2.381,06	
2031	5.820,36	1.746,11	873,05	2.619,16	
2032	6.402,39	1.920,72	960,36	2.881,08	
2033	7.042,63	2.112,79	1.056,39	3.169,18	
2034	7.746,90	2.324,07	1.162,03	3.486,10	
2035	8.521,59	2.556,48	1.278,24	3.834,71	
2036	9.373,74	2.812,12	1.406,06	4.218,19	
2037	10.311,12	3.093,34	1.546,67	4.640,00	
2038	11.342,23	3.402,67	1.701,33	5.104,00	
2039	12.476,45	3.742,94	1.871,47	5.614,40	
2040	13.724,10	4.117,23	2.058,61	6.175,84	46.288,33
<b>Total</b>				<b>55.057,97</b>	

Curto prazo  
 Médio prazo  
 Longo prazo

a) Para 2018, considerou-se que as ações são de tipo político-administrativo (aprovação Governança-base e Lei PDUI), sem custo de investimento direto; b) Para 2019, tomou-se o valor do subtotal dos Municípios em 2015, exceto o Rio de Janeiro, e uma contribuição carioca de igual montante; c) A partir de 2029, considerou-se que o Estado poderia contribuir com 50% da soma das contribuições municipais.

No Cenário Conservador, assim como no Cenário Otimista, fica estimado um nível de investimento total pouco maior que **R\$ 1 bilhão para o curto prazo** (horizonte 2020).

Para o **médio prazo** (horizonte 2028), esse nível de investimento se eleva a um total de **R\$ 6,1 bilhões** no cenário Conservador e R\$ 7,7 bilhões no cenário Otimista.

Para o **longo prazo** (horizonte 2040), com a entrada das contribuições estaduais, o nível de investimento cresce para **R\$ 20,1 bilhões** no cenário Conservador e R\$ 46,2 bilhões no cenário Otimista.

Faz-se um alerta de que é imprescindível organizar e implementar com seriedade um mecanismo de monitoramento da arrecadação municipal e estadual, bem assim da alimentação do Fundo Metropolitano. Uma forma de monitoramento dessa evolução seria correlacioná-la à evolução do PIB municipal e estadual. Existem estimativas para os PIB's municipais feitas pelo eixo de Economia, mas ainda não há estimativas para o PIB estadual.

Nesse contexto, o Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento, previsto na proposta de Lei Complementar enviada à ALERJ, e ainda em discussão, aparece como o principal ente financeiro para a implementação das propostas do PDUI. Insistimos em que esse fundo deve ter por objetivo precípua garantir recursos para financiar, em todo ou em parte, os projetos destacados como de **interesse metropolitano**, ie aqueles cuja região de abrangência ou área de impacto extrapolem os limites administrativos de um único município. Para tal, podem ser consideradas todas as propostas contidas no PDUI ou derivadas do mandato da Agência Executiva da RMRJ.

Já as receitas que alimentarão o fundo, além das dotações orçamentárias municipais, estaduais e federais que vierem a ser estabelecidas, deverão constar em Lei as possibilidades de recebimento de produtos de operações de crédito, financiamentos para operações de repasse e rendas provenientes da aplicação de seus recursos. Uma rubrica de especial interesse deverá ser a possibilidade de receber doações de pessoas físicas e jurídicas, entregues na forma de “*endowment*”, utilizando-se como recursos operacionais aqueles derivados dos rendimentos de aplicação desse montante principal. Destaca-se a necessidade de que sejam previstas restrições à aplicação desses recursos em despesas correntes, à exceção de uma porcentagem pequena e máxima, para financiar o custo de administração da Agência Executiva e a gestão mesma dos recursos principais. Outra definição essencial é o estabelecimento de que os recursos municipais, do Estado e da União, destinados ao financiamento dos projetos de interesse metropolitano, somente poderão ser aplicados através do Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento.

Finalmente, ainda com relação ao Fundo Metropolitano, deverá ser definida uma instituição do sistema financeiro para a sua administração financeira, incluindo o encaminhamento mensal de relatórios operacionais (entradas e saídas de recursos), prestando informações à Agência Executiva, aos membros da governança metropolitana e abrindo informações à sociedade civil em geral, sobre todas as operações do Fundo.

## 2.2.3. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Além de considerar os cenários de curto, médio e longo prazos propostos e a capacidade de investimento dos integrantes da Região Metropolitana, a elaboração do PDUI/RMRJ adotou a estratégia de promover ações integradas, organizadas em ideias-força (Programas de Ações Prioritárias - PAPs), que traduzem um conjunto de prioridades, contemplando todos os eixos estruturantes e propostas de municípios e da sociedade.

É estratégico para o PDUI priorizar ações que: (i) apresentem a melhor relação de custo-benefício; (ii) tenham grande reconhecimento e atendam necessidades básicas da população; (iii) possam servir de exemplo e tenham potencialidade para alavancar outras iniciativas similares, criando ciclos positivos ao longo do tempo e do território; (iv) e possam ser realizadas com recursos possíveis de serem mobilizados, a curto e médio e longo prazos. O Plano utiliza a estratégia de “**mudar para fazer**”, ou seja, realizar ações que tratem de entregar resultados palpáveis e/ou emblemáticos, que possam mobilizar mais recursos e apoio social e empresarial, e se traduzir em maior sustentabilidade econômica, social e ambiental para a metrópole, no curto, médio e longo prazos.

Considerando os cenários propostos para a implantação do PDUI, é estratégico investir, no curto prazo, em **Governança Metropolitana e Gestão Pública**. Em primeiro lugar, é fundamental formalizar o arranjo institucional de Governança Metropolitana, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar 10/15, com as alterações que forem pertinentes ao processo legislativo, de maneira a se estabelecer uma institucionalidade que viabilize um processo estável e previsível de tomada de decisões, gestão compartilhada e financiamento solidário de projetos metropolitanos. Nesse bojo, deverá também ser aprovado o próprio PDUI, conferindo ao instrumento uma força de lei que será relevante no seu processo de implementação.

Em um cenário de grande restrição orçamentária, a Governança Metropolitana deverá: (i) incentivar projetos realizados em parcerias interfederativas, onde possam se articular recursos de Municípios, Estado e União; (ii) estimular parcerias público-privadas (PPP), explorando instrumentos inovadores na ótica financeira e no aproveitamento do dinamismo urbanístico e econômico; (iii) apoiar a estruturação de gestões públicas para atrair investimentos privados; (iv) promover a utilização de ativos imobiliários de Municípios, Estado e União, para

composição de fundos e projetos de interesse público; (v) e adotar novos paradigmas sustentáveis de financiamento de projetos, obras e serviços, utilizando recursos de taxas e subsídios cruzados arrecadados no próprio setor (a exemplo do saneamento e da mobilidade).

É estratégico a Governança Metropolitana alcançar, no menor prazo possível, a articulação de políticas, planos e instrumentos urbanísticos e setoriais de Municípios, Estado e Governo Federal, alcançando as bases necessárias para o sucesso da implementação dos Programas e Ações previstos no PDUI. À estrutura da Governança Metropolitana caberá estimular a cooperação intermunicipal e interfederativa, incentivar a modernização e o uso eficiente de todos os instrumentos de planejamento territorial, urbanístico, ambiental e financeiro, contribuindo inclusive com insumos e capacitação. A Governança Metropolitana deverá ainda garantir a participação e a adesão da sociedade aos projetos metropolitanos, viabilizando o acesso às informações dos programas e ações públicas, possibilitando seu monitoramento, avaliação e correção de rumos ao longo do processo de implantação do PDUI.

Para além das iniciativas que objetivam alavancar recursos financeiros, a Governança Metropolitana deverá promover parcerias com instituições públicas e privadas, de âmbito local, nacional ou internacional, que disponham de recursos humanos e experiência técnica e possam participar de projetos e ações de interesse da Região, a exemplo de iniciativas de capacitação, consultoria e orientação técnica, elaboração de projetos, revisão de instrumentos de políticas públicas, entre outras atividades. A Governança Metropolitana poderá ainda estimular a articulação de iniciativas com organizações não governamentais, entidades sem fins lucrativos, organizações de movimentos sociais, entre outras instituições que possam promover a participação de grupos sociais em projetos e ações sintonizadas com as diretrizes do Plano Metropolitanano.

A Governança Metropolitana também deverá adotar a estratégia de valorizar as iniciativas locais afinadas com o Plano, o que pode ser implementado com a criação de um selo metropolitanano e um sistema de apoio financeiro e de divulgação, e que tem como objetivo valorizar os gestores comprometidos com a metrópole, a articulação federativa e o sentimento de pertencimento e de cidadania metropolitanana. No mesmo sentido, a RMRJ deverá propor a realização de campanhas educativas, concursos públicos de ideias, premiações artísticas, atividades culturais, entre outras atividades que busquem elevar o sentimento de cidadania e valorizar a imagem da metrópole, o seu patrimônio material e imaterial e a sua população.

A implantação do PDUI avançará na medida em que a Governança Metropolitana enfrentar e superar desafios tais como: (i) desenvolver um espírito de solidariedade e cooperação entre os municípios, estado e União; (ii) acordar uma estratégia de financiamento comum para as prioridades metropolitananas; (iii) evitar que os municípios menores se tornem reféns das prioridades do Estado e/ou do município-polo; (iv) alinhar políticas setoriais com as prioridades metropolitananas; (v) definir um protocolo que vincule as ações dos entes autônomos às decisões do processo de planejamento participativo; (vi) apoiar a elaboração de projetos e sensibilizar a União para financiar Programas e Ações do PDUI; (vii) construir um sentimento de cidadania metropolitanana e mobilizar a sociedade para as suas iniciativas; (viii) oferecer segurança institucional e mobilizar investimentos privados; entre outros.

A melhoria da gestão pública, no curto prazo, implica na realização de reformas administrativas, fiscais e de legislação no âmbito dos Municípios, Estado e União. No caso dos municípios, é necessário melhorar o desempenho tributário e reduzir a dependência de transferências federais (FPM), e estaduais (ICMS, IPVA), as quais estão correlacionadas com o nível de atividade econômica e são fortemente reduzidas nos momentos de crise. Nesse sentido, é importante implantar ou atualizar os mecanismos e referências para cobrança de tributos e taxas municipais (IPTU, ISS, ITBI) bem como, promover a capacitação técnica de funcionários públicos, e atualizar instrumentos de gestão, a exemplo dos Planos Diretores. Além disso, cabe aos municípios ampliar a capacidade de investimento e endividamento, muito reduzidas na maioria das cidades que compõem a RMRJ.

Ao Governo do Estado do Rio de Janeiro é pertinente a **melhoria da gestão**, de maneira a superar as crises fiscal, financeira e política, restaurando a confiança de investidores, possibilitando a recuperação da capacidade de investimentos, a realização de parcerias interfederativas e a retomada de financiamentos de projetos por meio de organismos e agentes financeiros nacionais e internacionais. Ao Governo Federal, cabe a

disponibilização de recursos para projetos metropolitanos alinhados com as políticas da área de desenvolvimento urbano, bem como, é pertinente a revisão da legislação do Estatuto da Metrópole, considerando as experiências de governança em curso nas principais regiões do país.

Como premissa geral, é estratégico para o PDUI promover a redução das desigualdades territoriais, sejam elas econômicas, sociais, ambientais ou de infraestrutura, a fim de alcançar uma metrópole mais equilibrada, como aponta a Visão de Futuro metropolitana. A **redução das desigualdades** é uma estratégia transversal que perpassa todos os eixos setoriais e corrobora diretamente com os Objetivos Metropolitanos, a exemplo daqueles que indicam o desenvolvimento e a consolidação das centralidades metropolitanas secundárias e a redução da estrutura radial dos deslocamentos metropolitanos.

Observa-se que a Nova Agenda Urbana (Conferência Habitat III), adota o conceito de "enfoque territorial do desenvolvimento", mesmo considerando que equidade territorial plena é uma utopia. Para reduzir as desigualdades, a Nova Agenda Urbana alerta que é necessário uma transformação radical na cultura de governança, estabelecendo relações mais estreitas de cooperação entre municípios e diferentes esferas de governo, de modo a fomentar um sistema urbano mais integrado e equilibrado, favorecendo a coesão territorial, com base na superação completa das carências socioeconômicas e de infraestrutura que são o primeiro passo para diminuir a desigualdades e o desequilíbrio territorial.

O PDUI também adota como estratégia geral apoiar e promover a ampliação e a qualificação das áreas de proteção ambiental da região, de maneira a transformar a RMRJ em uma metrópole com destacado patrimônio ambiental, evidenciando externalidades positivas da cidade em relação às outras metrópoles brasileiras e globais. Ao adotar essa estratégia, o PDUI inclui a valorização da diversidade sócio, cultural e ambiental da Região Metropolitana, buscando aproximar comunidades locais de oportunidades de geração de trabalho e renda, colaborando com o equilíbrio territorial da metrópole.

Ressaltasse que as iniciativas de Governança Metropolitana e de Gestão Pública que vierem a ser realizadas em curto prazo, ditarão a escolha das ações prioritárias e o ritmo da implantação do Plano Metropolitanos nas etapas seguintes, de médio e longo prazo, bem como, o alcance dos resultados previstos.

## 2.3. PROGRAMAS

A definição dos **Programas de Ações Prioritárias (PAPs)** do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ocorreu a partir da análise do conjunto de **diagnósticos** elaborados, destacando **"ideias-força"** consideradas estratégicas no processo de planejamento metropolitano. Os Programas, organizados territorialmente ou por áreas temáticas, são emblemáticos e fundamentais para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da metrópole, na perspectiva de alcançar os Objetivos Metropolitanos e a Visão de Futuro do PDUI/RMRJ. A estratégia é reunir e integrar ações de diferentes eixos, promovendo maior sinergia entre as ações, criando marcas positivas no território, possibilitando resultados mais expressivos para o conjunto da Região Metropolitana.

Os PAPs são constituídos por **ações diversas** que foram formuladas pelos Eixos Estruturantes do PDUI - Reconfiguração Espacial e Centralidades, Expansão Econômica, Mobilidade, Patrimônio Cultural e Ambiental, Saneamento e Resiliência, Habitação e Equipamentos Sociais - de caráter setorial, acrescidos do Eixo Transversal de Gestão Pública. Eles conformam um **conjunto de atividades relevantes** para os propósitos de cada "ideia-força", considerados imprescindíveis para o desenvolvimento da Região Metropolitana, justamente por **articular** ações que se complementam e criam sinergias territoriais que têm importância estratégica para o desenvolvimento da metrópole.

Ao todo estão sendo propostos 6 (seis) conjuntos de ações prioritárias, assim denominados: **Programa Metrópole Inteligente - PMI; Programa Metrópole Sustentável - PMS; Programa Equilibrar a Metrópole –**

PEM; **Programa Habitar a Metrópole – PHM**; **Programa Baía Reinventada – PBR**; e **Programa Governar a Metrópole – PGM**.

A seguir, cada PAP é apresentado, evidenciando e articulando as proposições mais relevantes. As propostas preliminares do Produto 11 foram revisadas e são aqui apresentadas numa Planilha Síntese. Elas serão posteriormente distribuídas em cada um dos PAPs e detalhadas. A Planilha Síntese apresenta Diretriz, Título, Descrição, Questão a ser Solucionada e Local das Ações. O detalhamento dessa planilha será apresentado no Produto 15.

### 2.3.1. PROGRAMA METRÓPOLE INTELIGENTE – PMI

O **Programa Metrópole Inteligente (PMI)** busca alinhar a RMRJ com o processo de desenvolvimento tecnológico em curso na atualidade, também denominado de 4ª Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que ressalta o patrimônio cultural e a história da cidade, promove atividades associadas à sua exuberância ambiental e valoriza o potencial criativo dos seus habitantes.

As ações do PMI tratam de promover a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como cidade global, uma plataforma logística internacional, porta de entrada e de conexão com o Brasil e a América do Sul. A RMRJ é vista como centro internacional de pesquisa, desenvolvimento e inovação, aproveitando os setores de óleo e gás, saúde, defesa, indústria naval e energia, ampliando a convergência e a sinergia entre as instituições, atraindo capital humano.

O PMI propõe investir na Região Metropolitana para ampliar seu papel de liderança na área da economia criativa, avançando nas relações internacionais através da integração com áreas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I) voltadas para indústria, serviços de engenharia, design, produção cinematográfica, atividades culturais, áreas associadas à preservação e serviços ambientais, e outras importantes para a consolidação internacional da marca da RMRJ e do país.

A Metrópole Inteligente promove a preservação do patrimônio cultural material e imaterial, como forma de conscientizar os cidadãos e valorizar as suas formas de expressão, os seus modos de criar, fazer e viver, as suas produções científicas, artísticas e tecnológicas, as suas obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Na mesma direção, o PMI aposta na preservação ambiental dos ecossistemas da RMRJ e na promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região que circunda e interage com o espaço urbano, destacando a potencialidade dos territórios rurais para atividades de grande valor agregado, que podem ganhar maior projeção com um selo de procedência reconhecido nacional e internacionalmente e articulação com as áreas de P, D & I.

O Programa Metrópole Inteligente avalia que a ampliação das atividades de P, D & I, a valorização do patrimônio histórico, a liderança cultural e a exuberância ambiental da Região elevam a sua condição como polo nacional e internacional de turismo, destacando segmentos como negócios & eventos, intercâmbio científico, esportes e aventura, atividades náuticas, entre outras áreas.

Para ser bem-sucedido, o Programa Metrópole Inteligente entende que deve valorizar e reconhecer o talento e a criatividade dos habitantes de toda a Região Metropolitana, apoiando a criação de oportunidades de formação distribuída por todo o território. Além disso, o PMI valoriza e promove a preservação das comunidades tradicionais e a paisagem cultural.

A Metrópole Inteligente também se realiza por meio de iniciativas de outros Programas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, em especial as medidas que visam garantir maior sustentabilidade ambiental, econômica e social para a Região Metropolitana; e aquelas iniciativas que tratam de promover maior equilíbrio territorial, reduzindo as desigualdades econômicas, sociais e de infraestrutura urbana.

## 2.3.2. PROGRAMA METRÓPOLE SUSTENTÁVEL – PMS

No âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da RMRJ, o **Programa Metrópole Sustentável (PMS)** tem um papel preponderante e está vinculado diretamente à valorização do meio ambiente, ao território que circunda as áreas urbanas da metrópole, à qualificação das baías de Guanabara e Sepetiba, à proteção dos recursos hídricos, aos investimentos em resiliência ambiental.

Promover o desenvolvimento econômico e social das áreas periurbanas e rurais é um propósito estratégico do PDUI/RMRJ, na medida em que valoriza a população dessas regiões, cria atividades econômicas que podem manter as terras com uso rural, evitando o espraiamento descontrolado da mancha urbana, sem infraestrutura adequada, possibilitando a implantação de atividades sustentáveis compatíveis com o ambiente.

No mesmo sentido, as atividades produtivas realizadas no entorno da área urbana da metrópole, reduzem a dependência da Região Metropolitana às economias externas, ampliam a circulação de mercadorias e serviços na própria região, promovem a produção rural agroecológica e orgânica (com maior valor agregado), mobilizam investimentos em agroindústria, atraem turistas, e possibilitam a prestação de serviços ambientais, atividades de pesquisa e inovação, oferecendo maiores condições de sustentabilidade econômico e social para a população dessa região.

Nesse contexto, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Regional do entorno do reservatório do Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu, onde se pretende investir na sustentabilidade social e econômica, de forma a permitir a implantação de um Circuito das Águas, que viabilize atividades turísticas e valorize a população local, que deverá ser atingida e reassentada devido às obras necessárias para a segurança hídrica da metrópole.

A preservação do ambiente se dá por meio do apoio às Unidades de Conservação, para elaborar Planos de Manejo e implantar as medidas indicadas. Também por meio do apoio à implantação de uma extensa rede de conectividade ambiental entre unidades de conservação da RM, além da proposição de novas áreas de proteção, Mosaicos de Unidades de Conservação, parques ambientais, parques multifuncionais ao longo de cursos d'água para controle de inundações ou junto a obras com vocação de segurança hídrica, entre outras medidas. A sustentabilidade das áreas de preservação ambiental da RMRJ é estratégica para o seu desenvolvimento.

Ainda sobre o tema da preservação, destaca-se a promoção da recuperação ambiental e a governança da Baía de Guanabara, que foi considerada como um Programa de Ação Prioritária do PDUI, bem como a proteção da Baía de Sepetiba, sistema lagunar das regiões Leste e Oeste da RMRJ, e demais corpos hídricos desta região. Nesse sentido, é importante frisar a estratégia de promover a implantação de redes de esgoto de tempo seco, tratamento prioritário de efluentes em Estações de Tratamento de Esgotos existentes subutilizadas, cinturão receptor na Baía de Guanabara e lagoas e redes com sistema separador absoluto em longo prazo, como meta final de universalização.

A segurança hídrica de longo prazo também faz parte da sustentabilidade da Região Metropolitana e implica, em primeiro lugar, no apoio à criação de programa de redução de perdas físicas na rede de água, conscientização da população para evitar desperdícios e reduzir o volume de consumo, além da utilização de reservas alternativas para a indústria – como no exemplo das Cavas de Seropédica, águas reutilizadas do Saracuruna e otimização da reserva de Lages.

Outras medidas de resiliência ambiental estão relacionadas ao Programa Metrópole Sustentável e visam promover destinação final adequada de resíduos sólidos à reciclagem, logística reversa, e reaproveitamento de recursos hoje descartados; promover obras de controle de inundação de macrodrenagem para evitar enchentes decorrentes de eventos extremos relacionadas às mudanças climáticas, com priorização de reservatórios integrados à paisagem e revitalização urbana, além da mitigação de riscos de escorregamento de encostas em áreas habitadas, entre outras medidas.

### 2.3.3. PROGRAMA EQUILIBRAR A METRÓPOLE – PEM

O **Programa Equilibrar a Metrópole (PEM)** atende a uma das premissas do PDUI que aponta a necessidade de implantar uma estrutura urbana policêntrica, a fim de superar a concentração de atividades econômicas, serviços e equipamentos públicos na região central da metrópole, o que impõe uma estrutura radial e exige longos deslocamentos diários da população para acessar empregos e serviços sociais.

Nesse sentido, o PEM aponta para a necessidade de se promover a redução das desigualdades territoriais verificadas na Região Metropolitana, o que abrange as condições sociais e econômicas da população e a infraestrutura urbana, bem como de se incentivar a descentralização das atividades geradoras de emprego e renda na Região.

O Programa propõe o fortalecimento de um conjunto de centralidades secundárias, localizadas na periferia da Região Metropolitana, atendendo às suas diferentes porções territoriais, bem como propõe medidas para uma rede de centros de bairros e municípios, que deverão ser qualificados com a implantação de infraestrutura urbana, equipamentos sociais e meios de acesso à mobilidade.

Nesse sentido, o PEM aponta a importância de fortalecer as centralidades de Nova Iguaçu e Duque de Caixas, na Baixada Fluminense (Macrozona de Planejamento Norte), o Centro de São Gonçalo e bairro de Alcântara (Macrozona de Planejamento Leste), Campo Grande, Itaguaí e Seropédica (Macrozona de Planejamento Oeste), e Magé (Macrozona de Planejamento Noroeste).

A fim de fortalecer as centralidades da periferia, o PEM propõe ampliar a conectividade entre centralidades de uma mesma região e entre estas centralidades e o seu entorno, por meio de melhorias e direcionamento do transporte coletivo, implantação de eixos transversais e complementares (São Gonçalo – Niterói, e Santa Cruz – Itaguaí).

Faz parte do PEM, a proposta de implantação de Eixos Transversais Multifuncionais, ao longo do Rio Alcântara (São Gonçalo) e Rio Sarapuí (Duque de Caxias - Nilópolis), onde deverão ser construídas infraestruturas de macrodrenagem que trarão benefícios diretos para o controle de inundação e também maior resiliência para as regiões dos seus respectivos entornos. Esses projetos deverão incluir transporte coletivo, parques fluviais e medidas para capturar a mais valia imobiliária.

As ações do Programa Equilibrar a Metrópole visam implantar negócios e gerar empregos nas centralidades secundárias, bem como são estimuladas atividades geradoras de emprego na periferia, nas retroáreas de logísticas para a atividade portuária, junto ao Arco Metropolitano, e atividades industriais associadas ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

O Equilibrar a Metrópole também defende a contenção do espraiamento urbano, uma vez que este não poderá continuar a crescer numa média de 32 km<sup>2</sup>/ano, e conta com o desenvolvimento econômico e social do entorno rural da cidade, mantendo e potencializando esta vocação rural, com circuito de águas, turismo ecológico, prestação de serviços ecossistêmicos, reservas de áreas permeáveis para controle de escoamentos, agricultura familiar, entre outros, como forma de corroborar com esta limitação da área urbana.

Com objetivo de também melhorar as condições sociais e econômicas da população, de forma geral, o PEM apoia a promoção de ações que aportem maior atenção para os territórios em condições desfavoráveis de educação e propõe programas sociais e culturais para crianças e jovens moradores de territórios vulneráveis.

Para favorecer a população de menor renda, o PEM propõe ocupação de vazios urbanos, como forma de destinar áreas infraestruturadas bem localizadas para a habitação de interesse social, além da qualificação urbanística e fundiária de favelas e áreas precárias na periferia.



## 2.3.4. PROGRAMA HABITAR A METRÓPOLE – PHM

O **Programa Habitar a Metrópole (PMH)** visa alcançar melhorias no bem-estar nas cidades e garantir o acesso à infraestrutura urbana; aos serviços e equipamentos sociais; a melhores condições de urbanidade e moradia; acesso à mobilidade; segurança e resiliência ambiental.

Em primeiro lugar, o PHM propõe ações para o saneamento básico. De forma a solucionar o déficit hídrico no atendimento à população, o PHM aponta a construção da barragem do Guapiaçu (Cachoeira de Macacu) e outras barragens de menor porte; e define a implantação da rede de esgotamento sanitário de tempo seco como primeira etapa de um processo de recuperação ambiental e revitalização urbana. O PHM indica ainda soluções de drenagem para evitar enchentes, e meios de qualificar a coleta de resíduos sólidos. Todas essas questões de infraestrutura são centrais para dar suporte a um programa de habitação saudável, além de atuar no resgate de moradias hoje precárias e que contribuem para o déficit habitacional.

O Programa defende a importância de se promover progressivamente a urbanização e a regularização fundiária de favelas (aglomerados subnormais), loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais degradados e outros assentamentos precários. No mesmo sentido, indica a necessidade de produção de moradia de mercado para baixa renda, moradias para reassentamento de famílias moradoras em áreas de risco (quando então a população precisa ser protegida contra desastres e amparada em um processo de relocação), moradias para aluguel social, para áreas rurais, adaptadas para idosos, além de projetos de autogestão, com assistência técnica profissional.

O PHM entende que a melhoria das condições de habitabilidade da Metrópole é impulsionada pelo adensamento habitacional, coesão social e diversificação de uso urbano ao longo de eixos selecionados de transporte coletivo, eixos de transporte ferroviário, pontos de interseção de eixos de transporte, centralidades secundárias e suas vizinhanças dotadas de boa infraestrutura urbana e resiliência ambiental.

Promover a recuperação de estações ferroviárias, requalificação urbana e paisagística do seu entorno é uma estratégia adotada pelo PHM como indutora da revitalização das áreas próximas às estações dos trens suburbanos, contribuindo para a valorização da autoestima da população e da descentralização urbanística.

A melhoria da qualidade de vida na Metrópole também está associada a implantação de parques lineares em grandes vias urbanas e parques fluviais ao longo de cursos de água e reservatórios implantados em projetos de macrodrenagem, programas de arborização e implantação de praças e áreas de lazer, e de valorização de transporte ativo (bicicleta, caminhada).

Faz parte do PHM incentivar o controle do uso do solo ao longo do Arco Metropolitano, evitando o uso habitacional no entorno e estimulando, nas áreas sem restrições ambientais, usos industriais e de logística e serviços de médio e grande porte. De forma geral, a região ao norte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro deve ter sua vocação ambiental incentivada, evitando-se ali o espraiamento urbano.

## 2.3.5. PROGRAMA BAÍA REINVENTADA – PBR

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMRJ considera a Baía de Guanabara o coração da metrópole, um espaço simbólico associado aos primórdios da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e municípios vizinhos, meio de acesso para as embarcações utilizadas por vários séculos, que implantaram na região um amplo e importante acervo de patrimônio histórico.

Promover a recuperação e a preservação ambiental da Baía de Guanabara é considerado um ponto essencial para o desenvolvimento de toda a Região Metropolitana, uma forma de demonstrar um compromisso com a população local, mas, também, um importante meio de divulgação e de valorização da cidade no plano nacional e no cenário global.

O **Programa Baía Reinventada (PBR)** propõe o resgate e a reinvenção do uso e dos valores culturais, históricos e ambientais presentes na Baía de Guanabara e no seu entorno, e aponta um conjunto de medidas próprias para alcançar seus grandes objetivos, além de incorporar ações dispostas em outros Programas de Ações Prioritárias.

Em primeiro lugar, o Programa Baía Reinventada defende a implantação da rede de esgotamento sanitário em tempo seco, em locais sem rede de esgotamento sanitário, ao longo dos rios contribuintes da bacia hidrográfica da baía, como solução de transição para um sistema separador absoluto, que viabilize a despoluição das águas em tempo relativamente curto, e que possibilite a sua utilização para o lazer e atividades turísticas.

O Programa trata de promover a restauração e a revitalização dos antigos portos marítimos e fluviais da Baía da Guanabara, bem como incentivar a revitalização das paisagens culturais históricas como Guia de Pacobaíba, Vila Inhomirim, Piedade e Vila Estrela, entre outras. Também apoia a valorização de ocupações urbanas e a proteção das comunidades tradicionais da orla da Baía, incentivando o seu desenvolvimento econômico e social.

Em outra frente, o Programa propõe investir na valorização e revitalização do Sistema Insular da Baía de Guanabara, destacando as ilhas de Paquetá, com seu inestimável patrimônio histórico e cultural, a ilha de Brocoió, de propriedade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Ilha do Sol, que rememora os feitos de Luz del Fuego, a Ilha do Governador, com destaque para a região de Tubiacanga, entre outras localidades a destacar.

Estimular a criação de Linhas de Transporte Aquaviário de Baixa Capacidade, linha de ação proposta pelo PBR, é uma das formas de valorizar a Baía de Guanabara, possibilitar a integração entre municípios da Região Metropolitana e promover turismo intrametropolitano, nacional e internacional, que deverá contar com rotas turísticas associadas ao patrimônio histórico e cultural.

Apoiar as áreas de preservação ambiental da região da Baía de Guanabara e seu entorno também faz parte do conjunto de ações do PBR, que valoriza a Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) de Guapimirim e Suruí, entre outras unidades de conservação municipal, que deverão passar a contar com Planos de Manejos, conectividade ambiental e apoio a medidas de gestão.

Não menos importante é o papel da Baía no que tange à prática de esportes náuticos. Poucas são as regiões metropolitanas no mundo que oferecem essas condições de cenário e presença constante de bons ventos. A Baía de Guanabara, que ajuda a construir a marca Rio, com frequência é usada como ponto de passagem de importantes circuitos internacionais de veleiros oceânicos, tendo também sido belíssimo palco das regatas realizadas nos recentes Jogos Olímpicos Rio 2016.

## 2.3.6. PROGRAMA GOVERNAR A METRÓPOLE – PGM

O **Programa Governar a Metrópole (PGM)** responde diretamente a uma grande preocupação manifestada pela sociedade civil em todo o processo de elaboração do PDUI que é melhorar a Gestão Pública e o atendimento às demandas da cidadania. Esse propósito parte da obrigatoriedade de se instituir a Governança Metropolitana da RMRJ nos termos estabelecidos no Estatuto da Metrópole para, nesse contexto, realizar alguns ajustes iniciais de Reforma do Estado, em total alinhamento com os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal ao deliberar sobre temas metropolitanos, em que se insiste na necessidade de compartilhamento interfederativo de decisões e iniciativas em tudo que implicar impacto metropolitano.

Assim, o primeiro passo será envidar os melhores esforços para que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) dê seguimento aos debates de instituição da Governança Metropolitana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro por meio da adoção de uma Lei Complementar que a formalize. Ato contínuo, será necessário que a Governança Metropolitana instituída e a mesma ALERJ discutam e aprovem a proposta de PDUI/RMRJ, trazendo iniciativas no âmbito estadual e municipal.

O Programa defende a necessidade de estimular os municípios a cooperarem entre si antes de continuarem a competir ainda mais. A competitividade é importante como atividade externa com relação a outras regiões metropolitanas; porém, no curto e médio prazo, é a solidariedade intermunicipal que vai deslanchar, como atividade interna, o processo de redução das desigualdades territoriais que marcam tão fortemente o território metropolitano fluminense e, ao se avançar nesse sentido, vão-se reforçar as condições de competitividade da RMRJ.

Para esse fim, o Programa vislumbra quatro grupos de iniciativas:

- I. Aquelas destinadas a realizar ajustes na organização da gestão territorial de modo a salientar o destaque metropolitano, que ficou ausente durante mais de 20 anos, inclusive introduzindo pequenas reformas institucionais com prioridade nas áreas de habitação, mobilidade e resiliência;
- II. Aquelas destinadas a alinhar planos, programas e projetos, tanto territoriais como setoriais, em todas as esferas de governo, de modo a reforçar sua convergência e aumentar a eficiência do gasto público, pois os recursos disponíveis ainda são escassos e precisam ser melhor utilizados; entram aqui os ajustes nos Planos Diretores Municipais, plano setoriais de todo tipo e a integração entre as diretrizes metropolitanas e os instrumentos de planejamento urbano, em todas as esferas de governo;
- III. Aquelas que, nessa mesma linha de ação, apoiam e estimulam os municípios para que reforcem suas receitas próprias e ampliem suas bases de contribuintes, sem onerar ainda mais aqueles que já são tributados, o que permitirá, a médio prazo, a alavancagem de recursos financeiros adicionais, seja na forma de empréstimos ou captação não-reembolsável; nesse caso, é essencial a constituição de um Fundo Metropolitano para financiar os investimentos de interesse comum, a ser alimentado inicialmente por contribuições municipais, federais e privadas, até que as finanças estaduais sejam recuperadas e também possam realizar aportes; com esses aportes, será possível estimular o crescimento econômico equalizado atraindo investimentos públicos e privados de modo desconcentrado e descentralizado; e ainda
- IV. Aquelas que reforçarão a capacitação profissional e funcional dos servidores públicos e representantes da sociedade civil em órgãos de gestão pública, aperfeiçoando a participação da sociedade civil nas parcerias com as esferas de governo, especialmente no âmbito municipal.

Concluindo o elenco de propostas, o Programa propõe um sistema de monitoramento da evolução da RMRJ, por meio de uma gestão da informação com base georeferenciada e acesso público, com a parceria da academia e outros segmentos da sociedade civil.

Para agilizar os resultados pretendidos, o PGM está montado a partir de iniciativas que demandam poucos recursos financeiros diretos, embora dependa de muita vontade política e habilidade para intensas negociações interfederativas. Uma boa quantidade dessas iniciativas pode ser levada a cabo em paralelo, sem prejuízo de seu resultado final.

Uma vez formalizada a Governança Metropolitana pela adoção de Lei Complementar, os passos a seguir devem priorizar a capacitação de servidores para a conseguinte etapa de reforço de recursos próprios, especialmente no tocante à ampliação das bases de contribuição do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e a instituição da Contribuição de Melhoria para a recuperação, ao menos parcial, dos investimentos públicos realizados, de modo a se manter um fluxo contínuo de recursos para investimento na cidade, uma forma da população contribuir para o Direito à Cidade.

### 2.3.7. PROPOSTAS PRELIMINARES REVISADAS

As **tabelas** a seguir ainda se encontram divididas por **eixo estruturante** (reconfiguração espacial, expansão econômica, valorização do patrimônio natural e cultural, mobilidade, habitação e equipamentos sociais, e saneamento e resiliência ambiental), acrescidas do **eixo transversal** gestão pública. Cada tabela síntese contém as **diretrizes** e a **descrição** das **propostas preliminares**, além da **questão a ser equacionada** e o **local da intervenção**.

Uma vez definidas as propostas, as mesmas serão detalhadas e distribuídas por **Programas de Ações Prioritárias**, e serão efetivamente apresentadas no Produto 15.

Importante destacar que nem todas as **contribuições recebidas** ou mesmo as **proposições inicialmente apresentadas** pelos especialistas se encontram presentes nas tabelas a seguir, uma vez que, após uma análise detalhada por toda a equipe, muitas não se configuravam com caráter metropolitano, possuindo impacto apenas local.

De modo a **padronizar** as diretrizes e propostas apresentadas por todos os eixos, e assim possibilitar uma melhor compreensão e evitar interpretações equivocadas, foi desenvolvido um **glossário** contendo o detalhamento de cada verbo (ação) utilizado nas **diretrizes e propostas preliminares** do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

**Tabela 2.3.7.A - Glossário dos Tipos de Ação PDUI/RMRJ**

Tipo de Ação	Descrição Geral	Uso
<b>PROMOVER</b>	Mobilizar os entes/órgãos que deverão realizar uma atividade de interesse metropolitano, promover convencimento, mobilizar recursos e financiamentos, dar orientação técnica, realizar acompanhamento	Atividades prioritárias para o PDUI/RMRJ
<b>APOIAR, COLABORAR</b>	Apoiar os entes/órgãos que manifestem intenção em realizar uma atividade de interesse metropolitano, oferecer orientação técnica, indicar fontes de financiamento e recursos	Atividades de interesse metropolitano e dos entes envolvidos
<b>ARTICULAR</b>	Articular diferentes órgãos que tenham condições de somar esforços e viabilizar atividades de interesse metropolitano, a partir da realização das atividades inerentes a cada um	Atividades de interesse metropolitano e missão de entes a articular
<b>ESTIMULAR, INCENTIVAR</b>	Levar informação e capacitação para sujeitos de entes/órgãos que poderão se interessar em realizar atividades de interesse metropolitano e que podem ser, ao mesmo tempo, de interesse desses entes	Atividades de interesse metropolitano de que podem interessar outros
<b>SENSIBILIZAR</b>	Levar informação para entes/órgãos sobre atividades de interesse metropolitano que podem interessa-los e ser motivo de iniciativa desses entes/órgãos	Atividades não prioritárias, mas complementares para o interesse metropolitano

As propostas estão divididas e relacionadas pelos eixos correspondentes e orientadas espacialmente, além de locais e municípios, pelas Macrozonas de Planejamento. Segue tabela com siglas correspondentes.

**Tabela 2.3.7.B – Siglas das Tabelas de Propostas PDUI/RMRJ**

Sigla	Eixo
REC	Reconfiguração Espacial e Centralidades
EE	Expansão Econômica
PNC	Patrimônio Natural e Cultural
MOB	Mobilidade
HES	Habitação e Equipamentos Sociais
SRA	Saneamento e Resiliência Ambiental
GP	Gestão Pública

## RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL E CENTRALIDADES

Diretrizes	ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Promover diretrizes metropolitanas para instrumentos de gestão urbanísticos e de políticas públicas setoriais.	REC 01	Promover a integração entre as diretrizes metropolitanas e os instrumentos de planejamento urbano, de políticas setoriais e orçamentário, das esferas federal, estadual e municipais, tais como os planos diretores municipais e planos metropolitanos de transporte público de passageiros, de logística, de desenvolvimento econômico, de infraestruturas urbanas, de equipamentos públicos, entre outros.	<p>Essa proposta prevê a harmonização das legislações urbanísticas municipais (planos diretores municipais e seus instrumentos) e das políticas setoriais com as diretrizes metropolitanas relacionadas a seguir:</p> <p><b>DIRETRIZ 01:</b> Promover a formação de uma estrutura metropolitana policêntrica, por meio do fortalecimento da rede de centralidades urbanas propostas, de segundo, terceiro e quarto nível, visando:</p> <p>a) Incentivar o fortalecimento e a valorização das centralidades urbanas propostas sendo centralidades de segundo nível: Campo Grande; centralidades de terceiro nível: Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu e São Gonçalo; centralidades de quarto nível: Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados e Seropédica, visando reduzir desigualdades territoriais e promover maior equilíbrio à metrópole.</p> <p>b) Incentivar investimentos em infraestrutura econômica, urbana e social nas centralidades urbanas propostas, visando a melhoria e ampliação das condições para a geração de negócios, acesso ao trabalho, acesso a equipamentos e serviços sociais, aumento da densidade habitacional e diversificação do uso do solo.</p> <p>c) Promover a conectividade das centralidades propostas com seu entorno e com outras centralidades propostas, a exemplo dos casos de Duque de Caxias - Nova Iguaçu; Campo Grande - Santa Cruz - Itaguaí; Niterói - São Gonçalo - Itaboraí; e de Madureira com as centralidades da Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro, Barra da Tijuca, e centralidades da Baixada Fluminense.</p> <p><b>DIRETRIZ 02:</b> Promover a contenção do espraiamento urbano e o maior adensamento e/ou qualificação da área urbana já ocupada da metrópole, visando:</p> <p>a) Promover a proteção ambiental sustentável das áreas frágeis e áreas rurais que circundam a mancha urbana, a fim de evitar a sua ampliação descontrolada, dirigindo o crescimento para o adensamento urbano.</p> <p>b) Promover a ocupação dos vazios urbanos, principalmente ao longo dos principais eixos de mobilidade, junto às estações ferroviárias da Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, e junto às centralidades urbanas propostas e seu entorno.</p> <p>c) Incentivar o adensamento urbano orientado nas áreas com infraestrutura e condições urbanas e sociais favoráveis junto às centralidades, aos principais eixos de mobilidade e nos principais pontos de intersecção dos eixos de mobilidade (pontos nodais).</p> <p>d) Promover a qualificação das áreas precárias da mancha urbana, principalmente nas porções localizadas na periferia da metrópole, promovendo a implantação de infraestrutura urbana e social.</p> <p><b>DIRETRIZ 03:</b> Promover a aproximação das funções de moradia e trabalho na metrópole, por meio de uma urbanização com maior coesão econômica e social, densidade e diversidade, visando:</p> <p>a) Incentivar a ocupação urbana diversificada, com uso misto de habitação, comércio e serviços, especialmente ao longo dos principais eixos de mobilidade, nas centralidades propostas, nos principais pontos nodais (pontos de intersecção dos eixos de mobilidade) e em outras áreas a definir.</p> <p>b) Incentivar a requalificação urbana, o adensamento habitacional e a diversificação do uso no entorno das estações ferroviárias, respeitadas as características urbanas, históricas e culturais existentes.</p> <p>c) Incentivar a ocupação habitacional próximo às áreas e/ou atividades geradoras de emprego e com potencial de expansão econômica, como o Porto de Itaguaí, Comperj e outros núcleos de desenvolvimento econômico.</p> <p>d) Incentivar o controle do uso do solo ao longo do Arco Metropolitano, evitando o uso habitacional no entorno e estimulando, nas áreas sem restrições ambientais, usos industriais e de logística e serviços de médio e grande porte.</p> <p><b>DIRETRIZ 04:</b> Promover a proteção ambiental da Região Metropolitana, incluindo a qualificação das áreas já preservadas e a ampliação das áreas de proteção ambiental.</p> <p>a) Promover a proteção de áreas com fragilidade ambiental e áreas rurais localizadas no entorno da mancha urbana, por meio da criação de áreas de preservação ambiental de uso sustentável e outros entres previstos na lei federal.</p> <p>b) Promover a preservação de áreas de ao longo de cursos de água, barragens, vias urbanas e outros meios, possibilitando a implantação de corredores de conexão ambiental entre as áreas de preservação ambiental existentes e propostas.</p> <p>c) Promover a qualificação das unidades de preservação ambiental existentes, apoiando e instrumentalizando a gestão a fim de incentivar usos sustentáveis e evitar ocupações irregulares.</p> <p><b>DIRETRIZ 05:</b> Promover a recuperação ambiental, econômica e social da Baía de Guanabara, sua orla, ilhas, entorno, bacias hidrográficas e comunidades tradicionais.</p> <p>a) Estimular a valorização de ocupações urbanas na orla da Baía de Guanabara, respeitadas as condicionantes ambientais.</p> <p>b) Valorizar e proteger as comunidades tradicionais na orla da Baía de Guanabara, apoiando o desenvolvimento econômico e social.</p> <p>c) Promover atividades turísticas relacionadas à natureza e ao patrimônio histórico, cultural e natural da Baía de Guanabara.</p>	Fortalecimento e harmonização dos instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas na implementação do Plano Metropolitano.	Toda a RMRJ
	REC 02	Promover a realização de estudos técnicos visando o detalhamento do macrozoneamento metropolitano (macrozonas, eixos e áreas de interesse metropolitano), respeitando as especificidades de cada região.	Essa proposta prevê a realização dos estudos, projetos e planos necessários para a implementação das propostas no território metropolitano.	Implementação das propostas.	Toda a RMRJ

**EXPANSÃO ECONÔMICA**

**EXPANSÃO ECONÔMICA**

Diretrizes	ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Incentivar políticas econômicas e de infraestrutura que visem apoiar a consolidação de centralidades secundárias favorecendo a polinucleação da Região Metropolitana, de forma a reduzir as desigualdades socio-territoriais e, consequentemente, as desigualdades de renda.	EE 01	Incentivar a implantação de <b>infraestrutura urbana social, do ambiente e de mobilidade</b> nas centralidades potenciais	<p>O PEDUI compreende a necessidade de se criar novos núcleos econômicos para gerar a desconcentração de atividades em relação à Macrozona Hipercentros. Isto passa obrigatoriamente pela intensificação de empregos, inicialmente, nas áreas da franja metropolitana que possuem maior qualificação urbana, aproveitando os meios de mobilidade e a estrutura de base já existente.</p> <p>É importante pensar na densificação em duas dimensões: econômica e habitacional. Essas dimensões têm seu comportamento dependente da gestão pública e são perpassadas por todos os demais eixos (habitação, saneamento, mobilidade, reconfiguração espacial e patrimônio natural).</p>	<p>Reduzir os desequilíbrios entre as diversas áreas intrametropolitanas e intramunicipais. Afinal, quando se observa a disposição das centralidades metropolitanas, da densidade urbana e da distribuição de empregos, verifica-se um total descasamento entre essas configurações. O problema fica mais grave quando se observa que esse descasamento é ainda maior em relação às áreas metropolitanas com potencial para o desenvolvimento de atividades intensivas em mão de obra, notadamente setores industrial e logístico, comercial e de serviços básicos (serviços especializados sempre serão concentrados em áreas de maior renda e infraestrutura).</p>	<p>Macrorregiões de Paracambi/Seropédica/Japeri/Queimados, Magé/Guapimirim, São Gonçalo/Itaboraí e Tanguá/Maricá, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Campo Grande, Santa Cruz</p>
	EE 02	Incentivar a implantação de <b>equipamentos sociais</b> nas centralidades secundárias e região.	<p>O PEDUI compreende a necessidade de se criar novos núcleos econômicos para gerar a desconcentração de atividades em relação à Macrozona Hipercentros. Isto passa obrigatoriamente pela intensificação de empregos, inicialmente, nas áreas da franja metropolitana que possuem maior qualificação urbana, aproveitando os meios de mobilidade e a estrutura de base já existente.</p> <p>É necessário o fortalecimento de zonas de grande potencial econômico, de forma a explorar as variáveis produtoras de riqueza e atividades relacionadas (comércio &amp; serviços, indústria de transformação, agricultura).</p>	<p>Reduzir os desequilíbrios entre as diversas áreas intra metropolitanas e intramunicipais. Afinal, quando se observa a disposição das centralidades metropolitanas, da densidade urbana e da distribuição de empregos, verifica-se um total descasamento entre essas configurações. O problema fica mais grave quando se observa que esse descasamento é ainda maior em relação às áreas metropolitanas com potencial para o desenvolvimento de atividades intensivas em mão de obra, notadamente setores industrial e logístico, comercial e de serviços básicos (serviços especializados sempre serão concentrados em áreas de maior renda e infraestrutura).</p>	<p>Macrorregiões de Paracambi/Seropédica/Japeri/Queimados, Magé/Guapimirim, São Gonçalo/Itaboraí e Tanguá/Maricá Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Campo Grande, Santa Cruz</p>
	EE 03	Incentivar a implantação de negócios nas centralidades secundárias, por meio de <b>apoio ao empreendedorismo</b> , oferta unificada e simplificada de serviços públicos feiras temáticas e eventos culturais atrativos para promoção local e atração da população.	<p>O PEDUI compreende a necessidade de se criar novos núcleos econômicos para gerar a desconcentração de atividades em relação à Macrozona Hipercentros. Isto passa obrigatoriamente pela intensificação de empregos, inicialmente, nas áreas da franja metropolitana que possuem maior qualificação urbana, aproveitando os meios de mobilidade e a estrutura de base já existente.</p> <p>Dentro das macrorregiões dev e-se buscar as áreas que dev em ser o foco das ações de uma primeira onda de atratividade de empregos (a exemplo de quiosques do Sebrae com orientação, capacitação e orientação para crédito), pois contribuiriam para redistribuí-lo em conjunto com a dinâmica econômica da RMRJ (através de espaços como o Poupatempo, oferecendo serviços como alvará, MEIs, etc.) e, dessa forma, a maneira como a população se desloca (mobilidade), com suas respectivas ineficiências e seus custos advindos. Isso significa implantar na RMRJ uma estrutura urbana policêntrica com descentralização de população e emprego.</p>	<p>Reduzir os desequilíbrios entre as diversas áreas intra metropolitanas e intramunicipais. Afinal, quando se observa a disposição das centralidades metropolitanas, da densidade urbana e da distribuição de empregos, verifica-se um total descasamento entre essas configurações. O problema fica mais grave quando se observa que esse descasamento é ainda maior em relação às áreas metropolitanas com potencial para o desenvolvimento de atividades intensivas em mão de obra, notadamente setores industrial e logístico, comercial e de serviços básicos (serviços especializados sempre serão concentrados em áreas de maior renda e infraestrutura).</p>	<p>Macrorregiões de Paracambi/Seropédica/Japeri/Queimados, Magé/Guapimirim, São Gonçalo/Itaboraí e Tanguá/Maricá</p>

Diretrizes	ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Promover a transformação da RMRJ em uma plataforma logística de nível internacional, integrando-a ao comércio global de produtos e serviços, aproveitando as infraestruturas críticas (portos, aeroportos, conexões nacionais, TIC).	EE 04	Promover a qualificação de infraestruturas críticas, ampliando as conexões por terra, elevando a capacidade de circulação de mercadorias, por meio de investimentos em estruturas.	<p>a) Conclusão do Arco Metropolitano (trecho leste)</p> <p>b) Construção do Arco Ferroviário Metropolitano e alteração do acesso ao porto, via projeto Porto do Século XXI</p> <p>c) construção do Anel Viário de Campos Elíseos</p> <p>d) Construção dos acessos ao Porto do Rio de Janeiro (Avenida Portuária - Av. Brasil - porto) e conclusão da infraestrutura da Avenida Alternativa (Av. Brasil - Porto, via Caju).</p>	A infraestrutura dos empreendimentos logísticos da RMRJ é insuficiente, o que leva a um desperdício de recursos e de potencial econômico do território.	Niterói, São Gonçalo, Rio Bonito, Magé, Guapimirim, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Seropédica, Itaguaí, Paracambi e Rio de Janeiro
	EE 05	Incentivar o aumento da oferta de áreas de apoio logístico, com a criação de retroáreas e outras melhorias para qualificação dessas estruturas logísticas, para reduzir custos de armazenagem de cargas dentro do território metropolitano e aumentar a competitividade do setor.	<p>a) Novo terminal de contêineres no Porto de Itaguaí</p> <p>b) Retroáreas externas aos polígonos dos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí (Distritos industriais, ZPEs ou ZALs)</p> <p>c) Qualificação do Porto de Niterói e das zonas dos estaleiros de Niterói e São Gonçalo para atividades diversas da produção naval</p> <p>d) Construção do Terminal de Petróleo de Ponta Negra, em Maricá.</p>	Aumentar a oferta de áreas de apoio logístico na retroárea das infraestruturas críticas.	Itaguaí, Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo
	EE 06	Colaborar para um aumento das linhas de conexões marítimas e, especialmente, aéreas, para ganhar mercado como "portão" internacional de negócios do Brasil, através das dragagens das baías de Sepetiba e Guanabara e da ampliação do Aeroporto do Galeão.	<p>a) Dragagens das baías de Sepetiba e Guanabara</p> <p>b) Ampliação do Aeroporto do Galeão.</p>	Aumentar as linhas de conexões marítimas e, especialmente, aéreas, para ganhar mercado como "portão" internacional de negócios do Brasil.	Rio de Janeiro e Itaguaí
Promover a transformação da RMRJ em um centro internacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e economia criativa, aproveitando a infraestrutura existente de universidades e centros de pesquisa públicos e privados, além de atrair outros. Aproveitando o perfil regional, enfatizar as cadeias de inteligência dos setores de Óleo e Gás, economia da saúde, defesa e segurança e naval.	EE 07	Incentivar ações para consolidar o <b>Corredor Tecnológico</b> da RMRJ, que concentra instalações de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação, promovendo-se uma integração das instituições, para ganhos de escala, produtividade, atuações articuladas e aproveitamento de sinergias.	<p>O Corredor tecnológico ocupa uma faixa territorial que começa na PUC-RJ (Gávea) e termina na REDUC - Petrobrás (Duque de Caxias), passando pela Zona Sul, orla da Baía da Guanabara, Ilha do Fundão (UFRJ); inclui ainda Guaratiba (Zona Oeste), onde há instalações militares de pesquisa. É essencial formular uma política territorial com o objetivo de explorar as diversas sinergias possíveis na área de pesquisa e desenvolvimento.</p> <p>Propostas territoriais:</p> <p>a) Construção do Polo Científico e Tecnológico do Exército em Guaratiba (PCTEG)</p> <p>b) Consolidação do Corredor Tecnológico</p>	Setores de inteligência possuem desenvolvimento limitado devido à falta de interação entre órgãos capazes de se retroalimentar.	Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, Seropédica, São Gonçalo, Itaboraí
	EE 08	Promover a adoção de <b>legislação específica voltada a incentivar a instalação de indústrias da cadeia</b> - aumentando o processo de cooperação entre os agentes que atuam na área, especialmente em locais de grande potencial e baixa exploração devido à restrições de zoneamento.	<b>Incentivos econômicos</b> previstos em lei são capazes de promover o estímulo necessário para o desenvolvimento de toda a cadeia industrial relacionada à serviços de inteligência.	Áreas de grande potencial econômico não são exploradas devido a restrições de zoneamento, especialmente nas cadeias de inteligência dos setores de Óleo e Gás, economia criativa, economia da saúde, defesa & segurança, naval, desenvolvimento de software e processos industriais tecnológicos (indústria 4.0).	Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, Seropédica, São Gonçalo, Itaboraí

Diretrizes	ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Promover a transformação da RMRJ em um polo internacional de turismo, ampliando a imagem da cidade do Rio de Janeiro e estruturando segmentos pouco explorados, em especial negócios & eventos, aventura, esportivo, náutico, de pesca, científico & intercâmbio, histórico e religioso.	EE 09	Incentivar o Turismo de Negócios.	Incentivar o turismo de negócios, por meio de uma política de marketing específica para as instituições e empresas que promovem grandes eventos de negócios, apresentando infraestruturas existentes e os diferenciais da RMRJ, promovendo ampla divulgação de um calendário metropolitano de eventos.	A falta de informação disponível e de um planejamento para receber visitantes e de um calendário turístico, com eventos que explorem cada uma das atividades e estimulem o turismo de negócios & eventos, que pode gerar grandes receitas para a metrópole.	RMRJ
	EE 10	Incentivar o turismo científico e de intercâmbio.	Incentivar o turismo científico e de intercâmbio ao redor da Baía da Guanabara, aproveitando os atrativos da Baía e as instituições de inteligência avançada e economia criativa do local, por meio de uma política de marketing para instituições acadêmicas e de pesquisa, divulgando as características e diferenciais da RMRJ.	A falta de geração de valor econômico ao redor da Baía da Guanabara, centro da metrópole, capaz de gerar, de maneira sinérgica, turismo e inovação.	RMRJ
	EE 11	Incentivar o Turismo relacionado com o meio ambiente.	Incentivar o turismo relacionado com o meio ambiente (rural, ambiental, de aventura), por meio de uma política de marketing específica para o público alvo, estimulando a preservação do meio ambiente em conjunto com o desenvolvimento econômico e social da região do Cinturão Agrícola Metropolitano.	Embora a RMRJ possua enorme área verde, esse espaço é pouco utilizado para turismo, deixando de gerar valor no local e dificultando a preservação do meio ambiente (em contraste com a expansão urbana ininterrupta).	RMRJ
	EE 12	Estimular o turismo conectado à cultura da RMRJ.	Estimular o turismo conectado à cultura da RMRJ (samba, carnaval, praia, esportes), reforçando sua identidade como capital cultural e principal destino turístico do Brasil, valorizando atributos e diferenciais da metrópole como um todo.	Turismo centralizado na área mais rica da metrópole, sem explorar outros locais, que também possuem diversos atrativos.	RMRJ
	EE 13	Incentivar o Turismo Intrametropolitano.	Incentivar o turismo Intrametropolitano, por meio da criação de um mapa de turismo da RMRJ e da promoção de atrativos desconhecidos, promovendo maior circulação de ativos em áreas turísticas, estimulando a melhoria na oferta de infraestruturas e serviços nas áreas elegidas, aumentando, em longo prazo, a escala de oferta turística desses locais (de local para nacional ou internacional).  Propostas territoriais: a) Aumentar exploração turística do Vulcão de Nova Iguaçu b) Aumentar exploração turística do Fundo da Baía e de suas Ilhas c) Aumentar exploração turística das Lagoas de Maricá	Falta de movimentação interna desestimula a existência de infraestrutura e serviços permanentes em pontos de potencial turístico, gerando um ciclo vicioso, pois leva ao desinteresse de turistas.	RMRJ
	EE 14	Incentivar o turismo nacional e internacional.	Incentivar o turismo nacional e internacional, através de um marketing direcionado a públicos-alvo estratégicos (de acordo com características como idade e orientação sexual) e outras particularidades e especificidades de cada grupo.	Falta de uma política estruturada de turismo, com o foco de atrair recursos para a metrópole e expandir sua marca como centro de cultura nacional e internacional.	RMRJ
	EE 15	Promover integração entre os municípios da metrópole para elaborar planos de turismo complementares.	Promover a integração entre os municípios para organizar estrategicamente planos de turismo, criando rotas de turismo e respeitando a vocação de cada local e estimulando ações de capacitação de funcionários, de marketing e de incentivos diversos para o desenvolvimento da atividade, aproveitando sinergias entre os diferentes tipos de turismo existentes.	A falta de um cadastro de fatores de interesse turístico em todos os municípios, baixa qualidade (quando existente) das infraestruturas turísticas e falta de um plano de turismo que apoie empreendedores na implantação de negócios voltados a explorar o setor.	RMRJ



Diretrizes	ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Ampliar a marca da RMRJ como centro nacional da economia criativa, avançando nas relações internacionais através da integração com áreas de P, D & I voltadas para indústria, serviços de engenharia, design e produção cinematográfica, importante para a consolidação internacional da marca da RMRJ e do país.	EE 16	Ampliar <b>marca da RMRJ</b> como centro nacional de economia criativa.	Ampliar a marca da RMRJ como centro nacional da economia criativa, em especial agregando valor de mercado a setores que garantem maior inserção socioeconômica, como o <b>artesanato, música e artes cênicas</b> , inserindo no calendário turístico <b>eventos e feiras</b> para os setores.	A falta de uma visão econômica dos setores, que são rotulados de atividades características de integração social e não como atividades de geração de valor. É preciso superar a falta de uma integração da cadeia produtiva e de um sistema de redes de desenvolvimento e ganhos agregados.	RMRJ
	EE 17	Articular <b>projetos de inovação tecnológica</b> voltados para a 4ª revolução industrial.	Articular, em parceria com centros de ensino e empresas, <b>projetos de inovação tecnológica</b> voltada para a 4ª Revolução Industrial (impressão 3D, realidade aumentada, ciberprodução e ciberatividades), além de inovações na área de geração de energia sustentável.	Ausência de planejamento de estado para a questão da evolução tecnológica e novas formas produtivas a partir da revolução tecnológica e da economia do ciberespaço. Necessidade de definir um objetivo claro e de processos a serem implementados para tornar a RMRJ um polo de desenvolvimento.	RMRJ
	EE 18	Incentivar a criação de <b>programas de estudo</b> para setores de maior valor agregado.	Incentivar a <b>criação programas de ensino nos níveis acadêmico e profissionalizante</b> para os setores de maior valor agregado e estimular o intercâmbio internacional, de forma a tornar a RMRJ um "destino de cérebros".	Ausência de planejamento de estado para a questão da evolução tecnológica e novas formas produtivas a partir da revolução tecnológica e da economia do ciberespaço. Necessidade de elaborar um programa de integração entre os centros acadêmicos e o setor produtivo, em especial a relação universidade - indústria.	RMRJ
	EE 19	Incentivar atividades de economia criativa relacionadas à <b>população de baixa renda</b> .	Incentivar atividades do campo da economia criativa que garantem grande inserção socioeconômica de famílias de baixa renda, incluindo <b>capacitação, comercialização, divulgação</b> , por meio de cursos, feiras, eventos, assessorias. Essas atividades podem se alinhar com programas de transferência de renda que permitam maior disponibilidade de tempo e acesso ao conhecimento para esse grupo focal empreender através de atividades relacionadas à economia criativa.	Ausência de planejamento de estado para realizar políticas em favor de microempreendedores, que podem gerar receitas, reduzir desigualdades de renda e reforçar a identidade da metrópole.	RMRJ
Promover a exploração do potencial ambiental da metrópole, considerando as áreas preservadas e o cinturão rural.	EE 20	Promover o desenvolvimento das áreas de produção rural da RMRJ	Criar políticas metropolitanas para incentivar a utilização do território próximo da ocupação urbana, de maneira a valorizar a área rural e evitar a expansão urbana inadequada. O objetivo é gerar incentivos para produção de alimentos orgânicos e da agroecologia, produção de peixes, e outras atividades de maior valor agregado, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da população local.	O esvaziamento da insipiente produção rural metropolitana e o avanço da urbanização descontrolada sobre as áreas produtivas, inclusive incentivada pelas mudanças nos zoneamentos municipais com foco na arrecadação de IPTU, mesmo em áreas de características rurais.	Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Seropédica, Tanguá
	EE 21	Promover a criação de selo de qualidade de origem, de forma a valorizar os produtos e garantir a fixação dos produtores locais, o que estimulará a preservação do território.	Criar políticas metropolitanas para incentivar a utilização da área verde próxima da ocupação urbana, de maneira a preservar o espaço rural e evitar a expansão urbana inadequada, incluindo a criação de um selo de qualidade de origem	O esvaziamento da insipiente produção rural metropolitana e o avanço da urbanização descontrolada sobre as áreas produtivas, inclusive incentivada pelas mudanças nos zoneamentos municipais com foco na arrecadação de IPTU, mesmo em áreas de características rurais.	Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro (Zona Oeste), São Gonçalo, Seropédica, Tanguá

**PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL**

PATRIMÔNIO NATURAL					
Diretrizes	ID	Propostas	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Manter a biodiversidade da metrópole, proteger os diversos ecossistemas do bioma da Mata Atlântica, incluindo a salvaguarda da água e dos solos enquanto patrimônio natural e promover a conexão de fragmentos de Mata Atlântica através de eixos de conectividade ambiental ao longo de rios, áreas livres, faixas de cobertura vegetal existentes, APPs, áreas fragilizadas, e unidades de conservação.	PNC 01	<b>Rede de Conectividade Ambiental:</b> Promover a criação eixo de conectividade ambiental entre o Parque Estadual da Pedra Branca e a Restinga de Marambaia	A partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes, da recomposição vegetal e dos recursos hídricos, incluindo estudos que criem ou ampliem Unidades de Conservação quando necessário, visando o aumento da área protegida, qualificação ambiental e contenção do espraiamento. <b>Produto orçado da proposta: Estudo</b>	Ausência de conectividade entre os fragmentos da Mata Atlântica	Rio de Janeiro e Itaguaí
	PNC 02	<b>Rede de Conectividade Ambiental:</b> Promover a criação eixo de conectividade ambiental entre o P.E. da Pedra Branca, ParNa da Tijuca e P.E. do Mendanha	A partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes, da recomposição vegetal e dos recursos hídricos, incluindo estudos que criem ou ampliem Unidades de Conservação quando necessário, visando o aumento da área protegida, qualificação ambiental e contenção do espraiamento. <b>Produto orçado da proposta: Estudo</b>	Ausência de conectividade entre os fragmentos da Mata Atlântica	Rio de Janeiro, Nilópolis e Mesquita
	PNC 03	<b>Rede de Conectividade Ambiental:</b> Promover a consolidação eixo de conectividade ambiental entre o P. E. do Mendanha, APA Guandu e Rebio Tinguá	A partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes, da recomposição vegetal e dos recursos hídricos, incluindo estudos que criem ou ampliem Unidades de Conservação quando necessário, visando o aumento da área protegida, qualificação ambiental e contenção do espraiamento. <b>Produto orçado da proposta: Estudo</b>	Ausência de conectividade entre os fragmentos da Mata Atlântica	Nova Iguaçu, Queimados e Japeri
	PNC 04	<b>Rede de Conectividade Ambiental:</b> Promover a criação eixo de conectividade ambiental entre o Parque Gramacho, APA do Alto Iguaçu e a ReBio Tinguá	A partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes, da recomposição vegetal e dos recursos hídricos, incluindo estudos que criem ou ampliem Unidades de Conservação quando necessário, visando o aumento da área protegida, qualificação ambiental e contenção do espraiamento. <b>Produto orçado da proposta: Estudo</b>	Ausência de conectividade entre os fragmentos da Mata Atlântica	Duque de Caxias, Belford Roxo e Nova Iguaçu
	PNC 05	<b>Rede de Conectividade Ambiental:</b> Promover a criação eixo de conectividade ambiental entre a Baía da Guanabara, APA do Suruí e a Parna Serra dos Órgãos	A partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes, da recomposição vegetal e dos recursos hídricos, incluindo estudos que criem ou ampliem Unidades de Conservação quando necessário, visando o aumento da área protegida, qualificação ambiental e contenção do espraiamento. <b>Produto orçado da proposta: Estudo</b>	Ausência de conectividade entre os fragmentos da Mata Atlântica	Magé
	PNC 06	<b>Rede de Conectividade Ambiental:</b> Promover a criação eixo de conectividade ambiental entre a Rebio do Tinguá e a Parna Serra dos Órgãos	A partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes, da recomposição vegetal e dos recursos hídricos, incluindo estudos que criem ou ampliem Unidades de Conservação quando necessário, visando o aumento da área protegida, qualificação ambiental e contenção do espraiamento. <b>Produto orçado da proposta: Estudo</b>	Ausência de conectividade entre os fragmentos da Mata Atlântica	Duque de Caxias e Magé
	PNC 07	<b>Rede de Conectividade Ambiental:</b> Promover a criação do eixo de conectividade ambiental entre o Refúgio da Vida Silvestre da Serra de Maricá e ParNa da Serra do Barbosão	A partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes, da recomposição vegetal e dos recursos hídricos, incluindo estudos que criem ou ampliem Unidades de Conservação quando necessário, visando o aumento da área protegida, qualificação ambiental e contenção do espraiamento. <b>Produto orçado da proposta: Estudo</b>	Ausência de conectividade entre os fragmentos da Mata Atlântica	Maricá, Tanguá e Rio Bonito
	PNC 08	<b>Rede de Conectividade Ambiental:</b> Promover a consolidação do eixo de conectividade ambiental entre a ESEC da Guanabara, APA da Baía do Rio Macacu e o ParNa dos Três Picos	A partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes, da recomposição vegetal e dos recursos hídricos, incluindo estudos que criem ou ampliem Unidades de Conservação quando necessário, visando o aumento da área protegida, qualificação ambiental e contenção do espraiamento. <b>Produto orçado da proposta: Estudo</b>	Ausência de conectividade entre os fragmentos da Mata Atlântica	Guapimirim e Cachoeiras de Macacu
	PNC 09	Promover a criação de novo mosaico de unidade de conservação na região de Niterói, Maricá e São Gonçalo	A partir do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Refúgio da Vida Silvestre da Serra de Maricá, APA de Maricá e outras unidades municipais, a partir da elaboração de estudo e gestão institucional. <b>Produto orçado da proposta: Plano</b>	Ausência de conectividade entre os fragmentos da Mata Atlântica	Niterói, Maricá e São Gonçalo
	PNC 10	Promover a elaboração dos Planos de Manejo de todas as Unidades de Conservação existentes e das Unidades novas	Para que a Unidade de Conservação atenda os objetivos pelos quais foi criada, é de suma importância a realização de seu plano de manejo, este que estabelece normas, restrições ao uso, ações a serem desenvolvidas e o manejo dos recursos naturais das UCs e seu entorno. No diagnóstico relativo ao Patrimônio Natural identificou-se que das 202 Unidades de Conservação dentro da RMRJ, 2 unidades federais, 6 estaduais e quase todas as municipais não possuem plano de manejo. <b>Produto orçado da proposta: Plano</b>	Dificuldade de gestão de unidades de conservação municipais e estaduais e falta de coordenação entre ações de gestão de unidades de conservação vizinhas	Todos os municípios
Promover o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e baías	PNC 11	Promover a conexão de fragmentos de floresta através da criação de reservas legais ou RPPNs em propriedades rurais	Os trechos estratégicos para conectividade ambiental da metrópole com situações fundiárias complexas, ou seja, com vastas áreas que não pertencem ao poder público, podem se tornar corredores de biodiversidade através da articulação das áreas de reserva legal (obrigatória para todo imóvel rural de acordo com a Lei 12.651/2012), inclusive sendo possível o arrendamento de áreas sob regime de servidão ambiental ou pela criação de RPPNs. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Dificuldade de ampliação da cobertura de floresta em áreas de propriedade privada	Todos os municípios
	PNC 12	Promover o desenvolvimento sustentável das áreas rurais no entorno da metrópole – o Arco Agroecológico, por meio de atividades econômicas, agroecológicas e rurais, compatíveis com a proteção do meio ambiente	Promover o desenvolvimento econômico e social da região do entorno da metrópole, a partir da valorização das condições ambientais e das potencialidades locais, contribuindo para o fortalecimento de municípios menos urbanizados da metrópole, colaborando para a contenção do espraiamento da ocupação urbana e levando em consideração o ZEE em elaboração. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Espraiamento da malha urbana e desenvolvimento econômico	Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaboraí, Guapimirim, Magé, Maricá, Nova Iguaçu, Rio Bonito, Rio de Janeiro, Tanguá
	PNC 13	Promover a elaboração de planos de contingência, recuperação e preservação ambiental para as Áreas de risco das baías de Guanabara e de Sepetiba	As atividades industriais e portuárias existentes nas baías de Sepetiba e da Guanabara oferecem riscos de diferentes tipos, em maior ou menor grau de contaminação ou poluição de suas águas. A proposta para a elaboração de planos de contingência para as baías visa mitigar os impactos na cadeia das vidas existentes e dependentes do equilíbrio ambiental. Considerar Plano SEA/BID para a Baía de Guanabara, Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba, Projetos dos Comitês de Recursos Hídricos das baías de Sepetiba e Guanabara. <b>Produto orçado da proposta: Plano</b>	Poluição do meio ambiente decorrente de atividades portuárias, oleodutos e outros usos de alto risco nas baías.	Duque de Caxias, Itaguaí, Magé, Guapimirim, Itaboraí, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Niterói

Diretrizes	ID	Propostas	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Associar soluções de macrodrenagem e segurança hídrica à conservação de bens naturais e culturais.	PNC 14	Promover a criação de parques lineares fluviais nas áreas urbanas ao longo de áreas de preservação e parques ao longo corredores de mobilidade	Os parques lineares são a principal solução para que as áreas urbanas contribuam para a resiliência dos ecossistemas da metrópole, promovendo de maneira integrada a limpeza de córregos, a conexão da vegetação arbórea e a manutenção do habitat das espécies da fauna local. A recuperação dos rios urbanos deve prever a condição de inserção paisagística e possibilidades de novas perspectivas no tecido urbano. Desta forma, as soluções de parques lineares apresentadas pelo eixo de Saneamento e Resiliência Ambiental devem ser prioritárias. <b>Produto orçado da proposta: Projeto</b>	Ausência de conectividade entre os fragmentos de mata atlântica, limitação de parques e áreas de lazer e de ambiência urbana, poluição dos rios urbanos e consequente poluição das baías.	Todos os municípios
	PNC 15	Estimular a implantação de projeto de recuperação e valorização do Aterro do Gramacho e do Parque da Orla do Gramacho	A proposta tem como objetivo trazer alternativa de mudança em relação a percepção e imagem do aterro. Visa contribuir para a qualidade de vida dos habitantes de Gramacho a partir da reconversão total do uso daquele endereço. Esse é um projeto baseado em três importantes vertentes: inclusão social, a recuperação ambiental e de outro a qualificação urbana, a proposta consiste na construção de um grande parque para o lazer e encontro da população voltado a educação ambiental. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Projeto</b>	Recuperação ambiental e requalificação de ambiente degradado	Duque de Caxias
	PNC 16	Estimular a criação ou implantação de reservatórios de pequeno porte a jusante das áreas de preservação ambiental, junto a encosta da Serra do Mar nas zonas de amortecimento, visando sua utilização para segurança hídrica, turismo e lazer.	A proposta visa propiciar a utilização desta água para o abastecimento humano, além de promover a atividade turística e lazer através do potencial hídrico na Serra, a exemplo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Indiretamente as pequenas represas podem contribuir com a drenagem da baixada fluminense a partir da retenção das águas pluviais. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Projeto</b>	Pouca conscientização em relação aos bens naturais, e falta de áreas de lazer e encontro em vários municípios.	Paracambi, Japeri, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu
	PNC 17	Promover a recuperação ambiental nas cavas de Seropédica	A proposta de recuperação ambiental na região de mineração em Seropédica traz possibilidades de renovação e requalificação urbana em quatro municípios da metrópole. O redesenho das cavas trará uma nova paisagem regional ao mesmo tempo que possibilitará a integração de diferentes parcelas do território do entorno: o uso da reserva de água bruta para o polo industrial no Rio de Janeiro, a expansão urbana para Itaguaí, a requalificação do bairro Jardins e a integração da Universidade Rural em Seropédica e, por abrangência, a proposta consiste na criação do Circuito das Águas. Cachoeiras de Macacu, Guapiraçu e Rio Bonito, apresentam uma enorme quantidade rios, córregos e cachoeiras distribuídos em todo o território o que permite a possibilidade do desenvolvimento de diferentes usos para esse grande potencial. A elaboração de ZEE para a área de entorno da represa poderá incluir propostas (uso paisagístico, uso de lazer, pousadas, SPAs, agricultura familiar) contribuintes para o desenvolvimento econômico da região formada pelos três municípios. <b>Produto orçado da proposta: Estudo, Plano, Programa e Projeto</b>	Recuperação ambiental e abastecimento de água para as indústrias	Itaguaí, Seropédica e Rio de Janeiro
	PNC 18	Promover a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional para a região do entorno do reservatório de Guapiraçu, abrangendo os rios Guapiraçu, Macacu e Rio Bonito	A proposta consiste na criação do Circuito das Águas. Cachoeiras de Macacu, Guapiraçu e Rio Bonito, apresentam uma enorme quantidade rios, córregos e cachoeiras distribuídos em todo o território o que permite a possibilidade do desenvolvimento de diferentes usos para esse grande potencial. A elaboração de ZEE para a área de entorno da represa poderá incluir propostas (uso paisagístico, uso de lazer, pousadas, SPAs, agricultura familiar) contribuintes para o desenvolvimento econômico da região formada pelos três municípios. <b>Produto orçado da proposta: Estudo, Plano, Programa e Projeto</b>	Diminuir intermitência de água potável para diversos municípios metropolitanos	Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Rio Bonito
Promover a recuperação dos lagos urbanos da metrópole	PNC 19	Promover a preservação e recuperação ambiental do sistema lagunar da Região Metropolitana	Elaboração de Plano de Recuperação Ambiental do Sistema Lagunar da Região Metropolitana e implementação de atividades pertinentes incluindo as lagoas de Marapendi, Rodrigo de Freitas, Piratininga, Maricá e demais lagoas a identificar. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Projeto</b>	Poluição do meio ambiente decorrente da antropização do entorno das lagoas e do despejo de esgoto sanitário, entre outros aspectos ambientais	Rio de Janeiro, Niterói e Maricá

PATRIMÔNIO CULTURAL					
Diretrizes	ID	Propostas	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
<p>Promover a conscientização da população sobre a importância dos bens culturais, consciência do papel de cada geração enquanto fiel depositária do patrimônio.</p> <p>Promover a preservação do patrimônio cultural material e imaterial: formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.</p> <p>Criar ou fortalecer e democratizar instrumentos de gestão do patrimônio cultural.</p>	PNC 20	Promover a gestão integrada do patrimônio cultural em todas as instâncias a partir da criação de um Cadastro Único para bens culturais	Integrar banco de dados e informações georreferenciados do patrimônio tombado pelas esferas federal, estadual e municipal a fim de melhorar a performance de manutenção e monitoramento de bens culturais materiais; além de registro de bens imateriais dos 21 municípios da RMRJ. Tecnicamente, o Cadastro Único permitirá a identificação, o monitoramento do estado de conservação e de necessidades, o acompanhamento das intervenções aplicadas -obras/financiamento/usos -, priorização para intervenção e obras de restauro, aplicabilidade de novos usos compatíveis às suas condições de permanência e valorização, entre outros. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Deterioração, destruição e ociosidade, bem como a dificuldade de acesso às informações gerais e estado de conservação dos bens culturais existentes nos municípios metropolitanos	Todos os municípios
	PNC 21	Criação de uma chancela de interesse de patrimônio	A partir do Cadastro Único, a Chancela poderá ser aplicada aos imóveis isolados, bem como aos conjuntos edificados para que seus proprietários tenham acesso às linhas de financiamento e auxílio técnico. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Deterioração, destruição e ociosidade, bem como a dificuldade de acesso às linhas de financiamento e auxílio técnico para o patrimônio edificado.	Todos os municípios
	PNC 22	Promover a criação de parâmetros para preservar, ocupar e requalificar imóveis de interesse do patrimônio	Criar condições de uso dos imóveis de interesse histórico e adequá-los para outras finalidades como: residencial, cultural e atividades características da economia criativa, ou seja, criar programa para ocupação de imóveis de interesse de preservação capaz de, simultaneamente: (i) restaurar/adequar o imóvel e trazer a instalação de empreendedores, transformando edificações tombadas em oportunidade de negócios geradores de emprego e renda, e (ii) restaurar/adequar os imóveis para fins residenciais e institucionais. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Má conservação e ociosidade de bens de interesse cultural	Todos os municípios
	PNC 23	Promover a criação de programas de Capacitação Profissional voltados aos servidores públicos e aos Profissionais das áreas de Patrimônio e Cultura	Criar programas de capacitação profissional para as diversas instituições que atuam sobre o patrimônio nas instâncias Federal, Estadual e Municipal para melhorar e qualificar as decisões, avaliações, contratação de serviços, aprovação e acompanhamento de projetos e financiamentos nos setores de Planejamento e Gestão Cultural e Ambiental. Criar programas de capacitação profissional para as diferentes atividades culturais a fim de qualificar e melhorar a elaboração de projetos e execução de serviços em todas as atividades que envolvam a manutenção e restauração dos bens de interesse do Patrimônio bem como da produção cultural em geral. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Dificuldade financeira e institucional de municípios metropolitanos para reconhecer, conservar e valorizar seus bens culturais e extinção gradativa e/ou inexistência de cursos e projetos de extensão do conhecimento em diferentes áreas e atividades voltadas a preservação/qualificação dos saberes e a educação/ensino dos ofícios para as boas práticas de conservação de bens naturais e culturais.	Todos os municípios
	PNC 24	Promover a criação de linhas de financiamento para ações de interesse do patrimônio cultural no Fundo Metropolitanano	A criação de um Fundo Metropolitanano com linhas de financiamento para ações de valorização do patrimônio tem como objetivo colaborar efetivamente no restauro e manutenção do patrimônio edificado - público ou privado. O acesso aos recursos do Fundo deverá estar vinculado à apresentação de alguns quesitos, tais como: importância do bem de interesse, da área ou região de atingimento, do setor da cultura a que está ou estará vinculado, projeto e benefícios diretos e indiretos, entre outros. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Inexistência de linhas de crédito especiais voltadas à manutenção e conservação de imóveis de interesse cultural.	
	PNC 25	Promover a delimitação de conjuntos urbanos de interesse arquitetônico e histórico	Criar condições de salvaguarda da memória, da identidade e da escala local a partir do estabelecimento de um perímetro para a elaboração de PEUs que indicarão os parâmetros de compatibilização entre as novas ocupações, características da dinâmica urbana, e os interesses de valorização do patrimônio ambiental urbano, cultural e imaterial. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Projeto</b>	Descaracterização e homogeneização do entorno de bens tombados e de conjuntos urbanos históricos.	
	PNC 26	Promover a criação de roteiros ambientais e históricos	Os diferentes ambientes, do natural ao histórico/artístico/cultural presentes na metrópole se constituem com reserva de ativos que podem ser convertidos em elementos da transformação econômica e bem-estar para as comunidades metropolitanas. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Projeto</b>	A valorização de ativos naturais e históricos presentes na metrópole	
	PNC 27	Promover a criação de calendário de eventos culturais para a Metrópole	Os diferentes ambientes, do natural ao histórico/artístico/cultural presentes na metrópole se constituem com reserva de ativos que podem ser convertidos em elementos da transformação econômica e bem-estar para as comunidades metropolitanas. Eventos voltados à natureza e esportivos, eventos de conteúdo histórico, eventos de conteúdo das artes, entre outros. Como pré-requisito é necessário o conhecimento das potencialidades locais, a implantação das estruturas, a elaboração dos Calendários, bem como de uma divulgação sistêmica e integrada. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Dificuldade institucional de municípios metropolitanos no conhecimento de seus ativos patrimoniais e a inexistência de uma plataforma com conteúdo Ambiental/Cultural da Metrópole.	
	PNC 28	Promover o uso efetivo do instrumento de Transferência de Potencial Construtivo nos municípios da metrópole	O instrumento de Transferência de Potencial Construtivo se constitui como uma ferramenta de planejamento para a permanência efetiva do patrimônio edificado. Permite a venda do direito de construção do solo no endereço no qual está inserido para uma outra área, onde o planejamento urbano aponta como área de adensamento. Tecnicamente funciona com uma compensação no endereço do imóvel e um ganho para o endereço de destino. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Demolição dos imóveis para o ganho financeiro adquirido pelas leis de zoneamento, bem como a dificuldade financeira de proprietários de imóveis de interesse cultural para realizar as manutenções necessárias à conservação.	

PAISAGEM CULTURAL					
Diretrizes	ID	Propostas	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Preservar porções do território metropolitano em que elementos de patrimônio natural e cultural material e imaterial, configuram cenários de valor atualmente ameaçados por conflitos econômicos, ambientais e sociais. Promover a inclusão da categoria das paisagens culturais nas novas diretrizes de zoneamento estadual e municipal.	PNC 29	Promover o instrumento de Chancela da Paisagem Cultural Metropolitana	A proposta visa promover estudos para: (i) garantir benefícios fiscais através de isenção (ii) permitir o acesso a financiamento através de linhas de crédito especiais (iii) articular atores do território entendido enquanto paisagem cultural para ações em conjunto apoiadas pelos setores público, privado e não-governamentais. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Dificuldade de conservação e perpetuação de práticas culturais, bens materiais e a paisagem natural	
	PNC 30	Promover a criação de novas delimitações de Paisagem Cultural e definir parâmetros para sua valorização	Promover estudos para a criação de novas áreas, cujos limites formarão os novos recortes de Paisagens Culturais, visa preservar de maneira integrada os conjuntos formados pelos diferentes bens existentes no território da metrópole, prioritariamente aqueles conjuntos formados pela presença simultânea de elementos característicos do Patrimônio Ambiental, Cultural e Imaterial. Regular a Chancela da Paisagem Cultural no âmbito municipal, com exigência de estudos sobre regulação da paisagem cultural; EIV; EIA/RIMA e regulamentação de instrumentos como o Direito de Preempção. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Programa</b>	Destruição e/ou descaracterização de bens naturais e culturais e a consequente perda de importantes elementos, físicos e imateriais formadores da identidade e sentido de pertencimento local ou regional	
Promover a preservação de comunidades tradicionais que habitam áreas litorâneas	PNC 31	Promover estudo de viabilidade para criação do novo Terminal Pesqueiro Público na Baía de Guanabara e regiões de Niterói, Maricá e Itaguaí	Implantar as condições necessárias de infraestrutura de suporte à atividade da pesca artesanal como a complementação final da cadeia produtiva do setor - comercialização, armazenamento, congelamento. A proposta busca a permanência dessa atividade econômica importante da qual dependem centenas de famílias que vivem na metrópole do Rio de Janeiro. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Programa</b>	Desde a desativação do entreposto da Praça XV, falta infraestrutura para pescadores artesanais comercializarem produtos (gelo, um ponto centralizador de comércio)	
	PNC 32	Promover a viabilização da Chancela da Paisagem Cultural (estadual ou municipal) para área da RESEX Itaipu	Articulação de atores interessados no processo de chancela, para que se fortaleça o reconhecimento e a manutenção da escala local e atividade tradicional. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Projeto</b>	Especulação imobiliária impede acesso dos pescadores à terra adjacente às águas do perímetro da RESEX	
	PNC 33	Promover a preservação das paisagens de interesse histórico e ambiental de Itaguaí	A proposta consiste no levantamento e elaboração de projetos para Ilha da Madeira, Ilha de Itacuruçá e Coroa Grande; visa compatibilizar e mitigar os impactos provenientes dos grandes investimentos feitos no Porto de Itaguaí e no Arco Metropolitano com a escala socioambiental existente na Baía de Sepetiba. <b>Produto orçado da proposta: Plano</b>	Degradação de bens culturais e naturais em razão dos conflitos de escala trazidos a partir das estruturas e dinâmicas portuárias	
	PNC 34	Promover a preservação dos atributos naturais, culturais, paisagísticos e biológicos, da área de Ponta Negra	Levantamento e elaboração de projetos, assim como manutenção das atividades de pesca artesanal da região. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Plano</b>	Degradação de bens culturais e naturais, possível conflito com estrutura portuária prevista para a região	
	PNC 35	Promover a preservação dos atributos naturais, culturais, paisagísticos e biológicos, da área de Itaoca	A ilha de Itaoca em São Gonçalo, lugar da implantação da Cidade da Pesca, apresenta um conjunto de bens naturais e culturais. A proposta visa encontrar os meios para a compatibilização das diferentes escalas de paisagem existente e as atividades econômicas planejadas para a Cidade da Pesca, ou seja, busca a garantia da permanência e qualificação desse acervo ambiental/cultural, constituintes importantes para a criação de endereços para pequenos negócios, lazer e maior qualidade de vida à população de São Gonçalo. A proposta encontra lugar de destaque quando colabora para o desenvolvimento econômico sustentável e agrega elementos de consolidação para a proposta Baía Reinventada. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Plano</b>	Destruição de bens naturais e culturais; frente para Baía de Guanabara desperdiçada do ponto de vista paisagístico, de lazer e de apropriação pela população local	
	PNC 36	Estimular o monitoramento e adequação do projeto da Cidade da Pesca	A proposta visa encontrar os meios para a compatibilização das diferentes escalas de paisagem existente e as atividades econômicas planejadas para a Cidade da Pesca, ou seja, busca a garantia da permanência e qualificação desse acervo ambiental/cultural, constituintes importantes para a criação de endereços para pequenos negócios, lazer e maior qualidade de vida à população de São Gonçalo. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Destruição de bens naturais e culturais; frente para Baía de Guanabara desperdiçada do ponto de vista paisagístico, de lazer e de apropriação pela população local	

Diretrizes	ID	Propostas	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Promover a requalificação urbana e paisagística como estratégia indutora da revitalização das áreas centrais próximas às estações dos trens suburbanos	PNC 37	<b>Sistema Ferroviário Suburbano:</b> Promover a contratação de Projetos para a Identificação e Delimitação do perímetro de interesse do patrimônio, no Entorno das Estações, ao longo dos eixos ferroviários para a criação de Zona de Paisagem Cultural Suburbana (ZPCS)	Coração dos bairros da zona norte e oeste carioca, bem como dos endereços da fundação dos municípios da baixada, o Entorno das Estações representa o lugar da história e da dinâmica socioeconômica, desde sua ocupação aos dias de hoje. A proposta consiste na delimitação de ZPCSs com definição do perímetro urbano capaz de salvaguardar a memória, a identidade e a escala local. Os projetos deverão indicar os parâmetros de compatibilização entre as novas ocupações - e os elementos de interesse de valorização do patrimônio material (escala urbana e dinâmica do entorno das estações) e imaterial, forte contributivo do espírito do carioca das zonas norte e oeste e do subúrbio metropolitano (a escala econômica, os bolões e fazeres, o samba). <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Plano</b>	Reverter o movimento de desvalorização, empobrecimento e esvaziamento de significado e identidade dos bairros no entorno do eixos ferroviários, a desorganização dos equipamentos e das estações dos modais de transporte existentes, a integração dos bairros divididos pelo ramal ferroviário	
	PNC 38	<b>Sistema Ferroviário Suburbano:</b> Estimular a requalificação das Estações	Para o eixo PNC, a necessidade de requalificação das estações de trem está para além do transporte, aqui, essa necessidade está voltada às questões relacionadas ao sentido de pertencimento, tem o propósito de refazer os elos de identidade das comunidades que, pelo trem, tiveram suas origens e através dele tiveram seus fluxos do cotidiano traçados. A requalificação das estações poderá iniciar o processo de requalificação da tessitura urbana, dos bens culturais materiais e imateriais de cada uma das comunidades ao trem vinculadas. Considerar a implantação de equipamentos e serviços públicos e de comércio. Elaborar projetos para aproximadamente 10 estações, e estudos para as restantes. <b>Produto orçado da proposta: Projeto</b>	Deterioração dos Patrimônio Cultural Material e Imaterial, das áreas urbanas lindeiras aos eixos ferroviários.	
	PNC 39	<b>Sistema Ferroviário Suburbano:</b> Promover a requalificação do entorno das Estações Ferroviárias, valorizando a paisagem cultural e paisagística	Promover a requalificação do entorno das Estações a partir da elaboração de planos que considerem e valorizem a memória do lugar, que tratem do patrimônio existente como ordenadores do território, que incentivem o adensamento habitacional e a diversidade de uso ao longo dessa linha para infraestrutura, promovendo a implantação de equipamentos e serviços públicos, valorizando centralidades urbanas e pontos nodais da rede de mobilidade, sempre a partir da guarda das características suburbanas presentes no entorno das estações. <b>Produto orçado da proposta: Projeto</b>	Reverter o movimento de desvalorização, empobrecimento e esvaziamento de significado e identidade dos bairros no entorno do eixos ferroviários, a desorganização dos equipamentos e das estações dos modais de transporte existentes, a integração dos bairros divididos pelo ramal ferroviário	
Promover a requalificação da orla da Baía de Guanabara e ações possam contribuir para o seu saneamento e desenvolvimento sustentável - <b>Baía Reinventada</b>	PNC 40	<b>Baía reinventada:</b> Promover a realização de estudos para a implantação de pieres e atracadouros na Baía de Guanabara, bem como a restauração e revitalização dos portos marítimos e fluviais antigos	A proposta visa reaproximar a Baía de Guanabara do morador da metrópole a partir da intensificação de seu uso e da apropriação de seus atributos naturais e históricos no cotidiano de todo cidadão metropolitano. A revitalização dos portos e pieres fazem parte das infraestruturas necessárias para alavancar a proposta de uso mais intensivo da Baía de Guanabara, possibilitando passeios turísticos nos rios do fundo da Baía, acesso aos roteiros e alguns parques históricos propostos, acesso às Ilhas, acesso às praias e áreas de lazer. Poderão também servir ao transporte público voltado à ligação aquaviária entre os municípios lindeiros a Baía, e com isso, gerar novos fluxos de cooperação e de pertencimento local. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Projeto</b>	Degradação de bens culturais e naturais, subaproveitamento do potencial turístico e econômico dos municípios metropolitanos lindeiros à Baía de Guanabara	
	PNC 41	<b>Baía reinventada:</b> Promover a valorização e Revitalização da Orla da Baía	Promover o acesso a todos os municípios lindeiros tenham um acesso à baía e apropriem-se a partir de diferentes atividades (produção, preservação, lazer, atividade portuária, etc.). <b>Produto orçado da proposta: Estudo, Plano, Programa e Projeto</b>	Subaproveitamento de bens ambientais e culturais, da força cênica e paisagística bem como das potencialidades do ponto de vista turístico, econômico, científico, educacional e de lazer.	
	PNC 42	<b>Baía reinventada:</b> promover a valorização e revitalização do Sistema Insular da Baía	A proposta visa garantir a condição ambiental e cênica do conjunto insular da Baía. As ilhas apresentam diferentes estados de antropização e adequação ambiental, entretanto constituem um magnífico acervo para a composição de conjuntos de patrimônio da Paisagem Cultural. 1. Ilhas Naturais 2. Ilhas Urbanizadas (Fundão e Governador) 3. Fiscal - 4. Paqueta e Brocoió - 5. Ilhas do Litoral de São Gonçalo. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Plano</b>	Subaproveitamento de bens ambientais e culturais, da força cênica e paisagística bem como das potencialidades do ponto de vista turístico, econômico, científico, educacional e de lazer.	
Criação de parques históricos para salvaguarda da ambiência de bens culturais, proteção de áreas verdes remanescentes	PNC 43	Promover a criação de Parques Históricos no entorno de bens do interesse do patrimônio	Os conjuntos formados por importantes fragmentos arquitetônicos, em melhor ou pior estado de conservação e por suas regiões de entorno, esquecidas pela economia e pela urbanidade, constituem oportunidades singulares para a melhoria da qualidade de vida do sujeito metropolitano. A implantação desses parques públicos possibilitarão ao cidadão a dupla experiência: natureza e história, ali presentes e manifestos em cada ruína; permitirão a constituição de algo maior que um novo lugar de lazer, representarão o elo de ligação entre o passado e presente. Os Parques com prioridade de implantação são: Parque Histórico Vila Iguassu; Parque Histórico de Queimados; Parque Histórico do Convento São Boaventura. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Projeto</b>	Salvaguarda da ambiência de bens culturais, proteção de áreas verdes remanescentes, criação de espaços públicos de lazer, criação de polos de pesquisa e educação patrimonial	
	PNC 44	Promover a criação de um centro de arqueologia em área adjacente às ruínas do Convento de São Boaventura	Criação de centro de arqueologia, centro de restauro e centro de cultura imaterial, em área junto ao Convento de São Boaventura (considerar propostas do IDEC-RJ). <b>Produto orçado da proposta: Projeto</b>	Subaproveitamento de bem cultural importante, do ponto de vista turístico, econômico, científico, educacional, ambiental, histórico, turístico e educacional.	
Fortalecimento do município de Magé enquanto polo ambiental, turístico e cultural	PNC 45	Orientar a revisão do Zoneamento de Magé	Revisão das áreas denominadas Zona de Expansão Urbana (ZEU) e do perímetro da Área de Atividade Industrial (AAI), e consideração da importância patrimonial do município dentro da metrópole. <b>Produto orçado da proposta: Programa</b>	Destruição de bens naturais e culturais em prol de usos logísticos, de extrativismo ou industriais pela proximidade com o Arco Metropolitano; espraiamento urbano	
	PNC 46	Promover a revitalização das paisagens dos distritos de Magé: Suruí, Guia de Pacobaíba, Vila Inhomirim, Piedade e Vila Estrela	Realização de estudos e concursos de arquitetura e urbanismo, visando propostas de requalificação urbana e desenvolvimento sustentável. <b>Produto orçado da proposta: Estudo e Projeto</b>	Degradação de bens culturais e naturais; subaproveitamento do potencial turístico e econômico de Magé	

## MOBILIDADE

MOBILIDADE						
Diretrizes	ID	IDnovo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Reduzir a estrutura radial dos deslocamentos metropolitanos (infraestrutura).	MOB 01	MOB 01 - A	Promover a criação e/ou adequação de Eixos Transversais de Articulação para o transporte coletivo baseada na premissa de fortalecimento dos deslocamentos internos à centralidade e entre a centralidade e seus arredores.	Construir vias com prioridade ao transporte público e ativo que contraponham a orientação radial do atual sistema de transportes, salvaguardando em projeto premissas de desestímulo ao transporte individual nas regiões e de adensamento desejado  Interbaixada 1 (Centro de Nova Iguaçu - Jardim Primavera)	Ausências de vias que possibilitem a ligação com prioridade ao transporte público entre centralidades próximas.	Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu, São João do Meriti
		MOB 01 - B	Promover a criação e/ou adequação de Eixos Transversais de Articulação para o transporte coletivo baseada na premissa de fortalecimento dos deslocamentos internos à centralidade e entre a centralidade e seus arredores.	Construir vias com prioridade ao transporte público e ativo que contraponham a orientação radial do atual sistema de transportes, salvaguardando em projeto premissas de desestímulo ao transporte individual nas regiões e de adensamento desejado  Interbaixada Leste (proximidades do rio Alcântara)	Ausências de vias que possibilitem a ligação com prioridade ao transporte público entre centralidades próximas.	São Gonçalo
		MOB 01 - C	Promover a criação e/ou adequação de Eixos Transversais de Articulação para o transporte coletivo baseada na premissa de fortalecimento dos deslocamentos internos à centralidade e entre a centralidade e seus arredores.	Construir vias com prioridade ao transporte público e ativo que contraponham a orientação radial do atual sistema de transportes, salvaguardando em projeto premissas de desestímulo ao transporte individual nas regiões e de adensamento desejado  a) BRS e Ciclovía RJ 105 Duque de Caxias - Nova Iguaçu - Campo Grande (Estrada de Madureira) b) BRS e Ciclovía Pacheco - Interbaixada Leste c) BRS e Ciclovía Pacheco - Guaxindiba d) BRS e Ciclovía Nilópolis - Duque de Caxias e) BRS e Ciclovía Nilópolis - S. J. de Meriti - Vilar do Teles f) BRS e Ciclovía Via Imboaçú (Proximidades do rio Imboaçú)	Ausências de vias que possibilitem a ligação com prioridade ao transporte público entre centralidades próximas.	Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João do Meriti, Rio de Janeiro e São Gonçalo
	MOB 02	MOB 02 - A	Promover a criação e/ou adequação de Eixos Complementares de Articulação, com prioridade ao transporte público, entre centralidades de uma mesma macrozona.	Expandir linhas de Metrô e BRT, mesmo em princípio radiais, para otimizar a nova rede proposta, salvaguardando em projeto premissas de desestímulo ao transporte individual nas regiões e de adensamento desejado  a) Metrô subterrâneo Linha 3 Niterói - São Gonçalo b) Metrô subterrâneo Linha 3 São Gonçalo - Itaboraí	Ausências de vias que possibilitem a ligação com prioridade ao transporte público entre centralidades próximas.	São Gonçalo Itaboraí e Niterói
		MOB 02 - B	Promover a criação e/ou adequação de Eixos Complementares de Articulação, com prioridade ao transporte público, entre centralidades de uma mesma macrozona.	Expandir linhas de Metrô e BRT, mesmo em princípio radiais, para otimizar a nova rede proposta, salvaguardando em projeto premissas de desestímulo ao transporte individual nas regiões e de adensamento desejado  a) Eixo Pavuna - Nova Iguaçu b) BRT Transniterói c) BRT/BRS da Ilha do Governador d) Conclusão do arco metropolitano entre BR 116 BR 101 e) Ramal Santa Cruz - Itaguaí	Ausências de vias que possibilitem a ligação com prioridade ao transporte público entre centralidades próximas.	São João de Meriti, Mesquita, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Niterói, Rio de Janeiro, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí
	MOB 03	MOB 03	Promover adequação do eixo ferroviário ao redor da baía da Guanabara, baseado-se na premissa de fortalecimento dos deslocamentos locais àquela região.	1ª etapa da Adequação para sistema de uso misto no Arco Ferroviário da Baía de Guanabara 2ª etapa da Adequação para sistema de uso misto no Arco Ferroviário da Baía de Guanabara c) VLT Vila Inhomirim d) VLT Saracuruna	Má qualidade da via férrea e do veículo, associada a diretriz de levar pessoas ao centro, aumentando a dependência.	Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Itaboraí
Otimizar os recursos em mobilidade (serviços).	MOB 04	MOB 04	Estimular a criação de Linhas Enraizadoras (conectam o interior da centralidade), Integradoras (conectam a centralidade e sua vizinhança) e Articuladoras (conectam as centralidade de uma mesma macrozona).	Criar linhas de transporte público coletivo por ônibus para ligação entre as centralidades de cada Macrozona, entre as centralidades e sua vizinhança e interna às próprias centralidades, estimulando diferentes tarifas sujeitas ao papel e ao alcance de cada linha.	Aumentar a acessibilidade local e regional. Incentivar os deslocamentos de curta distância.	RMRJ
	MOB 05	MOB 05	Articular a reestruturação da rede de transporte público coletivo da RMRJ baseado no fortalecimento das relações entre centralidades de uma mesma macrozona.	Reorganizar a atual rede de forma a aumentar sua eficiência e estimular e reorientar o desenvolvimento urbano segundo os preceitos de enraizamento, Integração e articulação, equilibrar a Concorrência e reduzindo a Dependência.	Reduzir a sobreposição de serviços, utilizar de forma mais eficiente a infraestrutura de transportes e estimular o desenvolvimento local e regional.	RMRJ

Diretrizes	ID	IDnovo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Reorientar o uso do transporte individual motorizado.	MOB 06	MOB 06	Promover a criação Linhas de Transporte Aquaviário de Baixa Capacidade através de outorgas para atendimento de demandas locais e regionais.	Outorgar a operação de linhas de transporte aquaviário na Baía de Guanabara para atender às demandas locais e regionais.	Falta de alternativa de mobilidade às margens da Baía de Guanabara. Estimular a cultura do uso do transporte aquaviário de curta distância e em turismo.	Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e Itaboraí
	MOB 07	MOB 07	Orientar o desenvolvimento local através do transporte (DOTS), direcionando a transformação de estações e seus entornos em espaços integrados.	Definir estações de integração que sejam estratégicas para a implementação de DOTS. Foco no transporte não motorizado e coletivo.	Otimizar o uso das infraestruturas das estações do transporte de alta capacidade (trem, metro e BRT) para promover o desenvolvimento urbano local e fortalecer as centralidades.	RMRJ
Melhorar a qualidade dos deslocamentos	-	MOB 08	Desenvolver políticas e ações de restrição ao uso do transporte individual motorizado	Articular através da atuação conjunta com os municípios, a implantação de vias pedestrianizadas e com restrição ao uso de carros	O transporte individual motorizado é o modo com maiores externalidades negativas, como altas taxas de acidentes, poluição e ineficiência no uso do espaço urbano.	RMRJ
	-	MOB 09	Incentivo ao uso de combustíveis limpos	Articular com entes privados e públicos a possibilidade de adoção de políticas de apoio à aquisição de veículos novos movidos a combustíveis limpos, como biodiesel, hidrogênio e eletricidade	A poluição causada devido ao uso de automóveis é um dos maiores fatores prejudiciais a saúde humana nas cidades, o incentivo ao uso de combustíveis limpos reduz o efeito prejudicial e aumenta a eficiência energética	RMRJ
Realizar atividades de gestão e articulação institucional referente à mobilidade, considerando o mandato metropolitano a ser instituído em legislação complementar.	MOB 08	MOB 10	Promover de forma integrado com os municípios, ações de fortalecimento do uso do transporte ativo (caminhada e bicicleta).	Atuar conjuntamente com os municípios na adoção de políticas de incentivo aos transportes ativos, na transformação dos espaços públicos degradados em ambientes caminháveis e no auxílio à elaboração de planos cicloviários e identificação e implementação de possíveis redes de rotas cicláveis integradas à rede metropolitana de transporte.	Deslocamentos a pé e por bicicleta realizados em condições precárias, inferiores ao aceitável em termos de segurança e qualidade-de-vida. Consolidação da divisão modal, desestimulando o crescimento da taxa de viagens por transporte individual.	RMRJ
	MOB 09	MOB 10	Articular a criação de Ente Metropolitano de Transportes Públicos.	Articular a criação uma entidade que irá ser responsável pelo planejamento, fiscalização e gestão do transporte público na RMRJ	Falta de uma ator que represente todos os municípios nas decisões sobre transporte na RMRJ.	RMRJ
	MOB 10	MOB 12	Promover a criação de fontes de financiamento para mobilidade.	Criação de fontes de financiamento contínuo para Transportes Públicos da RMRJ, bem como obras de infraestrutura e subsídios ao serviço.	Ausência de recurso corrente para promover a melhoria constante na qualidade da mobilidade urbana.	RMRJ



## HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Habitação			
Diretrizes	ID	Título	Local
Promover a realização de programas de provisão de unidades para a reduzir o déficit habitacional quantitativo e atender parte da demanda habitacional.	HES 01	Incentivar a produção de unidades HIS (de 0 a 3 SM) em áreas prioritárias com infraestrutura e diversificação de usos, seja em vazios urbanos ou localidades adensáveis, e sirvam também como instrumento de organização e estruturação do território urbano. (Déficit)	Centralidades Propostas, eixos de adensamento, cruzamento de eixos de mobilidade (nós)
	HES 02	Incentivar a produção de unidades HIS (de 0 a 3 SM) e HMP (de 3 a 5 SM) em áreas prioritárias com infraestrutura e diversificação de usos, seja em vazios urbanos ou localidades adensáveis, e sirvam também como instrumento de organização e estruturação do território urbano. (Aumento de parte da demanda)	
	HES 03	Incentivar a produção de unidades HIS visando o reassentamento de <b>famílias para mitigação de riscos ambientais</b> .	Áreas de risco ao longo de cursos de água e áreas alagáveis, áreas de encosta sujeitas a deslizamentos
	HES 04	Incentivar a produção de empreendimentos de unidades habitacionais para <b>locação social</b> .	Centralidades Propostas, eixos de adensamento, cruzamento de eixos de mobilidade (nós)
	HES 05	Incentivar a produção de empreendimentos de HIS visando o <b>atendimento específico de idosos</b> .	Centralidades Propostas, eixos de adensamento
	HES 06	Incentivar a produção de empreendimentos HIS por meio de <b>iniciativas de autogestão</b> .	RMRJ
	HES 07	Incentivar a requalificação e a <b>utilização de edificações abandonadas</b> para projetos de HIS.	RMRJ
	HES 08	Promover a criação de um <b>banco de terras de terras</b> públicas e privadas vocacionadas para o aproveitamento em projetos HIS.	RMRJ
Promover a realização de programas para reduzir a inadequação habitacional.	HES 09	Incentivar a realização de programas de <b>urbanização e regularização fundiária</b> de loteamentos irregulares e ilegais e/ou com IBEU abaixo de um nível mínimo.	RMRJ
	HES 10	Incentivar a <b>urbanização e a regularização fundiárias de favelas</b> (aglomerados subnormais) abaixo de um nível mínimo de necessidades.	RMRJ
	HES 11	Incentivar a realização de programas de regularização fundiária e recuperação dos <b>conjuntos habitacionais degradados</b> , situados abaixo de um nível mínimo de necessidades.	Zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro
	HES 12	Incentivar ampliação e racionalização dos programas para promover melhorias habitacionais com o <b>financiamento de materiais de construção</b> .	RMRJ

Diretrizes	ID	Título	Local
Promover desenvolvimento, articulação e capacitação institucional e a mobilização de recursos.	HES 13	Criar incentivos para que os municípios promovam programas de <b>assistência técnica à autoconstrução</b> habitacional feita por famílias de baixa renda.	RMRJ
	HES 14	Estimular e Coordenar a <b>racionalização e simplificação das normas de controle urbanístico</b> a ser desenvolvida pelos municípios, e a compatibilização entre elas.	RMRJ
	HES 15	Gerir para que a Cehab/Iterj sejam transformados em <b>empresa urbanizadora social</b> com responsabilidade de viabilizar áreas com infraestrutura para empreendimentos habitacionais, inclusiv e integrados, em vazios urbanos e em áreas adensáveis, promovidos por agentes que atuam na faixa de HIS e HMP, de acordo com os objetivos do PEHIS e dos PLHIS locais.	RMRJ
	HES 15	Promover a criação de novos mecanismos de financiamento para o setor habitacional, bem como, promover a revisão nas modalidades de aplicação dos mecanismos financeiros atuais do Governo Federal e Estadual, visando atender as diretrizes e programas propostos para a Região Metropolitana.	RMRJ
	HES 16	Estabelecer e articular o <b>Sistema Georreferenciado de Indicadores Locacionais - SisGIL-</b> para a identificação planejada de áreas para projetos habitacionais e de instalações ou ampliação dos equipamentos sociais - a partir do levantamento de infraestrutura e serviços existentes- e para apoiar a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.	RMRJ
	HES 17	Estabelecer o Subsistema de informações habitacionais	RMRJ

Equipamentos Sociais			
Diretrizes	ID	Título	Local
Promover o aperfeiçoamento da gestão afim de garantir oferta de serviços adequada à demanda descentralizada.	HES 18	Promover a criação de um sistema que integre as informações setoriais disponíveis em uma mesma base georreferenciada e possibilite a gestão da capacidade da oferta dos serviços públicos e as respectivas demandas, em função das regiões de abrangência, intra e intermunicipais.	RMRJ
	HES 19	Incentivar as políticas setoriais a tomarem medidas que visem ajustar a oferta de serviços e equipamentos públicos, fortalecendo as centralidades da periferia.	RMRJ
Direcionar a implantação e a relocação de serviços e de novos equipamentos públicos de média grande complexidade.	HES 20	Incentivar a relocação ou a implantação de novos equipamentos de saúde de alta e média complexidade em centralidades secundárias da metrópole.	RMRJ
	HES 21	Estimular a oferta de cursos de formação superior em centralidades secundárias, atualmente altamente concentradas na cidade do Rio de Janeiro.	RMRJ
	HES 22	Promover a identificação e demarcação de áreas prioritárias de interesse metropolitano para implantação de equipamentos públicos regionais.	RMRJ
Promover a utilização de metas a fim de diminuir o desequilíbrio na oferta de serviços e equipamentos públicos.	HES 23	Estimular o funcionamento do sistema de saúde em rede metropolitana, com ênfase na atenção básica, para garantir medidas de prevenção.	RMRJ
	HES 24	Promover maior atenção aos territórios em situação crítica, aqueles com educação inadequada nos dois ciclos do ensino fundamental.	Toda a RMRJ, mas com olhar especial para as seguintes UMIs: Ramos/Olaria, Centro de Niterói, Jardim Primavera, Centro de São João de Meriti, Alcântara, Gramacho, Centro de Duque de Caxias, Centro de Nova Iguaçu e Centro de São Gonçalo
	HES 25	Estimular e apoiar políticas integradas voltadas para a melhoria dos equipamentos de serviços de educação pública.	Toda a RMRJ, mas com olhar especial para as seguintes UMIs: Ramos/Olaria, Centro de Niterói, Jardim Primavera, Centro de São João de Meriti, Alcântara, Gramacho, Centro de Duque de Caxias, Centro de Nova Iguaçu e Centro de São Gonçalo

Diretrizes	ID	Título	Local
Estimular a criação de políticas públicas integradas visando a segurança pública em todo território metropolitano.	HES 26	Incentivar políticas de segurança pública que busquem garantir a infraestrutura adequada para atendimento da população em todo o território metropolitano.	RMRJ
	HES 27	Estimular a articulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais, de maneira a ampliar a eficiência das medidas de segurança.	RMRJ
	HES 28	Estimular programas sociais de atuação conjunta que tenham como público alvo os jovens residentes dos territórios mais vulneráveis.	RMRJ

**SANEAMENTO E RESILIÊNCIA AMBIENTAL**

Diretrizes	ID	ID novo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
<b>ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>						
Promover o aumento da segurança hídrica para o abastecimento de água na RMRJ, a partir da incorporação de novos mananciais aos sistemas Guandu e Imunana Laranjal e mudança de regime de mananciais existentes.	SRA 01	SRA 01	Promover a implantação da barragem do Rio Major Archer	A proposta conta com duas ações: 1) Utilizar a barragem de Saracuruna, hoje responsável por fornecer água bruta para a Refinaria Duque de Caxias, como reforço ao abastecimento humano de Duque de Caxias. A REDUC passaria a utilizar água do rio Saracuruna (coletada junto ao Arco Metropolitano, onde está livre de sal marinho) após tratamento para fins industriais. Numa eventual necessidade de reforço de água para REDUC, as águas da Barragem de Saracuruna poderia ser utilizada. Vale ressaltar que a Barragem de Saracuruna pode: (a) ser desassoreada; e (b) ter sua acumulação ampliada, por elevação da cota de vertedouro desde que seja objeto de obras de recuperação estrutural; 2) Implantar uma barragem no Rio Major Archer, cuja bacia está sob condições hidrológicas e possui dimensões similares às do Rio Saracuruna no local de implantação de sua barragem, para o reforço do abastecimento humano de Duque de Caxias.	Déficit hídrico em grande parte dos bairros da região da bacia do Rio Saracuruna e Insegurança Hídrica da RMRJ.	Duque de Caxias
	SRA 02	SRA 02	Promover a utilização de parte do volume do Reservatório de Lajes como reserva estratégica	Visto a relevância de se manter o funcionamento e a instalação das indústrias em Itaguaí para garantia do desenvolvimento da região e considerando a prioridade do abastecimento humano, que coloca estas indústrias em posição de fragilidade operacional, propõe-se como alternativa para a redundância hídrica do complexo a utilização de parte do volume do Reservatório de Lajes como reserva estratégica. Esta proposta considera a viabilidade apresentada pelo Plano Estratégico de Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Guandu, Guarda e Guandu Mirim de ampliar o volume utilizado para este fim. Cabe ressaltar aqui, que não se defende a utilização das águas do reservatório para o abastecimento efetivo da região, mas sim como uma reserva para atendimento em períodos que inviabilizem o abastecimento, seja por manutenção das estruturas de transposição, seja em períodos de escassez hídrica.	Insegurança hídrica.	Rio Claro e Pirai
	SRA 03	SRA 03	Promover a utilização dos recursos hídricos localizados nas cavas de Seropédica como de reserva estratégica para as indústrias	Esta proposta, assim como a #SRA2, visa a redundância hídrica para as indústrias localizadas em Itaguaí, utilizando os recursos hídricos localizados nas cavas de Seropédica, originárias da extração de areia, como reserva estratégica. A ideia seria criar grandes lagos associados ao uso dessas cavas, interligando-as e, eventualmente ajustando sua morfologia para um maior armazenamento (se necessário), constituindo uma requalificação ambiental da região a ser utilizada também como área de lazer. É possível criar um ambiente residencial, aumentando a oferta de habitações, de forma planejada. Como não há garantia de reposição das águas pelo lençol freático, de forma rápida, a fim de se favorecer a circulação da água nos lagos e tomá-los perenes, propõe-se desviar uma vazão pequena do rio Guandu para o Valão dos Bois, formador do Rio da Guarda, que corre entre as cavas e possui ligação direta com as lagoas de extração. Para o funcionamento e sustentação desta proposta, propõe-se, ainda, a criação de um condomínio com as indústrias localizadas na região, implantando assim, um sistema condominial de água-esgoto industrial. Tal sistema será encarregado do fornecimento de água a todas as indústrias e a retirada de água servida para reuso industrial. A ocupação urbana que margeia as cavas, a nordeste, precisa ser avaliada e eventuais lançamentos de esgoto no Valão dos Bois precisa ser equacionada. Eventuais problemas de drenagem da região também devem ser resolvidos conjuntamente nesta proposição.	Insegurança hídrica.	Itaguaí
Promover a realização de medidas estruturantes que visem a redução do déficit de água potável da RMRJ.	SRA 04	SRA 04	Promover a implantação de barragem no Rio Guapiaçu	A melhor e fundamental alternativa para minimizar o déficit vivido pelos municípios do lado leste da Baía de Guanabara é a implantação da barragem de Guapiaçu, no município de Cachoeiras de Macacu, ampliando a disponibilidade hídrica do Sistema Imunana/Laranjal em cerca de 6,5 m³/s, segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos (2013). É importante, porém, que a implantação da barragem seja parte de um grande projeto de desenvolvimento regional que envolve a valorização do ambiente natural, o turismo e a inserção de outras alternativas para a economia local, minimizando os conflitos existentes. Sabendo que esta é uma ação para solucionar o déficit dos municípios vizinhos, é necessário prever uma compensação por parte dos beneficiados ao município afetado.	Déficit Hídrico.	Guapimirim
	SRA 05	SRA 05	Promover a utilização da barragem de Juturnaíba	Torna-se relevante ressaltar que o aumento da disponibilidade hídrica a ser obtido pelo reservatório de Guapiaçu (#SRA4) não é suficiente para atender a demanda do Sistema Imunana/Laranjal até o final do horizonte de planejamento do PDU1. Desta forma, torna-se preciso uma alternativa complementar à implantação dessa barragem, no longo prazo. A proposta é, então, promover a utilização da barragem de Juturnaíba, através da sua recuperação e reforma. A barragem de Juturnaíba é obra federal praticamente abandonada e com baixíssima utilização. Suas águas são de alto valor estratégico para a região, que convive com crônico déficit hídrico, sem alternativas vislumbradas de novos mananciais. Segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (2013), o estado de conservação das estruturas do corpo da barragem é razoável, não sendo encontradas instabilidades ou outros sinais que indiquem risco para as condições de segurança da estrutura (PCE, 1997, in: cap. 3). Entretanto, o estado das estruturas acessórias, como casa de manobras, comportas e estradas de acesso estava precário à época da referida vistoria.	Déficit hídrico do leste da RMRJ e Insegurança Hídrica.	Araruama e Silva Jardim

Diretrizes	ID	ID novo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Promover a realização de medidas de baixo impacto ambiental para redução do déficit de água potável da RMRJ.	SRA 06	SRA 06	Promover a realização de estudos visando a implantação de pequenas represas junto à Serra do Mar	Reconhecendo a riqueza de mananciais que nascem na Serra do Mar e a sua importância para incremento da segurança hídrica da RMRJ, é proposta a realização de estudos visando a implantação de barragens de pequeno porte junto à Serra do Mar, nas áreas de preservação ambiental sustentável.	Insegurança hídrica.	RMRJ
	SRA 07	SRA 07	Promover atividades de preservação ambiental, reflorestamento, controle da poluição agrícola e industrial e saneamento básico	Esta proposta engloba, por exemplo, a preservação de microbacias dos mananciais que nascem na Serra do mar a partir da exploração turística, através de circuitos de água natural, da produção de água e de recursos do ICMS Verde.	Deterioração dos cursos d'água que abastecem a RMRJ.	RMRJ
Promover a redução expressiva do consumo de água e das elevadas perdas de volume de água potável distribuídas na Região Metropolitana, nos dois grandes sistemas em operação, Guandu e Imunana Laranjal e sistemas complementares.	SRA 08	SRA 08	Promover a criação de um Programa de Redução de Perdas	De forma reduzir o elevado número de perdas do sistema de abastecimento de água da RMRJ é proposta a criação de um Programa com as seguintes metas: 1) Implantar dispositivos, como válvulas redutoras, e reservatórios para diminuir pressões excessivas na rede de abastecimento; 2) Substituir tubulações deterioradas das redes de abastecimento e das adutoras	Elevado número de perdas do sistema de abastecimento de água da RMRJ.	RMRJ
	SRA 09	SRA 09	Promover a conscientização e participação da população para utilização racionalizada da água potável	A conscientização da população pode ser obtida através de forte e decisivo apoio à hidrométrico individual, bem como do agravamento das penalizações tarifárias para os consumos. No que concerne à participação popular para utilização racionalizada de água, pode ser proposta, como alternativa, a criação e/ou aperfeiçoamento de plataformas digitais que sejam de fácil entendimento e acesso para contribuição da população na fiscalização de perdas e vazamentos, por exemplo.	Uso indiscriminado dos recursos hídricos pela população metropolitana.	RMRJ
	SRA	SRA 10	Apoiar a adoção de Tarifa Social para famílias de baixa renda	Conforme o Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2013, a tarifa social deverá ser calculada de modo cumulativo para famílias de baixa renda. O PDUJ apoia a implementação do Projeto de Lei, porém ressalta que devem haver complementações. O consumo referente ao desconto cumulativo deve ser calculado por morador, estimulando a redução do consumo per capita de água potável.	Uso indiscriminado dos recursos hídricos pela população metropolitana.	RMRJ
Promover a redução dos desequilíbrios identificados nos sistemas de abastecimento de água, visando garantir o mesmo padrão de qualidade em toda a Região Metropolitana.	SRA 10	SRA 11	Promover a continuidade, a avaliação e a complementação (se necessário) das obras para o Sistema Guandu	Promover a continuidade, a avaliação e a complementação (se necessário) das obras de abastecimento de água planejadas para o Sistema Guandú, incluindo a duplicação da ETA Guandú, a implantação de nova adutora e reservatórios de equilíbrio para a Baixada Fluminense.	Déficit hídrico	RMRJ
	SRA 11	SRA 12	Promover estudos, projetos e a implantação de obras para o sistema Imunana Laranjal e demais sistemas isolados.	Promover o desenvolvimento de estudos, projetos e a implantação de obras necessárias para garantir o abastecimento de água com qualidade para a região de abrangência do sistema Imunana Laranjal e demais sistemas isolados de abastecimento de água.	Déficit hídrico	RMRJ
Realizar atividades de gestão e articulação institucional referente ao abastecimento de água, considerando o mandato metropolitano a ser instituído em legislação complementar.	SRA 12	SRA 13	Promover a gestão das atividades de abastecimento de água	É importante que seja garantida a integração setorial com outras áreas setoriais da governança metropolitana, a articulação com planos e instrumentos municipais, o acompanhamento e o monitoramento das ações pertinentes ao setor. Em especial, o setor de abastecimento de água depende de gestão para duas vertentes: 1) Fontes de produção de água atendem a mais de um sistema e a mais de um município, fazendo esse compartilhamento ser dependente de gestão efetiva; 2) Deve-se ter água suficiente para manter o abastecimento em períodos de estiagem prolongada, sendo necessários Planos de Contingência.	Falhas na gestão do setor de abastecimento de água.	RMRJ
	SRA 13	SRA 14	Promover a articulação da gestão metropolitana com instituições que tratam dos recursos hídricos	Promover a articulação da gestão metropolitana com instituições que tratam dos recursos hídricos de interesse da RMRJ, a exemplo dos Comitês de Bacia, Agência Nacional de Água, organismos do Ministério do Meio Ambiente, entre outros.	Falhas na gestão do setor de abastecimento de água.	RMRJ

ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
Diretrizes	ID	ID novo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Promover a adoção do sistema de captação de esgotamento sanitário em "tempo seco", visando a redução expressiva da carga de esgoto nos corpos hídricos, e a implantação progressiva de redes de coleta no sistema de separador absoluto.	SRA 14	SRA 15	Promover a implantação de redes de tempo seco em locais com sistema de separador absoluto atualmente existente ou em implantação para interceptar as redes de drenagem e organizar os escoamentos para tratamento	As redes com sistema de separador absoluto, por mais que bem implementadas, tendem a falhar e a aportar esgoto às redes de drenagem. Isto acontece tanto pela presença de instalações irregulares como pelo aumento da contribuição de esgoto pelos domicílios que não acompanha o aumento da capacidade das tubulações, vertendo o excedente de esgoto para as redes de drenagem. Desta forma, é proposta uma captação em tempo seco para interceptar os desvios de função da rede de drenagem e organizar os escoamentos para tratamento, antes do aporte à corpos hídricos, uma vez que a rede de drenagem separada não prevê o tratamento de suas vazões.	Poluição dos corpos hídricos e a distante universalização do serviço de esgotamento sanitário.	RMRJ
	SRA 15	SRA 16	Promover a implantação da rede de tempo seco em locais sem rede de esgotamento sanitário, como solução de transição para um sistema separador absoluto	Esta proposta prevê uma alternativa rápida em áreas carentes de esgotamento sanitário, como solução de transição para a solução ideal de um sistema separador, que poderia ser implantado em etapas. Assim, redes com captação de tempo seco são o primeiro estágio do processo de captação e tratamento de esgotos urbanos. Avançando com a concepção por etapas, a rede remanescente da infraestrutura de captação em tempo seco poderá, futuramente, ser utilizada para tratamento da poluição difusa, quando a rede separadora estiver completamente instalada e operando a contento.	Poluição dos corpos hídricos e a distante universalização do serviço de esgotamento sanitário.	RMRJ
	SRA 16	SRA 17	Promover a implantação de cinturão interceptor das redes de drenagem da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara	A Baía de Guanabara foi diagnosticada como sendo o coração da metrópole e necessita estar saneada para voltar a fazer parte do cotidiano da população metropolitana. Diversos rios que aportam para a Baía de Guanabara não fazem mais parte da paisagem urbana, foram completamente ou parcialmente enterrados e tem aporte direto das redes de esgotamento sanitário. A aplicação do tempo seco para estes cursos d'água é extremamente complexa e requer obras de alto custo e elevadas desapropriações. Nasce como solução a este problema, e como complementação ao tempo seco, a captação destas linhas de drenagem antes do seu aporte à Baía de Guanabara por meio de um cinturão coletor, através do qual suas águas contaminadas seriam direcionadas para uma ETE antes do despejo na Baía.	Poluição da Baía de Guanabara.	Municípios da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara
Realizar atividades de gestão e articulação institucional referente ao esgotamento sanitário, considerando o mandato metropolitano a ser instituído em legislação complementar.	SRA 17	SRA 18	Promover a adoção do conceito do poluidor-pagador e destinar a receita correspondente às efetivas ações corretivas, como a construção de estações de tratamento de esgoto.	De acordo com o arcabouço jurídico vigente, se a poluição advier de uma atividade produtiva, como o serviço da empresa de saneamento, a figura do poluidor pode ser: (1) a coletividade de moradores responsáveis pelo descumprimento das normas ambientais; (2) o prestador do serviço de saneamento, se descumprida as normas ambientais contratadas; ou (3) ambos. Na poluição dos rios da RMRJ, pelo despejo de esgoto domiciliar, o poluidor será entendido como sendo o prestador do serviço de esgotamento sanitário. O operador, no entanto, compartilhará com todos os domicílios da bacia que não pagam pelo serviço de esgotamento sanitário e não tem soluções individuais de disposição de seus esgotos, a responsabilidade pela poluição das águas da referida bacia e a eles será imputada a infração. Considerando o atual estado de degradação das águas urbanas da RMRJ e o atual estágio de implantação de redes e ETEs, é aconselhável haver um período de transição para que os procedimentos acima possam ser aplicados.	Poluição dos corpos hídricos.	RMRJ
	SRA 18	SRA 19	Promover a coleta unificada e a quantificação do lodo de esgotamento sanitário tratado	O responsável pela ação proposta poderia, semanalmente, coletar (e pesar) o lodo de cada ETE da RMRJ e, assim, determinar o real e exato desempenho de cada parte do Sistema Sanitário implantado. Desta forma, seria possível saber qual a real massa de lodo produzida em cada Sistema e, portanto, qual o real número "equivalente" de pessoas que estão tendo seus esgotos tratados. Tal procedimento poderia servir também para quantificar eventuais subsídios que o Estado viesse a dar aos prestadores do serviço de esgotamento sanitário. Outra vantagem dessa metodologia é que o Estado assumiria a disposição final, garantindo o não-retorno ao meio ambiente. Um leve sobrepreço no valor da água tratada vendida às operadoras poderia se constituir num fundo para pagar pelo lodo de ETE produzido pelo operador.	Falta de investimentos no setor de esgotamento sanitário e falta de controle da eficiência do serviço prestado.	RMRJ
	SRA 19	SRA 20	Promover a gestão das atividades de esgotamento sanitário	Promover a gestão das atividades de esgotamento sanitário, garantindo a integração com outras áreas setoriais da governança metropolitana, articulação com planos e instrumentos municipais, acompanhamento e monitoramento.	Falhas na gestão do setor de esgotamento sanitário.	RMRJ

**MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Diretrizes	ID	ID novo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Promover a destinação adequada dos resíduos sólidos, fomentar alternativas para recuperação dos aterros desativados e apresentar alternativas para a destinação final dos resíduos.	SRA 20	SRA 21	Promover a retomada do programa de eliminação de lixões, em implementação pelo Estado do Rio de Janeiro, com participação de órgãos municipais	A questão da disposição final adequada tem sido a maior preocupação nos últimos anos no que se refere ao setor. Neste sentido, destaca-se o Programa Lixão Zero, que conseguiu inúmeros avanços com o fechamento dos lixões no estado, embora recentemente tenha sido verificada a existência de lixões clandestinos na RMRJ, e com investimento na gestão dos resíduos, com a criação de consórcios regionais, por exemplo, diminuindo o custo para as municipalidades. Apesar destes avanços, a solução definitiva ainda depende da completa remediação de todos os lixões que, mesmo após o encerramento, ainda continuam produzindo chorume que atingem os corpos hídricos. Desta forma, é imprescindível continuar com os esforços propostos pelo programa neste sentido. A partir do reconhecimento do seu sucesso, deve-se resgatar a sua proposta a fim de complementá-la, partindo de um balanço de seus resultados, computando ganhos, dificuldades, conflitos e eventuais fragilidades, para dar continuidade a um programa que mostrou resultados efetivos em um tempo relativamente curto.	Destinação inadequada dos rejeitos de resíduos sólidos.	RMRJ
	SRA 21	SRA 22	Incentivar os municípios a implantarem ou expandirem a coleta de lixo comunitária	A atividade proposta foi criada pelo Programa Favela Limpa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB), responsável pela política pública que executa os serviços de limpeza urbana na cidade, para ser implementada nas favelas deste município. Essa atitude surgiu da necessidade da companhia resolver a problemática do acúmulo de resíduos sólidos em áreas consideradas carentes, que até o começo da década de 1990 não havia um atendimento sistemático e efetivo nessas áreas, seja pelas dificuldades de se fazer a coleta diária em áreas de terreno acidentado e encostas, seja pela situação da violência. Desta forma, esta proposta visa incentivar a expansão deste programa para locais com características similares dentro da RMRJ.	Acúmulo de resíduos sólidos em áreas com problemas específicos dentro da RMRJ.	RMRJ
	SRA 22	SRA 23	Promover o estudo de locais com potencial para implantação de futuros CTR's (Centro de Tratamento de Resíduos) e planejar alternativas para destinação de resíduos após o esgotamento da solução atual	Parte dos Aterros Sanitários da RMRJ terão sua capacidade de receber rejeitos, da produção de resíduos sólidos, esgotada antes do final do horizonte de planejamento do PDU1. Dessa forma, é considerado estratégico o levantamento de locais com potencial para implantação de futuros Aterros Sanitários. Vale ressaltar que este levantamento nada mais é que um subsídio para que os gestores escolham os locais ambientalmente adequados, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos (Lei 12.305/2010 Art. 3º Inciso VII), e que a disposição final de resíduos sólidos por este meio não é a única possível. Antes de escolher os aterros como meio de destinação final, o gestor deverá estudar para cada caso específico qual é a alternativa de disposição mais sustentável.	Destinação inadequada dos rejeitos de resíduos sólidos.	RMRJ
	SRA 23	SRA 24	Promover a Gaseificação como alternativa para destinação dos rejeitos de resíduos sólidos, estimulando a possibilidade de aproveitamento energético	A gaseificação de biomassa é uma técnica utilizada desde o início do século passado. Atualmente, esse renovado interesse deve-se principalmente à limpeza e versatilidade do combustível gerado, quando comparado aos combustíveis sólidos. Sendo assim, a gaseificação é uma tecnologia segura em termos de emissões e contaminação. Também se destaca o fato de haver tecnologia nacional, com a possibilidade de todas as partes dos equipamentos serem de fabricação nacional, representando uma redução importantíssima no CAPEX e na manutenção dos empreendimentos, quando comparados a outras soluções ou aquelas importadas. Para que os resíduos possam ser tratados no gaseificador, devem ser transformados em CDR (combustível derivado de resíduo), a fim de diminuir a umidade do RSU e dar a ele uma granulometria que seja coerente com os recursos de transporte mecânico do gaseificador. Esta necessidade pode abrir oportunidade de geração de emprego local, a partir da criação de oficinas de fabricação de CDR. A gaseificação pode ser uma alternativa também para a disposição de lodo de ETE, sendo necessários estudos aprofundados. Esta técnica cria, ainda, a possibilidade de aproveitamento energético, o que pode ser favorável para a obtenção de financiamento para sua implantação e manutenção.	Não aproveitamento do potencial energético dos Resíduos sólidos e excesso de resíduos sólidos descartados.	RMRJ



Diretrizes	ID	ID novo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Promover a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos, aumentando a vida útil dos aterros sanitários e diminuindo os custos de disposição final.	SRA 24	SRA 25	Promover a redução do volume per capita de resíduos sólidos, incentivando os municípios da RMRJ para que façam parte de forma integrada de um Sistema Metropolitano de Logística Reversa	É importante o aprimoramento do arcabouço legal que controle a geração indiscriminada de embalagens pelas indústrias. O componente de gestão do sistema, com soluções economicamente atrativas é um ponto a ser explorado e desenvolvido. Neste sentido, aparece como possível solução adotar-se a ótica da logística reversa com a necessidade de se oficializar acordos setoriais ainda não formalizados, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes pelo ciclo de vida do produto. Seria assim proposto o Sistema Metropolitano de Logística Reversa como instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.	Excesso de resíduos sólidos descartados.	RMRJ
	SRA 25	SRA 26	Incentivar a coleta seletiva e a destinação de resíduos sólidos para usinas e cooperativas de reciclagem e reutilização, apoiando os municípios na elaboração de Planos de Coleta Seletiva	A Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, instituiu que cabe a cada município adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. Vista a importância de se tratar de forma integrada o saneamento na Metrópole, cabe a todos os municípios da Região Metropolitana estabelecer de forma igualitária um sistema de coleta seletiva efetivo para a reciclagem dos resíduos, com a participação das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Para a implantação deste sistema é necessária a elaboração do Plano de Coleta Seletiva para materiais recicláveis por parte dos municípios e aquisição de infraestrutura mínima que viabilize a coleta seletiva como galpões para triagem de coleta seletiva, equipamentos e veículos de transporte. Também deve ser incentivada a participação dos municípios no Programa Coleta Seletiva Solidária do Estado, por exemplo.	Excesso de resíduos sólidos descartados.	RMRJ
	SRA 26	SRA 27	Promover a reciclagem de resíduos da construção civil (RCC), apoiar a gestão articulada de municípios para RCCs, mobilizar investimentos para estruturação de sistemas logísticos de coleta e destinação e de usinas de beneficiamento e reciclagem dos RCCs	A Resolução CONAMA nº 307/2002 é considerada o principal marco regulatório para a gestão dos Resíduos de Construção Civil e dispõe sobre responsabilidade dos municípios em implementarem seus planos de gerenciamento integrado de resíduos da construção civil, bem como diretrizes, critérios e procedimentos para o manejo adequado dos mesmos. O primeiro passo para a regularização desse sistema é a construção de um Plano de Gerenciamento destes resíduos, para que os municípios da RMRJ possam regularizar todas as áreas de descarte, além de controlar o destino dos materiais transportados por empresas privadas. Por outro lado, é importante haver uma macro orientação, para que os municípios potencializem os seus esforços. O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos da Construção Civil, bem como diretrizes, critérios e procedimentos para o manejo adequado dos mesmos é balizado pela Resolução CONAMA nº 448, de 8 de janeiro de 2012, que altera os artigos 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002. Nota-se que a reciclagem de resíduos da construção civil também é um caminho que deve ser explorado, com incentivo a investimentos para estruturação de novas Usinas de Beneficiamento e Reciclagem dos RCCs ou fortalecimento das existentes, como o CTR de Nova Iguaçu.	Excesso de resíduos sólidos descartados.	RMRJ
Realizar atividades de gestão e articulação institucional referente ao resíduos sólidos, considerando o mandato metropolitano a ser instituído em legislação complementar.	SRA 27	SRA 28	Incentivar a sustentabilidade financeira do setor de resíduos sólidos, visando reduzir as despesas municipais, realizando estudos para otimizar a operação do setor, buscando estabelecer referências para precificação e gestão dos serviços prestados	Segundo o SNIS (2014), a maioria dos municípios da RMRJ realizam a cobrança pelo serviço prestado mediante taxa específica incluída no mesmo boleto do IPTU. No entanto, o serviço referente ao manejo de resíduos sólidos como um todo representa um custo alto para os municípios o que muitas vezes reflete em eventuais interrupções dos serviços, como pôde ser visto na recente crise vivida pelas prefeituras. Neste sentido, torna-se necessário buscar uma sustentabilidade financeira para o setor de modo a diminuir as despesas municipais. Visto isso, propõe-se, então, a cobrança individual pelo serviço. Além de gerar receita, tal cobrança pode servir de instrumento para a redução da quantidade de resíduos gerados pela população. Este fator educativo se perde quando a cobrança está embutida no IPTU, por exemplo. No entanto, além da implementação do sistema de cobrança individual, para garantir a sustentabilidade econômica dos sistemas de gestão de RSU, tal cobrança precisa ser eficaz e eficiente, sendo necessária a profissionalização destes sistemas e o correto controle financeiro e operacional.	Falta de sustentabilidade financeira do setor.	RMRJ
	SRA 28	SRA 29	Apoiar e estabelecer diretrizes para a elaboração de Planos Regionais de Resíduos Sólidos	Apoiar e estabelecer diretrizes para a elaboração de Planos Municipais, Regionais de Resíduos Sólidos, visando articular as atividades dos entes federados e racionalizar a gestão do setor na escala metropolitana.	Falta de interação dos planos municipais no âmbito Metropolitano.	RMRJ

**MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS**

Diretrizes	ID	ID novo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Promover a redução de inundações com a implantação de medidas sustentáveis de drenagem, a utilização de espaços livres para mitigar o déficit dos volumes de armazenamento de águas pluviais e o desenvolvimento de projetos multissetoriais a partir da consideração da drenagem como eixo estruturante do espaço para planejamento.	SRA 29	SRA 30	Promover a mitigação de inundações na bacia do Canal do Manguê através da transformação dos grandes canais do Manguê e da Francisco Eugenio em reservatórios de espera de cheia	Para a mitigação dos problemas de drenagem urbana na bacia do Canal do Manguê é necessária a transformação dos grandes canais do Manguê e da Francisco Eugenio em reservatórios de espera de cheia, com controle de comportas e bombeamento junto à foz, na Rodoviária. Esses reservatórios mitigariam as enchentes na Praça da Bandeira. Os novos reservatórios seriam maiores do que a soma dos reservatórios recém-construídos na bacia. Além disso, o Porto do Rio também se beneficiaria com essa obra, evitando sistemáticas dragagens junto à foz do Canal do Manguê (no Porto), com parada de operação portuária.	Inundações na Bacia do Canal do Manguê.	Rio de Janeiro
	SRA 30	SRA 31	Promover a mitigação de inundações na bacia do Rio Guerengué com a implantação de dois grandes reservatórios de cheias	Promover a implantação de dois grandes reservatórios de cheias no Rio Guerengué, junto à região da Colônia Juliano Moreira, para mitigação das cheias da localidade densamente habitada. Tal obra permitirá a mitigação das cheias locais e fornecerá uma grande área de lazer com trilhas, áreas de recreação onde se pode aproveitar 3 piscinas naturais de águas límpidas com volume total de 180.000 m3.	Inundações na bacia do Rio Guerengué.	Rio de Janeiro
	SRA 30	SRA 32	Promover a mitigação de inundações na bacia do Rio Imboaçú através da implantação de uma barragem	A implantação de uma barragem para mitigar enchentes do rio Imboaçú poderá transformar centenas de residências em área de risco em residências seguras, diminuindo a pressão habitacional. Dentro dos poucos espaços livres remanescentes para instalação de reservatórios de amortecimento de cheias, destacam-se duas pedreiras nas proximidades do bairro da Rocha: as pedreiras da Carioca Ltda e da Anhanguera S/A. Um simples barramento do Rio Imboaçú seria necessário para inundar as pedreiras, que pela exploração do minério já possuem cota suficiente para serem alagadas e assim amortecer parte das vazões em eventos extremos.	Inundações na bacia do Rio Imboaçú	Rio de Janeiro
	SRA 31	SRA 33	Promover a mitigação de inundações na Bacia dos Rios Iguaçú e Sarapuí com a implantação de uma barragem no Rio Registro	De forma a colaborar com o controle de inundações dos bairros de Pilar e Figueira, surge a possibilidade de ser implantada uma barragem no rio Registro, afluente do rio Capivari, em Xerém. O rio Registro, de águas puras, é responsável, também, por enchentes localizadas no mesmo bairro. Essa região tem dificuldades crônicas no abastecimento d'água, devido à precariedade dos mananciais locais. A barragem do Rio Registro não só conseguiria mitigar os problemas de alagamentos como também seria capaz de armazenar água para reforço do abastecimento populacional. Funcionaria como barragem de cheia nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro e como barragem de abastecimento nos demais meses.	Inundações na bacia dos Rios Iguaçú e Sarapuí.	Duque de Caxias
	SRA 31	SRA 34	Promover a mitigação de inundações na Bacia dos Rios Iguaçú e Sarapuí através da construção de uma barragem no Rio Dona Eugênia	A solução para os problemas de inundações ocorridos na bacia do Rio Dona Eugênia é dependente da construção de uma barragem. Além disso, mesmo depois da construção da barragem de cheias e da coleta/tratamento dos esgotos, o município necessita de uma solução que revitalize o ambiente urbano, muito carente de espaços livres. A construção de um corredor verde/azul, usando o rio como eixo, pode atravessar toda a cidade, da área de preservação ambiental, a montante, até um novo parque, com áreas úmidas construídas, proposto na foz do rio. Essa concepção permite ainda a adição de volumes disponíveis para controle de cheias e novas alternativas habitacionais. Há também a possibilidade de utilizar a Barragem do rio Dona Eugênia como forma de abastecimento do município de Mesquita.	Inundações na bacia dos Rios Iguaçú e Sarapuí.	Mesquita
	SRA 32	SRA 35	Promover a mitigação de inundações na Bacia dos Rios Iguaçú e Sarapuí através da conexão entre os Rios Pilar e Calombé	A proposta consiste em descarregar parte das águas do Córrego Calombé para o Rio Pilar por meio de um canal extravasor e, posteriormente, inundar áreas livres nas margens do Rio Pilar localizadas acima do Arco Metropolitano, para resolver os problemas de inundação na bacia do Rio Pilar. Também pretende-se a reestruturação habitacional nesta área alagável, onde as casas atuais, com deficiências estruturais, seriam adaptadas e receberiam aterros para salvaguardar a população das inundações, constituindo sítios de hortifrutigranjeiro.	Inundações na bacia dos Rios Iguaçú e Sarapuí.	Duque de Caxias
	SRA 32	SRA 36	Promover a mitigação de inundações nas bacias dos Rios Sarapuí e Pavuna através da comunicação entre eles na barragem de Gericinó	Visto que as bacias do Rio Sarapuí e do Rio Pavuna possuem características diferentes a montante da barragem, é esperado que em eventos de chuva extrema não haja sobreposição dos seus picos de cheia, apresentando diferentes tempos de concentração. Esta defasagem do pico dos hidrogramas afluentes à barragem torna possível a comunicação dos dois rios que passariam a ter um volume de espera maior. Dessa forma, é esperado que esta proposta otimize a utilização da Barragem do Gericinó (devendo ser verificada novamente as dimensões dos orifícios de saída) de forma a aumentar o amortecimento na vazão efluente tanto do Rio Sarapuí, como do Rio Pavuna.	Inundações nas bacias dos Rios Sarapuí e Pavuna-Meriti.	Mesquita, Nilópolis e Rio de Janeiro
	SRA 32	SRA 37	Promover a mitigação de inundações na bacia do Rio Acari com a transposição de parte dos seus volumes de cheia em direção à barragem de Gericinó	Considerando o grande potencial de amortecimento de cheias da barragem de Gericinó, esta proposta visa promover a transposição de parte das águas do Rio Acari em direção à barragem de controle de cheias de Gericinó. Para isso, uma tubulação deve comunicar o Rio Acari à Gericinó, transferindo o excesso de vazões geradas pelos eventos de chuva extrema. Por consequência, haveria o favorecimento do escoamento no restante do rio e a mitigação de inundações em uma região com poucas possibilidades e espaços para aplicação de medidas de drenagem sustentável ou tradicional para o controle de cheias urbanas.	Inundações na bacia do Rio Acari.	Mesquita, Nilópolis e Rio de Janeiro

Diretrizes	ID	ID novo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Promover a redução de inundações com a implantação de medidas sustentáveis de drenagem, a utilização de espaços livres para mitigar o déficit dos volumes de armazenamento de águas pluviais e o desenvolvimento de projetos multisetoriais a partir da consideração da drenagem como eixo estruturante do espaço para planejamento.	SRA 32	SRA 38	Promover a mitigação de inundações na Bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí através do uso adequado da gleba Campo da bomba	A gleba Campo da Bomba, com área de 3.000.000 m <sup>2</sup> , situada às margens da BR-040, tem hoje a finalidade crucial de mitigar as cheias dos rios Iguaçu e Sarapuí. No entanto, a gleba desperta o interesse de empreendedores para instalações industriais, de logística industrial e de moradias populares. Tentar compatibilizar as funções ambientais, industriais e habitacionais dessa gleba foi motivo de detalhado estudo, que acabou por indicar a possibilidade de repartir 2/3 da gleba à expansão e 1/3 às funções ambientais. Com a instalação de um canal de interligação dos rios Iguaçu e Sarapuí e uma adequada área de espraiamento, é possível garantir a função de mitigação das cheias, permitindo assim a ocupação do restante da área da gleba.	Dificuldade de descarga dos Rios Iguaçu e Sarapuí em sua foz.	Duque de Caxias
	SRA 33	SRA 39	Promover a mitigação de inundações na bacia do Rio Alcântara com a implantação de um canal extravasor auxiliar para que o Rio Alcântara	A proposta consiste na implantação de um canal auxiliar para que o Rio Alcântara by-passe o manguezal da APA-Guapimirim, preservando-o. Esta obra aliviaria definitivamente as cheias da bacia do Rio Alcântara e o canal também funcionaria como um "limite físico" de avanço da mancha urbana na direção da APA. Ao longo do Rio Alcântara, prevê-se a implantação de sistema viário local e o adensamento urbano para uso diversificado, com ênfase em projetos habitacionais. Finalmente, o novo canal pode servir como alternativa de transporte aquaviário.	Inundações na bacia do Rio Alcântara.	São Gonçalo
	SRA 34	SRA 40	Promover a mitigação de inundações na Bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí através da realização de um projeto multifuncional	De forma a consolidar mais as obras de drenagem das bacias dos Rios Iguaçu e Sarapuí, é sugerida a implantação de vias de transporte que utilizem a estrutura dos diques. Tal proposta seria responsável pela recuperação dos diques ao longo do Rio Sarapuí, oferecendo soluções para o transporte da região e impedindo que os diques sejam ocupados ou que o material que os compõe sejam retirados. Assim procedendo, pode-se construir, por sobre o dique, uma estrada em cada margem. Tal estrada (Interbaixada 1) unirá a Via Light – Dutra – BR040, fazendo uma alternativa viária paralela ao Arco Metropolitano. Tal solução resolve problemas crônicos de moradias inadequadas nas margens do Sarapuí, cria inúmeros Parques/área de lazer, ciclovias e alavanca o desenvolvimento urbano ordenado no coração da Baixada. É necessário, porém, atentar também para o projeto urbano e de paisagem, que deve unir as duas margens em alguns pontos, integrando-as.	Inundações na bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí.	Belford Roxo, Duque de Caxias e São João de Meriti
	SRA 35	SRA 41	Promover a mitigação de inundações na Bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí através da consolidação dos diques do Rio Capivari e Águas Pretas	Promover a consolidação dos diques do Rio Capivari e Águas Pretas para proteger os terrenos próximos às suas margens. Os diques ainda serviriam como estrutura para implantação de um reservatório para controle de cheias, situada na junção dos dois rios. Há ainda a possibilidade dos diques servirem como base de uma estrada (Transbaixada 2), fazendo uma ligação estratégica da nova Via Kennedy com o Arco Metropolitano, desafogando trecho congestionado da BR-040. Esta alternativa impactaria positivamente nas inundações da região, visto que, o Rio Capivari é o segundo mais caudaloso afluente do Rio Iguaçu, cuja foz localiza-se no ponto mais frágil da bacia.	Inundações na bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí.	Duque de Caxias
	SRA 35	SRA 42	Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Saracuruna com a implantação de um dique em sua margem direita	Promover a implantação de um dique na margem direita do Rio Saracuruna, afastado da calha principal, formando uma extensa planície de alagamento para solucionar os problemas de inundações existentes. Posteriormente, o dique projetado poderá ser utilizado como uma via de transporte, conectando a área industrial da REDUC às rodovias Rio-Magé e BR-040 (Arquinho).	Inundações na bacia do Rio Saracuruna.	Duque de Caxias
	SRA 36	SRA 43	Promover a mitigação de inundações na Bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí através do uso adequado da gleba Cidade dos Meninos	Promover a viabilidade da utilização da Gleba Cidade dos Meninos, que está hoje reservada para absorver as fortes enchentes do Rio Iguaçu. A criação da barragem do Capivari, promovida pelo PDUI, permite que a Cidade dos Meninos possa ter suas terras compartilhadas com outros tipos de ocupação. Esse enorme terreno deve ser objeto de uma PPP para despoluição do depósito de Pó-de-Broca e posterior uso para vários tipos de ocupação, incluindo aí, a fundamental missão de espraiamento das cheias do Iguaçu. A inclusão de uma ligação viária ao Arco Metropolitano e a BR-040 dá nova dimensão ao uso compartilhado dessa gleba.	Inundações na bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí.	Duque de Caxias
	SRA 36	SRA 44	Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Acari com a implantação de reservatórios e parques inundáveis	Promover a implantação de reservatórios e parques inundáveis para solução dos problemas de enchentes no Bairro de Acari, região com frequentes inundações causadas pelas cheias do Rio Acari, tornando possível a construção da Rodoviária Interestadual prevista para ser instalada na região. Além de resolver os problemas de inundações na área onde se situaria a rodoviária, as soluções de drenagem previstas podem transformar extensas áreas de risco em áreas adequadas para habitação.	Inundações na bacia do Rio Acari.	Rio de Janeiro
	SRA 36	SRA 45	Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Pavuna através do uso adequado de uma gleba localizada nas proximidades da sua foz	A região possui um terreno chamado de "pinicão", visto o tamanho da carga de esgoto que ele recebe. Se revitalizado, tal terreno pode ser um Parque Arborizado para o lazer do centro de Caxias. Também é demandado para a região uma estrada para escoamento aeroportuário, unindo o aeroporto Internacional (GIG) à BR040 e à Linha Vermelha. A implantação dessa estrada está atrelada ao desenvolvimento sanitário da região uma vez que um terreno da marinha, que poderá receber logística aeroportuária, necessita de estruturação relacionada a drenagem. Além do uso de logística aeroportuária o terreno tem potencial para diversos outros usos, dentre eles o desenvolvimento industrial da região. A área mais área mais ao oeste do terreno poderia ser utilizada para habitações, por estar próxima à linha de trem, ganhando, se necessário, uma nova estação férrea. Há ainda solicitações de que em parte da área seja implementado um parque metropolitano.	Desenvolvimento urbano limitado por falta de condições básicas de saneamento.	Duque de Caxias e Rio de Janeiro

Diretrizes	ID	ID novo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local
Realizar atividades de gestão e articulação institucional referente a macrodrenagem, considerando o mandato metropolitano a ser instituído em legislação complementar.	SRA	SRA 46	Promover a criação de Zonas de Interesse Metropolitano associadas à reserva de espaços livre relevantes para o controle de inundações	O principal déficit diagnosticado na avaliação da estrutura do setor de manejo de águas pluviais se refere ao déficit de volumes para armazenamento das águas pluviais, que, oriundas das falhas de funcionamento do sistema, geram alagamentos e inundações. Estes, por sua vez, ser vistos como um problema de alocação de espaço insuficiente. Ao utilizar áreas que deveriam ser preservadas para inundação e fomentar um uso do solo com excessiva impermeabilização, o processo de urbanização deveria prever novos e alternativos espaços para a armazenagem temporária dos escoamentos, de modo a permitir a continuidade do funcionamento dos sistemas de drenagem. Dessa forma, é promovido pelo PDU I a criação de Zonas de Interesse Metropolitano associadas à reserva de espaços livre relevantes para o controle de inundações para suprir o o déficit de volumes para armazenagem das águas pluviais.	o déficit de volumes para armazenagem das águas pluviais	RMRJ
	SRA 37	SRA 47	Promover a gestão das atividades de macrodrenagem	Promover a gestão das atividades de macrodrenagem, garantindo a integração com outras áreas setoriais da governança metropolitana, acompanhamento e monitoramento.	Falta de interação dos planos municipais no âmbito Metropolitano.	RMRJ
	SRA 38	SRA 48	Apoiar e estabelecer diretrizes para a elaboração de planos municipais de drenagem	Apoiar e estabelecer diretrizes para a elaboração de planos municipais de drenagem, visando articulação e complementariedade dos projetos dos entes federados e racionalização da gestão e dos investimentos do setor na escala metropolitana. É fundamental que os planos setoriais referentes aos serviços de saneamento básico respeitem não só as diretrizes preconizadas na Lei Federal N° 11.445/2007, como também o fato de pertencerem a uma região metropolitana. Ou seja, os planos setoriais devem levar em consideração as possíveis interrelações e impactos gerados pelas suas propostas nos municípios que formam a RMRJ, além de estabelecer a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Também é importante que o aumento da resiliência por setor seja uma premissa na elaboração de tais planos.	Falta de indicações para elaboração de planos de drenagem	RMRJ

**RESILIÊNCIA AMBIENTAL**

Diretrizes	ID	ID novo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local	PAP
Promover um conjunto de ações que visem garantir a resiliência da Região Metropolitana, nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial	SRA 39	SRA 49	Promover ações resilientes para o setor de abastecimento de água	Promover um conjunto de ações que visa garantir o abastecimento de água potável para a população, a longo prazo, mesmo em situações de crise, em períodos de secas prolongadas, fenômenos com previsão de ocorrências mais frequentes devido às mudanças climáticas. As ações a serem promovidas estão distribuídas nas propostas do setor de abastecimento de água do eixo de Saneamento e Resiliência Ambiental (SRA - AA)	Falta de resiliência dos setores de saneamento da metrópole	RMRJ	3 - Metrópole Sustentável
	SRA 40	SRA 50	Promover ações resilientes para o setor de esgotamento sanitário	Promover a implantação de redes de esgotamento sanitário de tempo seco nas localidades, comunidades e vias onde foi identificada a existência de esgoto a céu aberto, a fim de garantir as condições mínimas de salubridade para os habitantes, evitando-se doenças de veiculação hídrica. As ações a serem promovidas estão distribuídas nas propostas do setor de esgotamento sanitário do eixo de Saneamento e Resiliência Ambiental (SRA - ES)	Falta de resiliência dos setores de saneamento da metrópole	RMRJ	3 - Metrópole Sustentável
	SRA 41	SRA 51	Promover ações resilientes para o setor manejo de resíduos sólidos	Promover a otimização do espaço ocupado pela destinação final dos resíduos. Tal ocupação é mitigada quando políticas de reciclagem, logística reversa e reaproveitamento dos resíduos de construção civil são incentivados. As ações a serem promovidas estão distribuídas nas propostas do setor de manejo de resíduos sólidos do eixo de Saneamento e Resiliência Ambiental (SRA - RS)	Falta de resiliência dos setores de saneamento da metrópole	RMRJ	3 - Metrópole Sustentável
	SRA 42	SRA 52	Promover ações resilientes para o setor de manejo de águas pluviais	Promover ações que visam mitigar efeitos de enchentes em regiões habitadas principalmente na área urbana, onde há maior densidade e áreas de risco identificadas, prevendo-se atuações distribuídas sobre a paisagem urbana da bacia, de forma a reduzir e retardar picos de cheia, permitir a recarga do lençol freático (tanto quanto possível) e buscar restaurar as condições aproximadas do escoamento natural. As ações a serem promovidas estão distribuídas nas propostas do setor de manejo de águas pluviais e drenagem do eixo de Saneamento e Resiliência Ambiental (SRA - DR)	Falta de resiliência dos setores de saneamento da metrópole	RMRJ	3 - Metrópole Sustentável
	SRA 43	SRA 53	Estabelecer diretrizes e apoiar Planos de redução de risco	Estabelecer diretrizes e apoiar a elaboração de Planos Municipais de Redução de Risco e Planos Setoriais que tenham componentes de resiliência econômica e social.	Falta de indicações para elaboração de redução de risco	RMRJ	3 - Metrópole Sustentável

Diretrizes	ID	ID novo	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Local	PAP
Realizar ações de grandes melhorias no meio ambiente	SRA 44	SRA 54	Incentivar a melhoria da qualidade das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas	Incentivar a melhoria da qualidade das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas, ícone da metrópole, que já possui área urbana contribuinte saneada e com um cinturão sanitário totalmente instalado para coleta de águas de lavagem de ruas. A proposta é renovar constantemente as águas da Lagoa. A entrada da água do mar se daria pelo Canal do Jardim de Alah, o qual precisaria ser reestruturado para tal, e a saída das águas seria feita utilizando canais existentes, por meio de bombeamento.	Baixa qualidade das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas.	Rio de Janeiro	3 - Metrópole Sustentável
	SRA 45	SRA 55	Incentivar o uso do espelho d'água da Lagoa de Marapendi	Incentivar a redução do tempo de saneamento da área urbana contribuinte da Lagoa de Marapendi, trabalhando no trecho intermediário da lagoa (atual APA). A localização e o leito de areias brancas da lagoa são dois atrativos para abraçar uma ideia de proteção deste corpo hídrico. Finalmente, a lagoa apresenta forte apelo à indústria do lazer lacustre e pode ser usada para mobilidade local e, eventualmente, acesso alternativo à estação do Metrô Jardim Oceânico.	Não aproveitamento do potencial da Lagoa de Marapendi e baixa qualidade de suas águas.	Rio de Janeiro	3 - Metrópole Sustentável
	SRA 46	SRA 56	Apoiar a criação de um Parque na bacia do Rio Guapimirim	O Rio Guapimirim apresenta diversos sinais de erosão excessiva trazidos por obras de canalização. Pontes sobre o rio possuem sua fundação exposta, podendo estar comprometidas estruturalmente. Na APA Guapimirim, nas proximidades da Baía de Guanabara, as canalizações realizadas também apresentam consequências negativas como o acúmulo de sedimentos, impactando de forma negativa a capacidade hidráulica do Rio e o equilíbrio do ecossistema. Para resolver os problemas estruturais das pontes atingidas, estudos devem ser realizados para implantação de obras de controle da vazão sólida sem que haja aumento da susceptibilidade a inundações para a população local. Já os problemas da UC são de mais fácil resolução, uma vez que a remeandrização do rio ou a implantação de obras para controle dos sedimentos não ocasionaria aumento do risco de inundações para a área urbana. Dessa forma é proposto um Parque, criando opções de áreas para lazer, com o intuito de requalificar o Rio Guapimirim.	Erosão excessiva trazida por obras de canalização.	Guapimirim	3 - Metrópole Sustentável
	SRA 47	SRA 57	Promover a criação de uma zona de interesse metropolitano ao longo da orla da Baía de Guanabara	Pretende-se ter uma ZONA DE INTERESSE METROPOLITANO contornando a Baía da Guanabara. Tal Zona deve ter vida própria, em relação às outras áreas continentais da RMRJ. A Orla deve ser um território especial que conecta a Baía aos demais municípios da RMRJ, com regras e usos de interesse coletivo, onde se prioriza o meio ambiente e o lazer público.	Desvalorização da Baía de Guanabara.	Municípios da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara	3 - Metrópole Sustentável
			SRA 58	Incentivar a remediação das áreas contaminadas da RMRJ	Incentivar a continuação do Cadastro de Áreas Contaminadas no Estado do Rio de Janeiro, realizado pelo INEA, junto com o incentivo à investigação e remediação de tais passivos ambientais, que trazem risco à segurança, à saúde humana e/ou ao meio ambiente.	Áreas contaminadas na RMRJ e a dificuldade de mensuração	RMRJ

## GESTÃO PÚBLICA

GESTÃO PÚBLICA				
ID	Título da Proposta	Descrição da Proposta	Questão a ser solucionada	Local da Proposta
GP 01	Instituir a Governança formal na RMRJ nos termos do Estatuto da Metrópole.	Essa proposta supõe a adoção de Lei Complementar que institua a governança formal na RMRJ, a partir da discussão do PLC 10/2015 e a subsequente aprovação do PDUI por Lei específica.	Falta de marco legal para a governança formal nos termos do Estatuto da Metrópole.	RMRJ como um todo.
GP 02	Fortalecer a Agência Metropolitana e recuperar a capacidade de planejamento municipal integrada.	Aperfeiçoar continuamente a Governança Metropolitana, a reforma do Estado e seus instrumentos, com esquemas eficientes de compartilhamento de decisões e iniciativas, (i) promovendo arranjos institucionais que levem a um maior dinamismo metropolitano, incluindo a reforma institucional do Estado para constituir empresas metropolitanas inovadoras, (ii) estimulando maior apoio dos municípios-polo (Rio de Janeiro e Niterói) aos municípios menores, (iii) incentivando a cooperação sobre a competição, (iv) garantindo maior equidade nas decisões municipais de impacto metropolitano, (v) estimulando os municípios a instituir instrumentos urbanísticos inovadores, como a Transferência do Direito de Construir para proteger o patrimônio cultural, e (vi) promovendo a integração entre as diretrizes metropolitanas e as políticas setoriais e orçamentos de todas as esferas de governo que incidem no território metropolitano.	Falta de coordenação interna na RMRJ, hegemonia dos polos e desequilíbrio territorial.	RMRJ como um todo.
GP 03	Promover bases sustentáveis para a alavancagem de recursos financeiros adicionais.	Inovar e reforçar estratégias tributárias e financeiras (IPTU, Contribuição de Melhoria, conceito do poluidor-pagador para financiar redes de esgoto e ETEs, otimização da cobrança pelos resíduos sólidos, entre outras), incluindo a alimentação permanente do Fundo Metropolitano para financiar investimentos nas funções públicas de interesse comum (com prioridade para habitação, mobilidade e saneamento ambiental/resiliência) e incentivos sustentáveis focalizados para atrair investimentos públicos e privados de modo desconcentrado (território) e descentralizado (gestão), de modo a estimular o crescimento econômico equalizado da Metrópole, promovendo uma gestão mais descentralizada de recursos e decisões para fortalecer a responsabilidade entre os sujeitos, seus governos e seus territórios.	Excessiva dependência das transferências correntes; desprezo pelas receitas próprias e não utilização de instrumentos fiscais com justiça socioambiental (Contrib Melh); excesso de renúncia fiscal; tudo isso provocando insuficiente capacidade de investimentos quando cotejada com o volume de necessidades e carências metropolitanas.	RMRJ como um todo.
GP 04	Ampliar a eficiência do gasto público e das políticas públicas integradas, para melhor prestação de serviços à população.	Incentivar a adoção de políticas públicas integradas no território, incluindo (i) o alinhamento dos Planos Diretores ao PDUI, (ii) a promoção da elaboração de planos municipais de resíduos sólidos, (iii) a promoção da elaboração de planos municipais de drenagem, (iv) a articulação de ações com instituições que tratam de recursos hídricos, e (v) apoiando propostas multifuncionais e setoriais que demandem arranjos institucionais diferenciados de Gestão Pública, como Consórcios Públicos e PPP's, por exemplo.	Dispersão de prioridades territoriais e desequilíbrio territorial, tendendo a aumentar as desigualdades.	RMRJ como um todo.
GP 05	Promover a integração mais eficiente da sociedade civil organizada e academia ao processo de planejamento metropolitano e municipal.	Atrair instituições com foco em gestão pública para cooperar com a gestão metropolitana e municipal, propiciando reforços de <u>capacitação profissional e funcional de servidores municipais e estaduais</u> , incrementando redes de contato dos governos com esses segmentos da sociedade e <u>fortalecendo os espaços de participação existentes</u> , adequando-os às novas tecnologias de informação e comunicação.	Insuficiente capacitação municipal para a utilização de ferramentas mais modernas de gestão territorial, bem assim dificuldades de absorção adequada da participação cidadã.	RMRJ como um todo.
GP 06	Promover uma gestão de informação com base georreferenciada e acesso público.	Promover a utilização de informações georreferenciadas como insumo para a tomada de decisões, como fonte para uma cultura de informação, incluindo um <u>Sistema de Monitoramento e Avaliação de Resultados da RMRJ</u> , aberto ao público, mediante a adoção de indicadores de monitoramento setorial e territorial.	Insuficiente cultura de informação para propor e avaliar os resultados do planejamento e os impactos sobre a melhoria do bem estar da população.	RMRJ como um todo.



Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

# 3 | RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA RMRJ



### 3. RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA RMRJ

Neste capítulo, serão apresentados os textos e os mapas que definem os principais instrumentos de planejamento elaborados para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e que se referem à proposta de **Reconfiguração Espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (REM)** e ao **Zoneamento Metropolitano (ZM)**. Ambos os instrumentos serão a base para a distribuição territorial e temporal das propostas que compõem os PAPs.

A **Reconfiguração Espacial Metropolitana** busca contemplar de forma integrada os elementos orientadores da ocupação territorial, considerando as sugestões apresentadas no processo participativo do Plano, os diagnósticos e as propostas dos eixos estruturantes, além dos parâmetros gerais do PDUI. A proposta aqui apresentada traz referências para conter o espraiamento da mancha urbana; densificar, qualificar e diversificar a ocupação urbana; fortalecer as centralidades secundárias, terciárias e de estruturação do território; valorizar o meio ambiente e o cinturão rural agroecológico da metrópole; qualificar os espaços já urbanizados carentes de infraestrutura; implantar áreas de interesse econômico logístico e industrial; dentre outros aspectos.

Já o **Zoneamento Metropolitano** identifica as zonas metropolitanas e delinea as diretrizes gerais de uso e ocupação do solo, além dos principais eixos, que recebem tratamento específico. O Zoneamento Metropolitano apresentado constitui uma proposta de ordenamento de grandes porções do território que deverão ser posteriormente debatidas e consensuadas na Governança Metropolitana com os municípios integrantes da RMRJ, de modo a ser debatido nos seus Planos Diretores.

#### 3.1. RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL METROPOLITANA (REM)

A proposta de **Reconfiguração Espacial Metropolitana e de Centralidades** do PDUI se baseia em um conjunto de premissas, estabelecidas na origem e ao longo do processo de elaboração do Plano, destacando-se: (i) elementos orientadores da ocupação territorial; (ii) propostas apresentadas no processo participativo do PDUI; (iii) diagnósticos e propostas dos eixos estruturantes; (iv) parâmetros gerais para reconfiguração espacial.

Os **elementos orientadores** da ocupação territorial, considerados mais importantes, foram a Baía de Guanabara (Baía Reinventada), os Eixos Ferroviários e de Mobilidade (Trilhos e Trilhas) e o Arco Metropolitano.

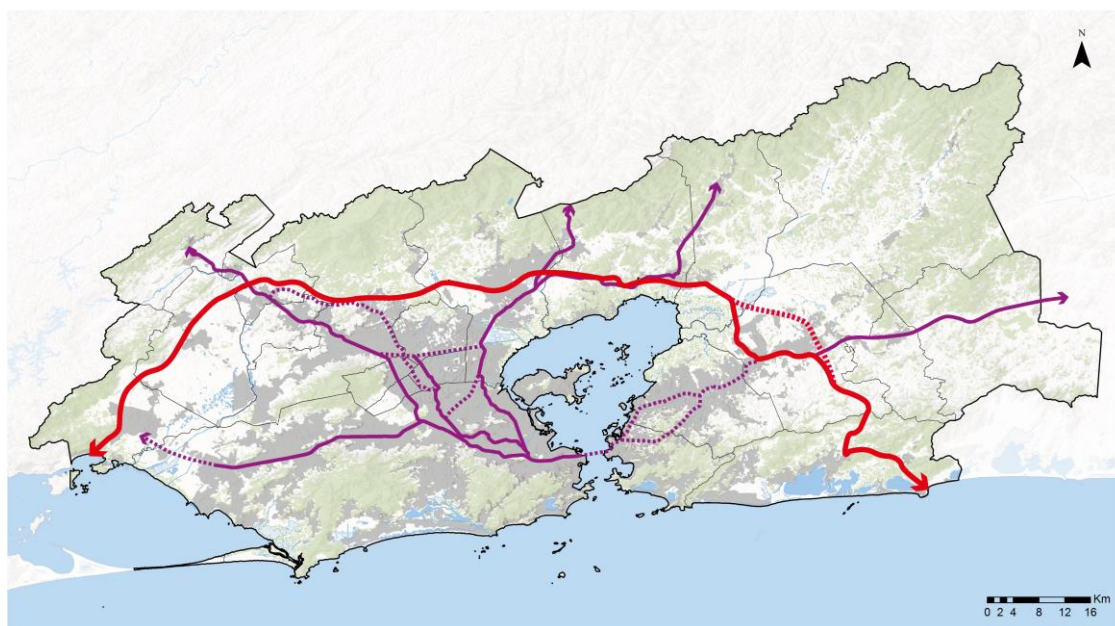
A **Baía de Guanabara** é uma das principais referências da paisagem da Região Metropolitana, tanto no seu aspecto natural como cultural, como elemento integrador dos municípios que a circundam. A Baía foi, durante os séculos iniciais da cidade do Rio de Janeiro, a principal porta de entrada da cidade e seu porto. Nas suas águas eram transportadas mercadorias provenientes do seu entorno e do interior. Devolver a Baía à população, por meio da criação ou fortalecimento de pontos de contato com as suas águas, do saneamento e da balneabilidade de suas águas, da criação de roteiros para serem compartilhados pelas pessoas da metrópole, pelo estímulo à permanência de comunidades e atividades econômicas tradicionais, pela requalificação de antigas áreas e bairros, restauração dos patrimônios históricos e preservação das áreas naturais, consiste em uma das metas a serem perseguidas na elaboração PDUI.

O termo **Trilhos e Trilhas** refere-se, sobretudo, aos eixos ferroviários, caminhos da história da ocupação inicial da Zona Oeste e da Baixada Fluminense. Suas estações foram indutoras de núcleos urbanos que se desenvolveram ao longo do percurso das ferrovias, cada uma com a sua própria história e cultura, que devem ser preservadas e

valorizadas. Simultaneamente, e desde que em conformidade com as condições existentes, pode ser estimulado o adensamento urbano com uso misto de habitação, comércio e serviços.

O **Arco Metropolitano** se configura como um imenso 'guarda-chuva' que induz espacialmente a implantação e desenvolvimento de grandes empreendimentos portuários, industriais e logísticos; complementado pelo vetor radial em direção aos complexos do Aeroporto do Galeão e do Porto do Rio. O reconhecimento da logística como elemento econômico estruturador confere ao tema possibilidades imensas para o desenvolvimento social e econômico dos municípios periféricos, desde a notável perspectiva de investimentos públicos e privados, descentralizando e reorganizando os centros de empregos em todo o território da RMRJ, como da reorganização positiva de suas estruturas urbanas – ou seja, resultando em qualidade de vida para as populações.

**Mapa 01 - Baía de Guanabara, Trilhos/Trilhas e Arco Metropolitano**



Além do trinômio Baía da Guanabara, Trilhos e Trilhas e Arco Metropolitano, há outros **aspectos territoriais** que, por suas **especificidades ambientais e/ou culturais**, são orientadores do PDUI:

- A Baía de Sepetiba, por sua vulnerabilidade ambiental e cultural e pela presença de atividades portuárias e industriais de grande porte no seu entorno;
- A área de transição entre o fundo da Baía de Guanabara e a Serra do Mar, igualmente por sua vulnerabilidade ambiental e cultural e pela pressão da expansão urbana;
- A região de Maricá, por seu patrimônio natural e cultural, formado pelo conjunto de serras, lagos e praias, monumentos históricos e componentes culturais, somados ao seu relativo isolamento no território metropolitano.

Entre as propostas apresentadas no **processo participativo** de elaboração do PDUI, relacionadas ao tema da reconfiguração do território e centralidade, pode-se destacar alguns pontos debatidos com mais ênfase, tais como: (i) a contenção do espraiamento urbano; (ii) a promoção de um adensamento urbano orientado; (iii) o fortalecimento de centralidades secundárias; e (iv) o papel do Arco Metropolitano na RMRJ. A partir dessas e outras contribuições do processo participativo, e tendo como base o diagnóstico e a visão de futuro elaborados na segunda fase do Plano, foram incorporados ao PDUI um conjunto de diretrizes, a saber:

- Conter o espraiamento urbano e promover uma urbanização mais coesa;
- Formatar uma estrutura policêntrica com o fortalecimento das centralidades urbanas secundárias;
- Buscar a aproximação entre moradia e trabalho, serviços e equipamentos públicos e população;
- Estimular a ocupação de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas;
- Preservar os ambientes de fragilidade ambiental e as áreas rurais;
- Valorizar a orla da Baía de Guanabara;
- Valorizar o entorno das estações ferroviárias;
- Orientar a ocupação ao longo do Arco Metropolitano;
- Fortalecer os instrumentos de gestão.

Já o **diagnóstico e as propostas** dos eixos estruturantes do PDUI aportam um conjunto de variáveis que embasaram escolhas e definições adotadas para a reconfiguração espacial da metrópole. Esses conteúdos puderam ser conhecidos a partir da análise dos diagnósticos e das proposições apresentadas nesse trabalho, por eixo estruturante.

Considerando as proposições do processo participativo e os conteúdos dos eixos, foi apontado um conjunto de **parâmetros gerais** considerados relevantes, quais sejam:

- Valorizar, preservar e reconhecer o meio ambiente como de grande importância para os habitantes e para a economia da RMRJ;
- Promover a redução das desigualdades socioeconômicas, na oferta de infraestrutura e de equipamentos sociais;
- Criar “uma estrutura espacial polinucleada” é uma das premissas do PDUI/RMRJ, que deverá buscar estabelecer o fortalecimento de centralidades secundárias e terciárias;
- Propor densidades maiores para uso do solo em áreas próximas a eixos de mobilidade e centralidades secundárias e outras centralidades estruturadoras do território;
- Buscar a integração da própria Região Metropolitana do Rio de Janeiro, priorizando a integração entre as centralidades secundárias, evitando-se a concentração atual na capital da metrópole;
- Estimular a diversidade de usos no tecido urbano, com diferentes extratos da população, onde possam conviver habitação, comércio, serviços e unidades produtivas;
- Garantir o atendimento das demandas por equipamentos de infraestrutura urbana econômica e social, incluindo todos os aspectos de moradia;
- Ampliar a resiliência das estruturas urbanas da metrópole, a fim de enfrentar os efeitos das mudanças climáticas.

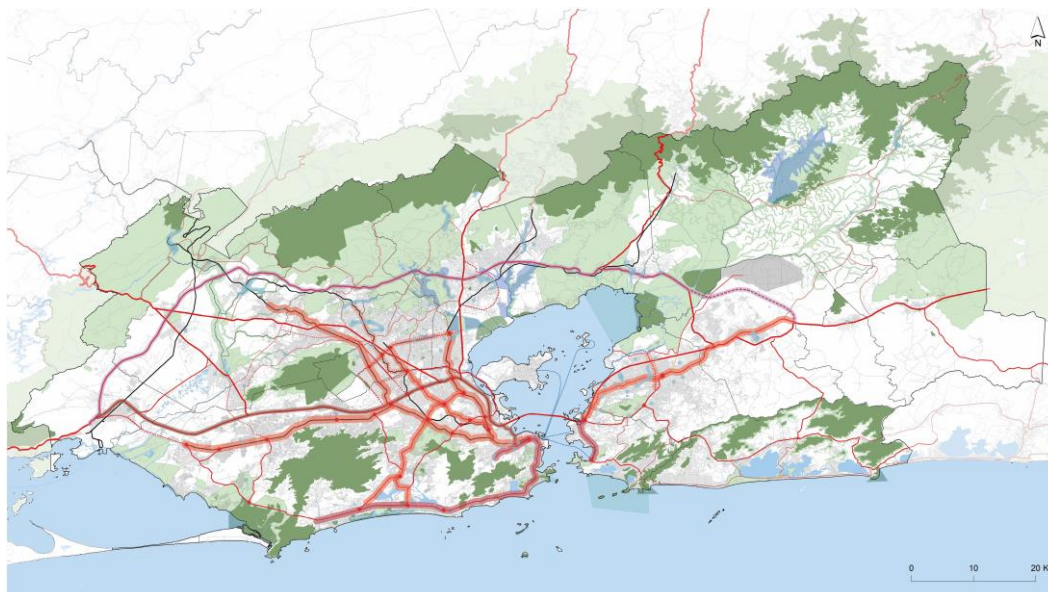
A **reconfiguração espacial metropolitana** busca corroborar com a construção de uma cidade mais justa e sustentável, mais inclusiva e menos desigual econômica e socialmente, mais comprometida e integrada com o meio ambiente, mais equilibrada territorialmente, mais resiliente para enfrentar as mudanças climáticas, mais preparada para as mudanças demográficas, valorizando os idosos, mais aberta à diversidade cultural, racial e de gênero, mais inteligente e eficiente na utilização dos seus recursos, mais aberta para o futuro. Ela promove a limitação da expansão da mancha urbana e a contenção do espraiamento da cidade na direção da periferia, e a consequente exigência de ampliação contínua da infraestrutura urbana, além dos efeitos danosos ao meio ambiente. Ademais, a REM pressupõe a ocupação de vazios urbanos e o adensamento de áreas urbanas que já contam com infraestrutura, bem como prevê a qualificação dos espaços já urbanizados onde há carência de infraestrutura. A promoção de uma ocupação urbana mais coesa deverá contribuir para a redução do espraiamento urbano, diminuindo, por consequência, a pressão sobre áreas de fragilidade e de proteção ambiental, bem como o avanço sobre o território rural.

A proposta de reconfiguração espacial objetiva uma cidade com maior equilíbrio territorial e, para tanto, busca fortalecer uma estrutura metropolitana policêntrica, com diversidade de atividades institucionais, comerciais e de serviços. Prevê o adensamento habitacional e a diversidade de usos nas centralidades secundárias e terciárias e ao longo dos eixos de transporte de passageiros com maior capacidade. A proposta busca uma conformação urbana onde haja maior proximidade entre moradia, trabalho, transporte, serviços e lazer. A reconfiguração estimula o uso misto e a oferta de equipamentos e espaços públicos nas centralidades e junto de intersecção dos principais eixos de mobilidade urbana e de transferência multimodal de transporte público (pontos nodais), de acordo com a vocação e o adensamento potencial de cada centralidade secundária.

A proximidade entre moradia, trabalho e mobilidade deve ser o resultado de políticas urbanas integradas, tanto metropolitanas como estaduais e locais, relacionadas ao transporte de passageiros, à habitação e equipamentos sociais, à dinamização da economia e ao uso e ocupação do solo. É essencial implantar programas de urbanização e regularização de favelas e assentamentos precários, de maneira a garantir condições mínimas de vida para os seus habitantes, de forma integrada à dinâmica urbana. A aplicação dessas políticas na rede de centralidades proposta busca aproximar bens e serviços comerciais, sociais e institucionais, bem como possibilitar o uso de transporte coletivo e reduzir as distâncias de viagens aos locais de trabalho e a necessidade do uso do automóvel particular.

A proposta de reconfiguração espacial reconhece os eixos que conduziram a ocupação do território metropolitano, especialmente os ferroviários, formados pelas linhas de trens suburbanos, posteriormente complementados pelas linhas do metrô, e que guardam o potencial de se consolidarem como eixos metropolitanos de adensamento, prevendo-se um uso misto de habitação, comércio e serviços. Esses eixos estruturantes, que são predominantemente radiais, se dirigem para o centro da metrópole, onde há maior concentração de renda e, mais recentemente, para a região da Barra da Tijuca, onde há maior dinâmica imobiliária. Esses eixos radiais devem ser complementados por novos eixos transversais – compondo uma malha viária – e/ou redes transversais de corredores de transporte público de maior capacidade, ao longo dos quais se propõe promover o adensamento urbano e ampliar a oferta de equipamentos e serviços públicos, buscando romper a lógica de movimento radial para a região central da metrópole.

## Mapa 02 - Eixos radiais e transversais



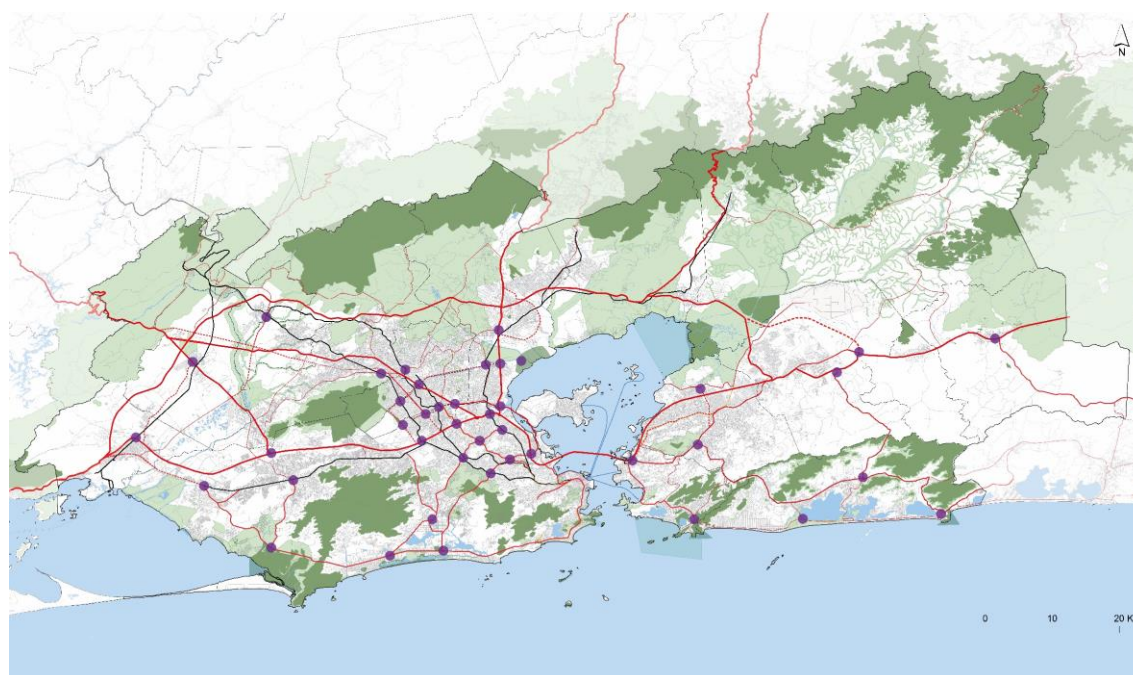
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Eixos Radiais e Transversais



Onde esses eixos de mobilidade se cruzam são formados pontos nodais que, além de constituírem importantes locais de transbordo para os sistemas de transporte coletivo, são estratégicos para a localização de equipamentos urbanos e comunitários e poderão – de acordo com as potencialidades de cada lugar – ser fortalecidos no contexto urbano. Dentro dessa trama linear dos eixos principais do transporte público de maior capacidade e das grandes vias de acessibilidade regional, os pontos nodais podem caracterizar núcleos estruturados que venham fortalecer a identidade de cada município dentro da metrópole.

## Mapa 03 - Pontos Nodais



O incentivo ao adensamento e à diversificação urbana por meio de faixas ao longo dos eixos de mobilidade deverá ser aprofundado em planos específicos mais detalhados, no sentido de se identificar os trechos em que tal recomendação deve ser aplicada, por serem mais favoráveis ao adensamento e uso múltiplo, e aqueles em que esta diretriz não se justifica. Cabe considerar as questões sociais e habitacionais, demandas por equipamentos públicos e infraestrutura, aspectos ambientais, configuração das propriedades, interesse do mercado formal, entre outras.

A rede de **centralidades** e suas conexões constituem os principais componentes da organização do território, que deve contemplar tanto a complementariedade possível entre essas centralidades, como a busca da autonomia de cada um dos seus municípios, tornando-os capazes de manter e prover as relações de vida e trabalho para sua população. Há duas narrativas que se entrelaçam nesse mosaico regional: a metropolitana – o todo; e a municipal – esta construída para e pertencente a cada localidade. Ainda que por suas diversas características haja uma hierarquia diferenciada dessas centralidades, cada qual se fortalece por pertencer ao todo e por suas singularidades. Niterói, Duque de Caxias e Nova Iguaçu já despontam nesse quesito, e outras podem seguir.

Enriquecer as narrativas locais, por meio de reforços em suas bases econômicas e na capacidade de gestão, bem como, por intervenções que alimentem a autoestima de seus cidadãos – identidade, patrimônio material e imaterial – são essenciais à construção de um modelo que melhor equilibra o território e avança para um sistema sinérgico. Esse é o princípio do conceito das **'centriférias'**, uma hipótese de relação dinâmica bipolar em constante intercâmbio de papéis entre centralidade e periferia. Essa rede contempla ainda a relação histórica entre o Centro do Rio de Janeiro e Niterói, de forma a preservar a característica de metrópole duocêntrica da RMRJ.

Para a reconfiguração espacial da metrópole, foi considerada uma **rede básica de centralidades urbanas**, tendo-se adotado o estudo elaborado pelo Instituto Econômico do Trabalho Social – IETS, que estabeleceu níveis de centralidade utilizando dados referentes à atividade econômica e educacional. A reconfiguração espacial reconhece os níveis de centralidade identificados pelo IETS, quais sejam:

**Nível 1:** Centro do Rio de Janeiro (Centro Metropolitano);

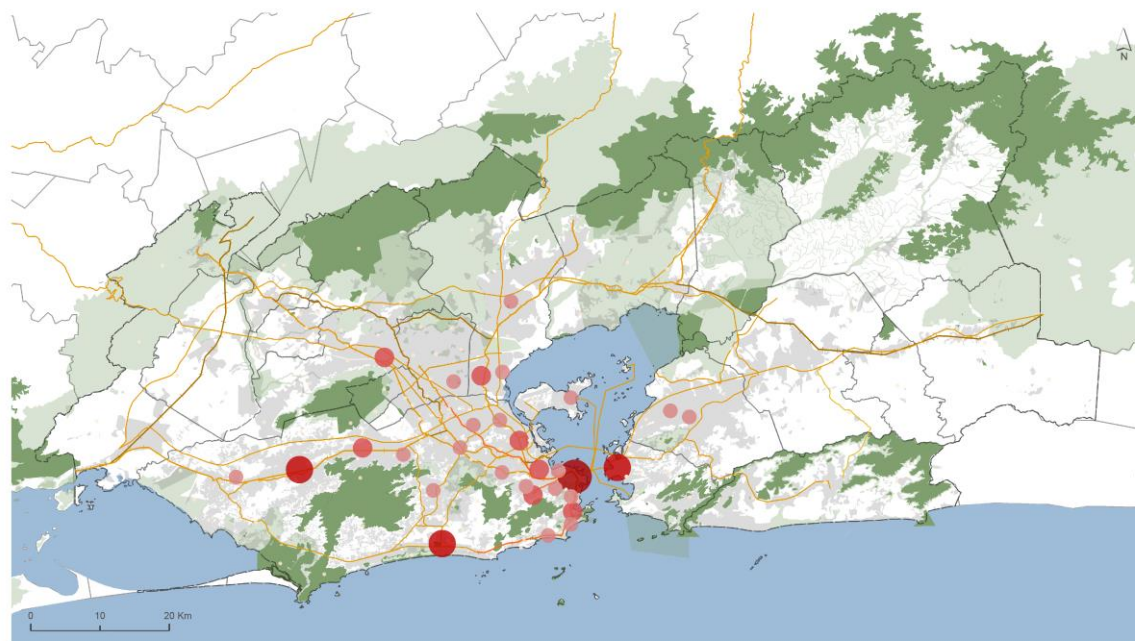
**Nível 2:** Barra da Tijuca e Campo Grande;

**Nível 3:** Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo, Botafogo, Tijuca, São Cristóvão, Madureira, Bonsucesso/Ramos/Olaria, Niterói e Bangu.

Subcentros de Alcance Regional

## Mapa 04 - Hierarquia das Centralidades da RMRJ

Fonte: IETS (2015)



Fonte: IETS - Centralidades da RMRJ

Hierarquia das Centralidades

### Legenda

- Centro Metropolitano
- Subcentro Metropolitano
- Centro Regional
- Subcentro Regional

Para alcançar os propósitos de estruturação e equilíbrio territorial, a reconfiguração espacial propõe reforçar um conjunto de centralidades, de forma a configurar ao longo do tempo uma rede de centralidades mais equilibrada, que serão apresentadas a seguir:

- Nível 2: Campo Grande
- Nível 3: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo, Madureira
- Nível 4: Itaguaí, Seropédica, Queimados, Itaboraí e Magé

O Centro do Rio de Janeiro tem importância histórica e econômica reconhecida e se articula em várias direções, destacando-se sua relação com Niterói e com a centralidade de Botafogo, no vetor que se desenvolve em direção à Zona Sul (Flamengo, Botafogo, Copacabana e Ipanema/Leblon). Vale lembrar que há um segundo vetor formado pelo Centro do Rio de Janeiro e suas áreas contíguas de desenvolvimento histórico-econômico ancoradas em importantes infraestruturas como o porto (Portuária), o trem (São Cristóvão, Rio Comprido e depois as regiões de Ramos/Olaria, Irajá, Madureira), e o aeroporto/universidade (Ilha do Governador).

A centralidade de Madureira cresce em importância na estrutura metropolitana pela sua potencialidade, em função da sua localização e disponibilidade de meios de transporte, pela possibilidade de articular diversas centralidades e regiões localizadas no seu entorno, desempenhando uma importante função de transição e articulação urbana entre o Rio de Janeiro (Centro, Barra da Tijuca, Zona Norte e Zona Oeste) e a Baixada Fluminense (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João do Meriti, Belford Roxo e Mesquita).

Um terceiro vetor segue a partir do Centro em direção à Zona Oeste (Taquara, Realengo, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz), onde se propõe o fortalecimento da conexão entre Campo Grande, importante centralidade de segundo nível – com Santa Cruz e Itaguaí. Ainda no município do Rio de Janeiro, a centralidade da Barra da Tijuca apresenta características específicas que em parte são resultado do seu compartimento territorial. O principal propósito nessa centralidade é o de buscar o equilíbrio entre suas funções urbanas – especialmente entre moradia e trabalho – e fortalecer sua conexão com Madureira.

Na Baixada Fluminense, propõe-se o fortalecimento da articulação entre as centralidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, envolvendo ainda os municípios de Nilópolis, Mesquita, São João do Meriti e Belford Roxo. Nessas centralidades, o fortalecimento econômico, o adensamento urbano e a implantação de equipamentos públicos, entre outras medidas necessárias, promoverá a gradativa redução da dependência desse conjunto de municípios em relação ao Centro do Rio de Janeiro.

Do outro lado da Baía de Guanabara, propõe-se o fortalecimento da articulação entre as centralidades de Niterói, São Gonçalo/Alcântara e Itaboraí. Em São Gonçalo, foram identificadas oportunidades para a implantação de eixos urbanos transversais, e a centralidade de Magé teria como principal função articular as áreas urbanas localizadas na porção norte do território metropolitano, bem como servir como área urbana de apoio às proposições relacionadas à valorização da Baía de Guanabara nessa região.

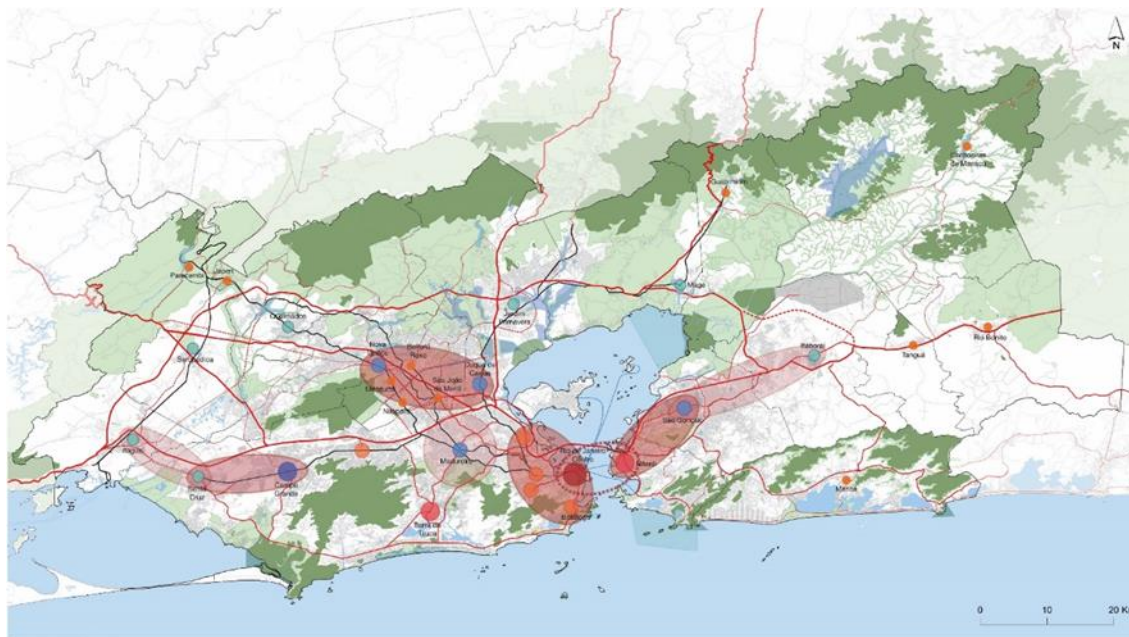
Cabe destacar que, entre as centralidades indicadas, algumas são entendidas como resultado de um conjunto maior de centralidades, geralmente de níveis diferentes, também identificadas no estudo realizado pelo IETS. Exemplos nesse sentido são o município de Duque de Caxias, que além da sua principal centralidade (Centro), conta com centralidades como Jardim Primavera e Gramacho; município de São Gonçalo, que conta com a centralidade de Alcântara; e Maricá, que também contém mais de uma centralidade.

As sedes municipais de Paracambi, Japeri, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Tanguá, Rio Bonito e Maricá se caracterizam como centralidades mais “autônomas”, em níveis variados de independência. Por sua localização, algumas dessas centralidades seguirão mantendo vínculos com centralidades vizinhas, como é o caso de Tanguá em relação a Itaboraí, por exemplo. Em outras centralidades, a autonomia é mais evidenciada, como acontece em Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, mas isso ocorre de forma mais expressiva em Maricá pela forma como o recorte territorial desse município se insere na RMRJ.

As centralidades de Queimados e Seropédica constituem núcleos urbanos de apoio à expansão das atividades econômicas que estão – de acordo com o eixo econômico – previstas para essa região, com ênfase nas atividades retroportuárias, industriais e de logística.

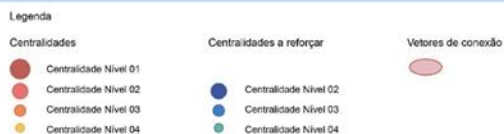


### Mapa 05 - Centralidades Propostas



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

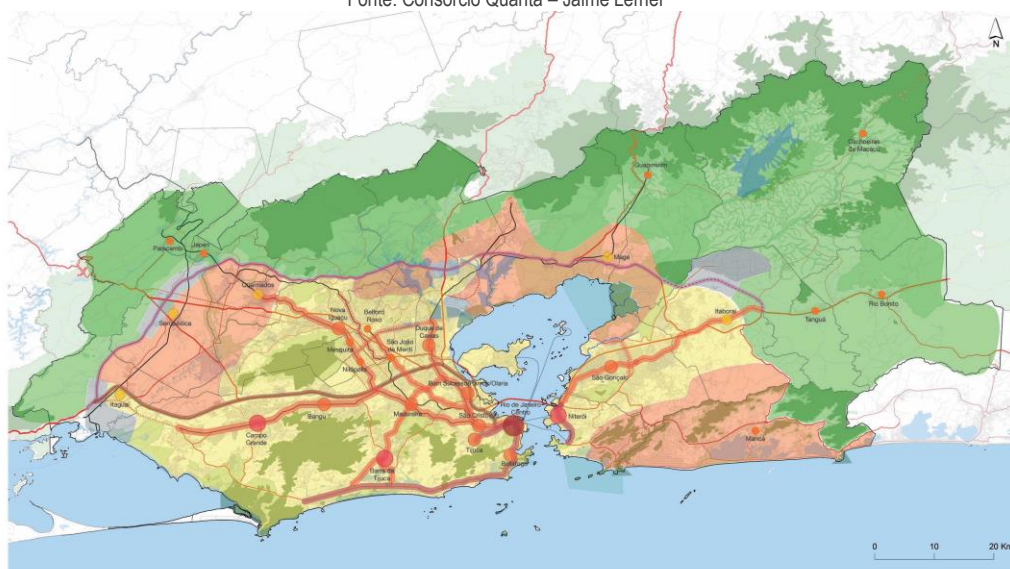
Mapa de Centralidades



A sobreposição das informações relacionadas à predominância de usos com a rede de centralidades e a malha formada pelos eixos radiais e transversais oferece uma visão inicial do conjunto de aspectos que apresenta as principais orientações para a formatação da estrutura proposta para o território metropolitano.

### Mapa 06 - Centralidades, eixos e usos predominantes

Fonte: Consórcio Quanta – Jaime Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Centralidades, Eixos e Usos Predominantes



Ao se aproximar do território metropolitano, a sua complexidade se evidencia, e nesse momento é oportuna a abordagem de outros elementos, que devem estar contemplados no desenho metropolitano.

É importante considerar a consolidação do **Arco Metropolitano** como eixo logístico, evitando a ocupação ou adensamento urbano no seu entorno, bem como, incentivando a criação de um conjunto de áreas retroportuárias, de indústrias e de logística na região de Seropédica, Queimados e Japeri, além de apoiar o funcionamento do COMPERJ, possibilitando a implantação de uma área industrial/logística em Itaboraí, ao longo do contorno proposto do Arco Metropolitano.

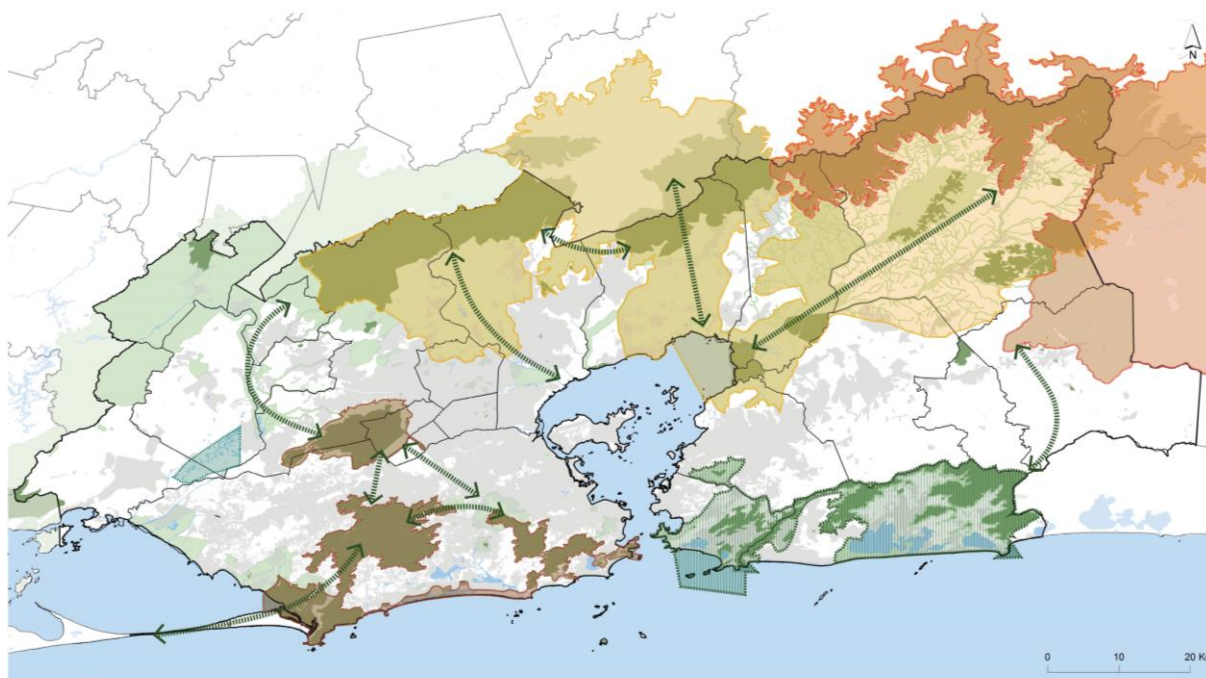
Outra orientação está relacionada à contenção do espraiamento urbano, sendo proposto um perímetro indicativo da mancha urbana, no qual se propõe a consolidação progressiva das áreas urbanizadas internas e a contenção à ocupação urbana nas áreas externas ao perímetro. O traçado desse perímetro indicativo deverá ser ajustado durante o processo de discussão com os municípios que compõem a região metropolitana.

Em consonância com a limitação da mancha urbana, é proposta a valorização dos conjuntos das áreas de proteção ambiental e defesa das áreas de fragilidade ambiental, particularmente aquelas sujeitas à inundações constantes, o que contribui para ampliar a capacidade de resiliência da metrópole.

As áreas de proteção ambiental são destacadas, o que é confirmado pelos desenhos dos mosaicos existentes – Carioca, Central Fluminense e do Mico Leão Dourado e pelas propostas que integrarão os PAPs. As conexões ambientais entre as áreas protegidas ambientalmente são parte da Reconfiguração Espacial Metropolitana que também valoriza e dá destaque para as paisagens ambiental e cultural.

### Mapa 07 - Mosaicos e Conectividade Ambiental

Fonte: Consórcio Quanta – Jaime Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Mosaicos e Conectividade Ambiental

Legenda	
<b>Mosaicos de Unidades de Conservação</b>	<b>Eixos de Conectividade e Área de Interesse</b>
Mosaico Central Fluminense	Eixos de Conectividade Ambiental (proposta)
Mosaico do Mico Leão Dourado	Área de Interesse Ambiental
Mosaico Carioca	
Mosaico Leste Metropolitano (proposta)	

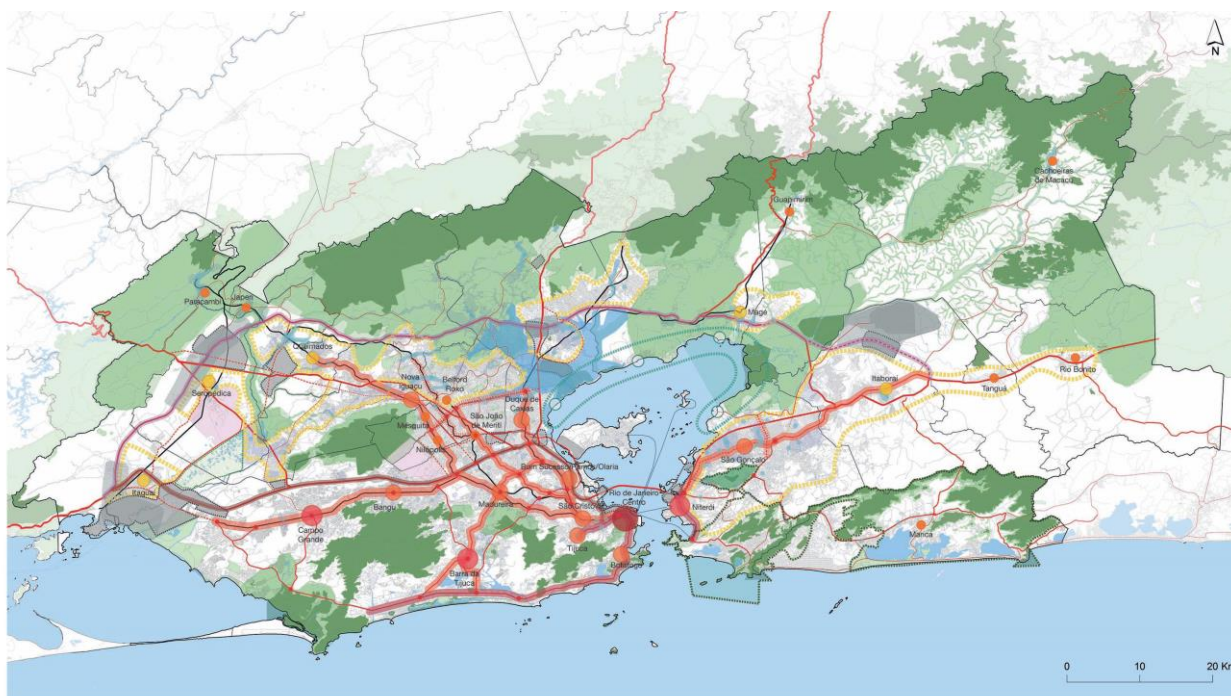
A proposta de reconfiguração metropolitana conta com o fortalecimento das atividades rurais, do chamado cinturão rural metropolitano, mediante a dinamização da economia dessa região, com a produção de alimentos para a metrópole, a adoção de práticas ambientais adequadas e de medidas de proteção do solo, criação de distritos agroecológicos, a valorização do turismo rural e ambiental, entre outras ações possíveis. Espera-se que a consequente valorização do solo rural também constitua, de forma indireta, um desestímulo para a sua transformação em território urbano.

O Desenho das Águas é incorporado à Reconfiguração Espacial incluindo a implantação de reservatórios na área do Cinturão Rural Agroecológico, e parques fluviais na cabeceira e ao longo dos rios onde forem implantadas soluções de macrodrenagem e de segurança hídrica, prevendo-se a implantação de projetos integrados de desenvolvimento sócio econômico. Destaca-se o Reservatório de Guapiaçu, na região de Cachoeira de Macacu, para onde se prevê um projeto de desenvolvimento regional.

A Baía de Guanabara também é considerada parte da proposta de Reconfiguração Espacial Metropolitana. A Baía de Guanabara é considerada atributo natural e cultural fundamental. A Baía deve ser valorizada como espaço de integração, para onde se prevê a implantação de transporte aquaviário de baixa capacidade, com grande potencial turístico. O ambiente cenográfico da sua orla é estratégico para o desenvolvimento de projetos, como o proposto para a Orla de Gramacho, em Duque de Caxias, que poderá ser utilizado para lazer, cultura e projetos turísticos.

### Mapa 08 - Estruturação do território metropolitano

Fonte: Consórcio Quanta – Jaime Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Estruturação Território

#### Legenda

- |  |  |  |  |  |                       |
|--|--|--|--|--|-----------------------|
|  | Contenção do Espalhamento Urbano           |  | Áreas de Recuperação Ambiental         |  | Eixos Ferroviários    |
|  | Uso Industrial e de Logística              |  | Baía Reinventada                       |  | Eixos Rodoviários     |
|  | Áreas Institucionais                       |  | Eixos de Adensamento                   |  | Centralidade Nível 01 |
|  | Áreas Alagadiças                           |  | Eixos de Adensamento Propostos         |  | Centralidade Nível 02 |
|  | Unidades de Conservação de Uso Integral    |  | Eixo de Serviços (Av. Brasil)          |  | Centralidade Nível 03 |
|  | Unidades de Conservação de Uso Sustentável |  | Eixo de Logística (Arco Metropolitano) |  | Centralidade Nível 04 |
|  |  |  | Nós                                    |  |                       |

## 3.2. ZONEAMENTO METROPOLITANO (ZM)

Os principais objetivos do zoneamento metropolitano são a identificação e caracterização das áreas homogêneas da região metropolitana, assim como de componentes de interesse metropolitano, de acordo com a sua função predominante proposta no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado do Rio de Janeiro. O zoneamento metropolitano é composto por:

- Zonas Metropolitanas
- Eixos Metropolitanos
- Centralidades e pontos nodais (nós)
- Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMS)
- Ativos Metropolitanos (aeroportos, portos, ponte, etc.)

### 3.2.1. ZONAS METROPOLITANAS

As Zonas Metropolitanas identificam os principais propósitos metropolitanos no que se refere à proteção ambiental, à ocupação urbana, ao uso rural e ao interesse econômico. A definição do Zoneamento Metropolitano visa pactuar o padrão de uso e ocupação do solo para toda a Região Metropolitana, a partir de uma visão de conjunto do território e deverá condicionar a revisão dos Planos Diretores Municipais. O Zoneamento Metropolitano também fornece as principais diretrizes territoriais para a formulação de programas e ações metropolitanas. São elas:

- Zona de Preservação
- Zona de Consolidação
- Zona de Qualificação
- Zona Agroecológica e de Contenção 1
- Zona Agroecológica e de Contenção 2
- Zona de Atividade Econômica

A Zona de Preservação e a Zona Agroecológica e de Contenção 1 estão delimitadas de acordo com os instrumentos legais de criação das diversas Unidades de Conservação (UCs) que as compõem. As demais Zonas estão indicadas de forma preliminar, e seu detalhamento e formato final deverão ser construídos e pactuados em parceria com as Prefeituras Municipais, demais órgãos públicos e entidades da sociedade envolvidas com o tema.

#### ZONA DE PRESERVAÇÃO

Caracterizada pelo conjunto das áreas de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são áreas de grande valor ambiental a serem integralmente protegidas. Nestas UCs serão permitidos os usos indicados na legislação do setor e nos respectivos Planos de Manejo.

#### ZONA DE CONSOLIDAÇÃO

A Zona de Consolidação é aquela composta pelas áreas mais adensadas do ponto de vista habitacional e/ou com maior concentração de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, que já alcançou um grau básico de urbanização, mas ainda requer qualificação urbanística em algumas regiões, com especial atenção aos aglomerados subnormais. Nela pretende-se estimular a ocupação integral do território, ampliando a urbanização existente e as oportunidades de emprego por meio de:

- Melhoria da qualidade dos espaços públicos e do meio ambiente;
- Estímulo às atividades de comércio e serviços;
- Preservação e reabilitação do patrimônio arquitetônico, paisagístico e cultural;
- Reorganização da infraestrutura e serviços urbanos e do transporte coletivo;
- Regularização fundiária e urbanística dos assentamentos irregulares e favelas;
- Estímulo à ocupação das áreas ociosas como forma de dar melhor aproveitamento à infraestrutura existente e equilibrar a relação entre oferta de empregos e moradia.

A densidade habitacional predominante para a Zona de Consolidação pode variar de média-baixa densidade (60-160 hab/ha) a alta densidade (>480 hab/ha).

### ZONA DE QUALIFICAÇÃO

Caracteriza-se por apresentar infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos incompletos, podendo ainda haver deficiência de comércio e serviços. Nessa zona, pretende-se estimular a ocupação integral do território, ampliando a urbanização existente e as oportunidades de emprego por meio de:

- Estímulo ao adensamento urbano de uso misto, especialmente junto às centralidades e ao longo dos eixos de adensamento metropolitanos;
- Estímulo à ocupação dos vazios urbanos existentes;
- Estímulo às atividades de comércio e serviços e outras atividades produtivas e terciárias não incômodas aproveitando-se as localizações privilegiadas junto aos eixos estruturadores propostos, aproximando locais de trabalho às áreas ocupadas por residências;
- Estímulo à produção imobiliária, especialmente para população de média e baixa renda;
- Regularização fundiária e urbanística dos assentamentos irregulares e favelas;
- Qualificação de aglomerados subnormais;
- Ampliação e consolidação da infraestrutura e dos serviços e equipamentos públicos;
- Ampliação e consolidação do transporte público;
- Promoção de atividades produtivas e terciárias não incômodas.

A densidade predominante para a Zona de Qualificação pode variar de baixa densidade (<60 hab/ha) para média-baixa densidade (60-160 hab/ha). No detalhamento dessa zona poderá ser prevista a média densidade (160-480 hab/ha) em lugares específicos, como nas centralidades (nível 2, 3 e 4), ao longo dos eixos de adensamento e nos pontos nodais.

### ZONA AGROECOLÓGICA E DE CONTENÇÃO 1

Essa zona é predominantemente composta por áreas urbanas de baixíssima densidade e por áreas rurais que terão uso predominante voltado às atividades relacionadas com a produção rural, tais como agricultura, pecuária e silvicultura, e a atividades complementares, como o turismo rural e agroindústria. A densidade predominante para a Zona Agroecológica e de Contenção 1 é de baixa densidade (<60 hab/ha).

Essas áreas são constituídas por APAs (Áreas de Proteção Ambiental) e outras unidades de conservação ambiental que preveem a proteção sustentável. É caracterizada pelas áreas de fragilidade ambiental e/ou que possuem relevante importância ambiental, por se constituírem em remanescentes significativos de ecossistemas existentes, por sua importância para a preservação da paisagem existente ou ainda por outros motivos tais como a preservação de encostas e mananciais de abastecimento de água potável, por exemplo.

São áreas passíveis dos usos e ocupações previstos nos planos de manejo, que geralmente consistem em atividades de baixo impacto ambiental e ocupações urbanas de baixa densidade, respeitadas todas as restrições ambientais existentes. Nas áreas já urbanizadas, deve-se buscar a harmonização entre os usos urbanos e as funções ambientais.

Importante destacar que algumas dessas áreas encontram-se parcialmente ocupadas por assentamentos irregulares e favelas, muitas das quais localizadas em áreas de risco geotécnico ou de inundação, de modo que os processos de regularização fundiária e urbanística, respeitando as legislações vigentes, deverão ser estimulados pela Governança Metropolitana.

## **ZONA AGROECOLÓGICA E DE CONTENÇÃO 2**

Essa zona é predominantemente composta por áreas urbanas de baixíssima densidade, por áreas rurais, por áreas de transição junto a unidades de conservação ambiental, e por outras áreas onde se pretende desestimular e até mesmo restringir a ocupação urbana. As áreas rurais terão uso predominante voltado às atividades relacionadas com a produção rural, tais como agricultura, pecuária e silvicultura, e a atividades complementares, como o turismo rural. A densidade predominante para a Zona de Contenção é de baixa densidade (<60 hab/ha).

## **ZONA DE ATIVIDADES ECONÔMICAS**

As Zonas de Atividades Econômicas caracterizam-se por apresentar predominantemente usos industriais e de serviços de médio e grande porte, instalações de logística e outras estruturas econômicas de maior vulto, que são reconhecidas como importantes para a Região Metropolitana.

## **3.2.2. EIXOS METROPOLITANOS**

Os Eixos Metropolitanos caracterizam-se por ter importância estrutural para a Região Metropolitana e se sobrepõem ao Zoneamento Metropolitano. Os Eixos Metropolitanos apresentam propósitos específicos para ao seu entorno, considerando o seu papel e inserção na Região Metropolitana, por meio da adoção de parâmetros diferenciados quanto ao uso e ocupação do solo em suas áreas lindeiras. São eles:

- Eixo de Desenvolvimento 1 – Arco Metropolitano
- Eixo de Desenvolvimento 2 – Avenida Brasil e rodovia Mário Covas
- Eixos Urbanos de Adensamento
- Eixos de Conexão Ambiental

De modo geral, os eixos metropolitanos apresentam condições heterogêneas ao longo do seu percurso. Assim como nas zonas metropolitanas, o detalhamento das propostas previstas para cada eixo e a definição dos trechos para a sua implementação deverá ser pactuado com as Prefeituras Municipais e demais entidades envolvidas.

## **EIXO DE DESENVOLVIMENTO 1 – ARCO METROPOLITANO**

O Arco Metropolitano é um eixo de logística e elemento distribuidor e articulador de regiões metropolitanas e de usos e atividades econômicas – industrial, de logística ou serviços de maior porte. A faixa de abrangência prevista é de 800m de cada lado do eixo.

Por atravessar áreas já urbanizadas e outras de fragilidade ou de proteção ambiental, o Arco Metropolitano não oferece condições uniformes de ocupação ao longo do seu percurso e, portanto, apresenta condicionantes aos usos mencionados em alguns trechos.

Junto a este Eixo de Desenvolvimento Urbano 1, prevê-se a implantação de atividades de logística e de apoio ao funcionamento do Porto de Sepetiba e do COMPERJ. O uso urbano – habitação, comércio e serviços de pequeno porte – deverá ser evitado nas suas áreas lindeiras

## **EIXO DE DESENVOLVIMENTO 2 – AVENIDA BRASIL / MÁRIO COVAS**

A Avenida Brasil é um eixo de serviços, logística e indústrias de caráter metropolitano, responsável pelo maior fluxo viário da cidade, em função do transporte de mercadorias e pelo deslocamento diário de passageiros, por meio de automóveis e de ônibus convencionais, transportando habitantes da Baixada Fluminense, da Zona Norte e da Zona Oeste que se dirigem ao Centro Metropolitano. A faixa de abrangência prevista é de 500m de cada lado do eixo

Nesse Eixo de Desenvolvimento está sendo implantado um sistema de transporte coletivo de média capacidade, o BRT Trans-Brasil, que parte do Centro do Rio de Janeiro e se estende até a região de Marechal Deodoro, o que deverá corroborar para uma alteração no perfil desse trecho da via, ressaltando-se aspectos relativos à transformação de usos das áreas lindeiras.

Na Avenida Brasil, além dos usos mencionados – serviços, logística e indústrias – poderá vir a ser estimulada a ocupação urbana de áreas lindeiras por meio de edificações de uso misto, com habitação, comércio e serviços de pequeno porte, bem como e a implantação de equipamentos sociais, levando-se em conta as diferentes características de uso e ocupação existentes nos diversos trechos da Avenida.

O Eixo de Desenvolvimento 2 se prolonga no lado leste da Região Metropolitana, se estendendo a partir da Ponte Rio-Niterói, na direção do município de Itaboraí, um trecho urbano que recebe a denominação de Rodovia Mário Covas. Nesse trecho, o Eixo Metropolitano de Desenvolvimento deverá considerar apoiar a implantação de serviços, logística e indústrias e equipamentos públicos, respeitadas as condicionantes ambientais.

## **EIXOS DE ADENSAMENTO URBANO**

Nos Eixos de Adensamento Urbano se deverá estimular a ocupação de áreas lindeiras com edificações de uso misto, com habitação, comércio e serviços, respeitadas as condicionantes ambientais, sociais e institucionais existentes. Nas áreas apropriadas, localizadas ao longo dos eixos, a densidade predominante pode variar de média-baixa densidade (60-160 hab/ha) para média densidade (160-480 hab/ha). No detalhamento desses Eixos poderá ser prevista a alta densidade (480-2.000 hab/ha) nas Centralidades de maior porte (nível 2 e 3).

## **EIXOS DE CONEXÃO AMBIENTAL**

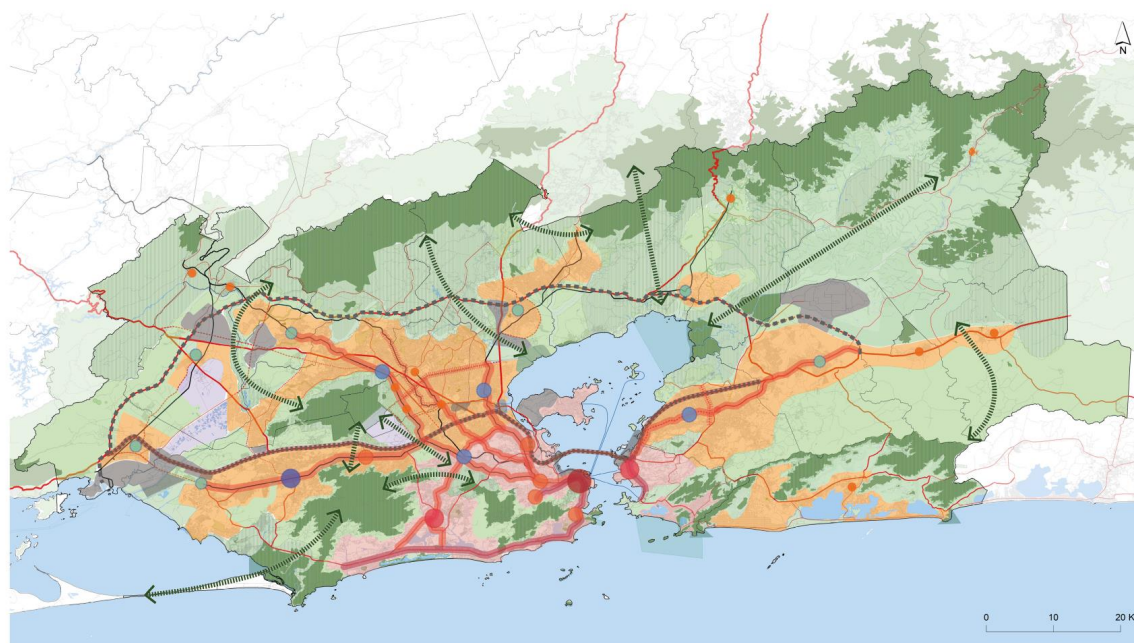
Eixos de conexão ambiental, cuja principal função é a de promover a criação e manutenção de corredores de conectividade ecológica entre as áreas de conservação ambiental, a partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes, da recomposição vegetal e dos recursos hídricos, incluindo estudos que criem ou ampliem Unidades de Conservação quando necessário, visando o aumento da área protegida e qualificação ambiental.

Os eixos de conexão ambiental ocorrem tanto em áreas urbanas, onde a matriz de uso do solo deverá ser mais adequada ao fluxo gênico, como em áreas rurais, onde atividades como reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e o uso sustentável poderão contribuir para restabelecer ou manter a conectividade desejada.

O mapa a seguir (Mapa 09) apresenta as zonas e eixos metropolitanos, bem como a rede de centralidades definida na proposta de reconfiguração metropolitana.

## Mapa 09 – Zoneamento Metropolitano

Fonte: Consórcio Quanta – Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Zoneamento Metropolitano

Eixos Metropolitanos		Centralidades				Centralidades a Reforçar		Zonas Metropolitanas					
— — —	Arco Metropolitano	●	Centralidade Nivel 01	●	Centralidade Nivel 02	●	Centralidade Nivel 03	■	Zona de Preservação	■	Zona de Qualificação	■	Zona de Atividades Econômicas
— — — —	Av. Brasil / Mário Covas	●	Centralidade Nivel 02	●	Centralidade Nivel 03	●	Centralidade Nivel 04	■	Zona Agroecológica e de Contenção 1	■	Zona de Atividades Econômicas	■	Zonas Especiais
— — — —	Eixos de Adensamento Propostos	●	Centralidade Nivel 03	●	Centralidade Nivel 04	●		■	Zona Agroecológica e de Contenção 2	■	Zona de Atividades Econômicas	■	Zonas Especiais
— — — —	Eixos de Adensamento Existentes	●	Centralidade Nivel 04	●		●		■	Zona de Consolidação	■	Zona de Atividades Econômicas	■	Zonas Especiais
↔	Eixos Ambientais												

### 3.2.3. ZONAS DE INTERESSE METROPOLITANO (ZIMs)

As Zonas de Interesse Metropolitano – ZIMs consistem em territórios delimitados em que o interesse metropolitano prevalece sobre o local. São entendidas como porções do território voltadas para a implementação de políticas públicas e/ou ações de interesse comum, podendo prever parâmetros de uso e ocupação do solo específicos conforme o interesse metropolitano. Para estas Zonas, como prevê a legislação em vigor, poderão ser aplicados instrumentos do Estatuto das Cidades (Lei Federal 10257/2001), atendendo aos interesses metropolitanos e na forma interfederativa.

As ZIMs são áreas onde a decisão sobre o território sempre é importante que seja tomada por mais de um ente federativo, em especial por mais de um município. Por isso, elementos como áreas e eixos de conexão metropolitana são importantes, pois dar a eles o mesmo "tratamento urbanístico" de recuperação é de extrema relevância, garantindo a harmonização do território e não a competição ou a ampliação das desigualdades.

As Zonas Metropolitanas são divididas em categorias, de acordo com o seu principal propósito:

- Zona de Interesse Metropolitano Ambiental (ZIM-A)
- Zona de Interesse Metropolitano Social (ZIM-S)
- Zona de Interesse Metropolitano Econômico (ZIM-E)
- Zona de Interesse Metropolitano Urbano (ZIM-U)

As primeiras indicações de Zonas de Interesse Metropolitano, a serem confirmadas e complementadas na sequência dos trabalhos, estão relacionadas a seguir:



### Zonas de Interesse Metropolitano Ambiental (ZIM-A)

- Mosaico Leste Metropolitano
- Parque Metropolitano do Gramacho
- Cavas de Seropédica
- Entorno Reservatório de Guapiaçu
- Sistema Insular da Baía de Guanabara
- Orla da Baía de Guanabara
- Preservação da Paisagem Cultural (a selecionar)

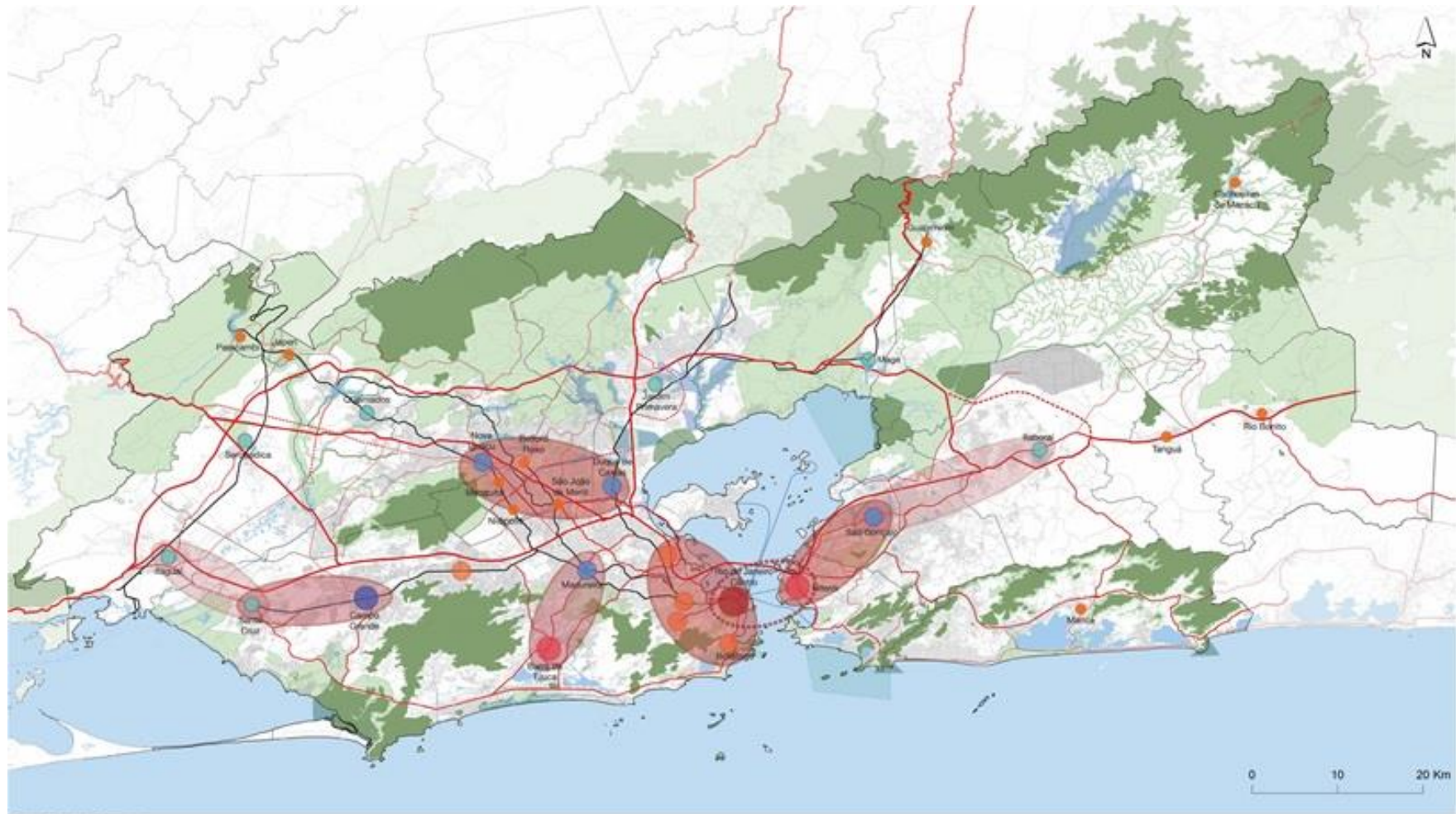
### Zonas de Interesse Metropolitano Econômico (ZIM-E)

- Eixo do Arco Metropolitano
- Eixo da Avenida Brasil / Mário Covas

### Zonas de Interesse Metropolitano Urbano (ZIM-U)

- Propostas de drenagem (a selecionar)
- Propostas de abastecimento de água (a selecionar)
- Orla de Gramacho
- Interbaixada 1
- Eixo Transversal Alcântara
- Eixos de adensamento
- Gericinó
- Cidade dos Meninos
- Entorno das estações ferroviárias (a selecionar)
- Entorno de pontos nodais (a selecionar)

Mapa 05 – Centralidades Propostas



Fonte: Consórcio Quarta - Lerner

Mapa de Centralidades

Legenda

Centralidades

- Centralidade Nível 01
- Centralidade Nível 02
- Centralidade Nível 03
- Centralidade Nível 04

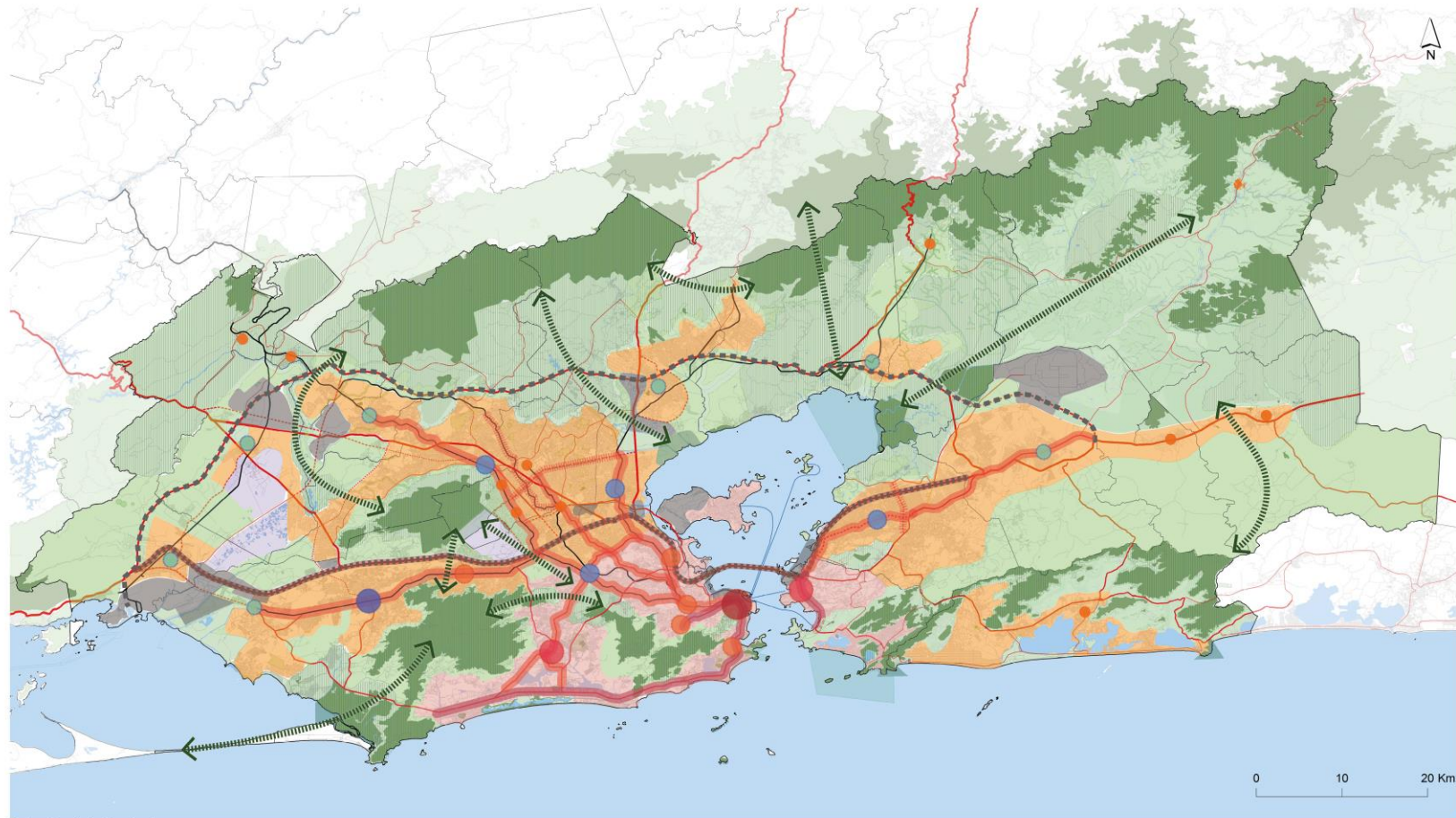
Centralidades a Reforçar

- Centralidade Nível 02
- Centralidade Nível 03
- Centralidade Nível 04

Vetores de Conexão



### Mapa 09 – Zoneamento Metropolitano



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Zoneamento Metropolitano

**Legenda**

**Eixos Metropolitanos**

- Arco Metropolitano
- ..... Av. Brasil / Mário Covas
- Eixos de Adensamento Propostos
- Eixos de Adensamento Existentes
- ↔ Eixos Ambientais

**Centralidades**

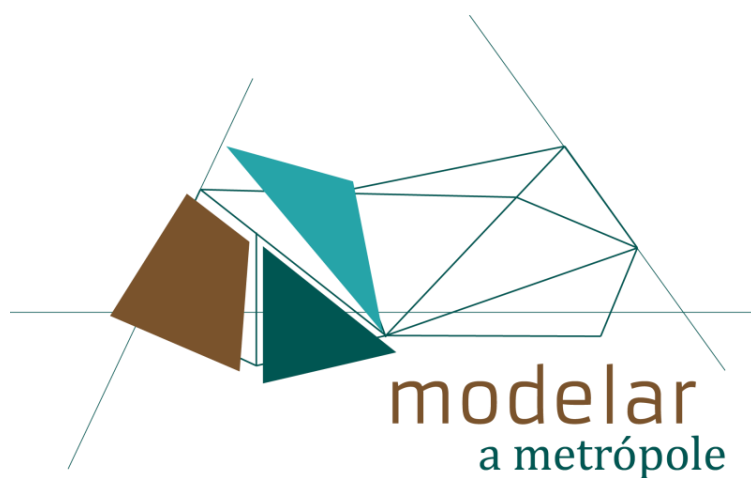
- Centralidade Nível 01
- Centralidade Nível 02
- Centralidade Nível 03
- Centralidade Nível 04

**Centralidades a Reforçar**

- Centralidade Nível 02
- Centralidade Nível 03
- Centralidade Nível 04

**Zonas Metropolitanas**

- Zona de Preservação
- ▨ Zona Agroecológica e de Contenção 1
- ▨ Zona Agroecológica e de Contenção 2
- Zona de Consolidação
- Zona de Qualificação
- Zona de Atividades Econômicas
- Zonas Especiais



# modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

## 4 | PRÓXIMOS PASSOS

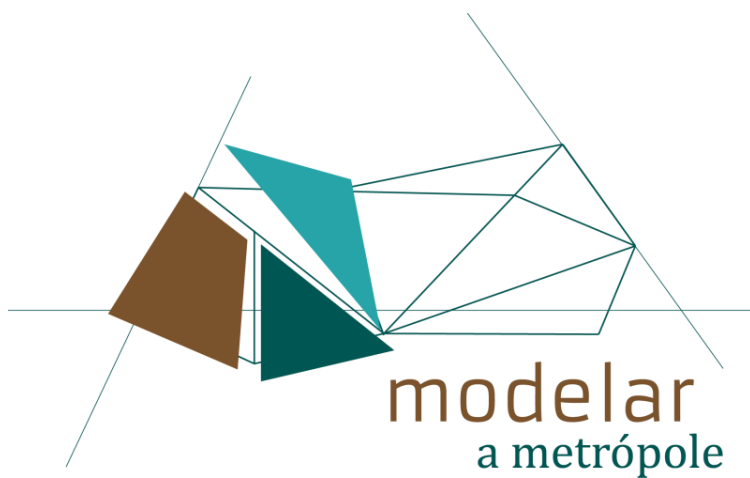
## 4. PRÓXIMOS PASSOS

O conteúdo apresentado no **Produto 14** visou detalhar o arcabouço no qual os **Programas de Ações Prioritárias** estão sendo elaborados no fechamento da terceira e penúltima Fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cujo balanço está descrito de modo sucinto no primeiro capítulo. As premissas, os cenários e as possibilidades de investimentos são os principais alicerces para que as propostas estratégicas que comporão os PAPs sejam definidas e melhor qualificadas. Para complementar, os seis PAPs foram brevemente descritos e serão detalhados no próximo produto, bem como as propostas que comporão cada Programa, aqui ainda apresentadas de forma preliminar e por eixo estratégico.

Ademais, também foi apresentada nesse Produto a proposta de **Reconfiguração Espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro** e de **Zoneamento Metropolitano**, que compõem o conteúdo do Produto 11 e é aqui descrito numa versão revisada, após ser debatido com os técnicos da Câmara Metropolitana, internamente com os especialistas do PDUI e com os convidados das reuniões internas do Consórcio.

Com a entrega dos conteúdos previstos no Produtos 14, ficará faltando apenas o **Produto 15**, que trará o detalhamento dos PAPs e suas propostas, bem como seus cinco **Instrumentos de Implementação** (arranjos institucionais, mecanismos de participação, mecanismos financeiros, gestão da informação, ajustes jurídicos) e três **Programas Complementares** (comunicação, participação, monitoramento e avaliação).

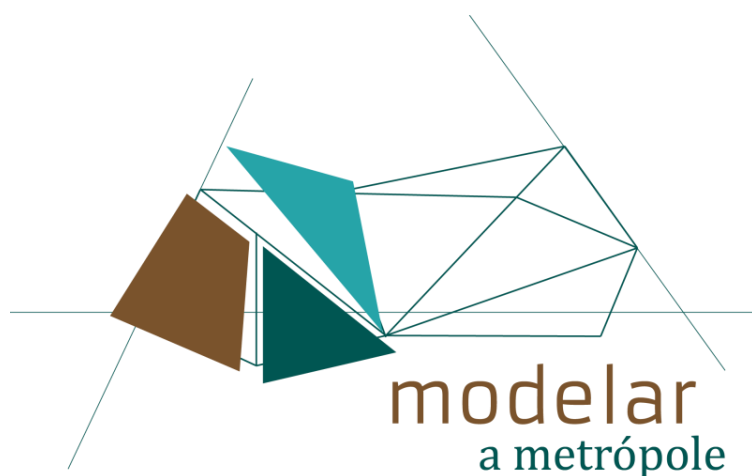
Assim sendo, o PDUI/RMRJ contará com todos os elementos necessários à elaboração de sua primeira versão consolidada, prevista para ocorrer na quarta e última etapa (Plano Integrado), que se inicia no Produto 16 e deverá ser concluída com a publicação final, Produto 19, cuja execução não será possível na vigência do atual contrato, conforme já explicitado no Produto 12 - Relatório de Planejamento e Ajustes do Plano de Trabalho.



# modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

## ANEXOS



# modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

## 1. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 18-06-2017

## 1. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 18-06-2017

Vicente Loureiro, diretor executivo da Câmara Metropolitana de Integração Governamental, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e explicando que, a partir de algumas etapas do PDUI, surgiu a necessidade de aprofundamento em temas específicos tratados no Plano, o que justifica o convite aos presentes para falar da expansão urbana sem controle na Região Metropolitana do Rio. Loureiro informou que a região tem crescido a uma razão de 25 a 30km<sup>2</sup> por ano de maneira dispersa, com loteamentos periféricos e favelas, o que gera um passivo importante do ponto de vista da oferta de infraestrutura, seja em saneamento, mobilidade, equipamentos sociais, urbanização etc.

Ricardo Mansur, diretor técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-Rio), informou que há diversas atividades agrícolas sendo desenvolvidas no entorno do Arco Metropolitano e que a principal delas é a fruticultura, representando 50% da produção agrícola local. Na sequência estão as olerícolas de raízes, de frutas, de cana-de-açúcar, de folhas, de palmito e de grãos. Nesse contexto, há aproximadamente 9.100 produtores dos municípios do entorno do Arco, ocupando uma área de 23 mil hectares, com um faturamento bruto anual da ordem de 400 milhões de reais. No que diz respeito à fruticultura, Mansur informou que a principal fruta produzida pelos agricultores locais é a banana (31%), seguida da laranja, da goiaba, do limão, do coco verde, tangerina, maracujá, manga e caqui. Com relação às olerícolas de raiz, a principal delas é o aipim, seguido da batata doce e do inhame. O diretor enfatizou que é importante que as pessoas conheçam esses números, porque na hora da composição da merenda escolar, é preciso levar em consideração aquilo que se produz na região. Mansur ainda forneceu dados de outras atividades produtoras antes de encerrar sua apresentação.

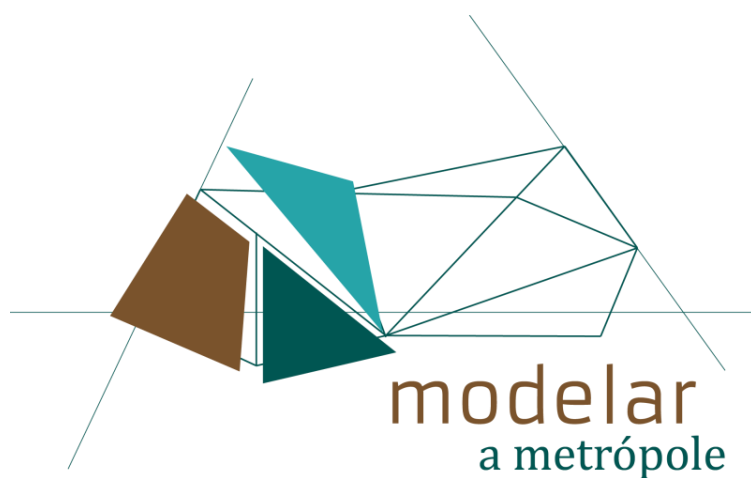
O secretário de Agricultura de Nova Iguaçu, Fernando Cid, elogiou o fato de a agricultura estar no radar do planejamento metropolitano. Segundo Fernando Cid, essa atividade tem, além do aspecto econômico, com a criação de empregos, uma forte contribuição ambiental na proteção à Reserva Biológica do Tinguá. Isso sem falar no componente social, colaborando com o desafio de produzir o alimento cada vez mais próximo às nossas cozinhas. Em seguida, o secretário falou sobre a criação do Consórcio Intermunicipal de Agricultura da Baixada Fluminense, que une os municípios de Nova Iguaçu, Paracambi, Japeri, Queimados, Caxias, Magé, Guapimirim e Mesquita, já com as manifestações de Seropédica e de Belford Roxo para fazerem parte do grupo. Segundo o secretário, as condições da região são propícias para o desenvolvimento do consórcio por causa da união de fatores como: oferta de água e de terras, mão de obra farta querendo plantar e quatro milhões de pessoas para serem alimentadas todos os dias. Associado a isso, temos a presença de instituições como Universidade Rural, Emater, Incra, Embrapa, Terj, e o problema é que essas instituições e prefeituras não se comunicavam. O consórcio nos dará uma visão mais holística da região e uma racionalização dos esforços.

Depois foi a vez de Nelson Teixeira - Superintendente de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA) - falar do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (Rio Rural). Segundo ele, o programa tem a missão de promover o setor agropecuário fluminense. Nelson explica que o desenvolvimento sustentável é um processo evolutivo e contínuo de geração de renda e equidade social, que não se pode resolver da noite para o dia, e conta que a metodologia adotada pelo programa é a de microbacias, que existe no país há mais de 40 anos. Atualmente, o projeto atua em 370 microbacias em 72 municípios. Segundo Nelson, o desenvolvimento sustentável não se faz de cima pra baixo, mas precisa ser construído de baixo para cima, junto com os produtores.

Por último, Aline Abreu, da Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro, falou sobre o envolvimento da Coordenadoria com a Câmara Metropolitana, totalmente fundamentada no Pacto de Milão. Segundo Aline, a finalidade do Pacto é aprimorar a qualidade das políticas de alimentação municipais envolvendo escolas e municípios, e priorizando políticas sustentáveis. Aline explica que, dentro desse Pacto, há algumas metas e compromissos que as cidades assinam. Para ela, o grande desafio será o de articular melhor a produção da RMRJ e o consumo das escolas e hospitais para valorizar o trabalho dos pequenos produtores.

Em seguida, a reunião foi aberta a perguntas do público.





## modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

# 2. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 04-07-2017

## 2. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 04-07-2017

Vicente Loureiro, diretor executivo da Câmara Metropolitana de Integração Governamental, abriu a reunião registrando a presença do deputado Eliomar Coelho e dos presidentes do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Pedro da Luz, e da Seaerj, Haroldo de Mattos, e em seguida convocou os presentes para comporem a mesa.

Gerard Andres Fischgold, Superintendente de Projetos da Câmara Metropolitana, explicou a dinâmica do evento e convidou Rômulo Dante, professor da Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e especialista em Planejamento de Transporte Público do Consórcio Quanta-Lerner, para iniciar sua fala.

Dante apresentou a síntese do diagnóstico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo o eixo de Mobilidade e fez referência ao Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU), que traz, como síntese de diagnóstico, objetivos estratégicos como conter espraiamento, fortalecer centralidades selecionadas e promover desenvolvimento econômico e social. Para ele, a mobilidade precisa estar articulada a esses três objetivos. No âmbito das soluções, o especialista apontou que é necessário repensar a rede de transporte coletivo e as integrações que apoiem essa lógica, além de reorientar o transporte individual. Para tanto, o professor apresentou soluções como enraizamento (atendimento às demandas por atividade dentro da própria centralidade) e integração de transbordo e tarifária. Alguns dos desafios apresentados por Rômulo foram o de incluir todos os diferentes serviços de transporte na estratégia de desenvolvimento da RMRJ, além de incentivar os serviços locais, não impor transbordos excessivos e desnecessários, adotar padrão de qualidade em todos os serviços, compensar os riscos do não cumprimento dos compromissos de integração, garantir quantidade e qualidade, entre outros.

Nilton Leão, da Secretaria de Transportes, ressaltou que o PDTU foi um importante instrumento que levou o governo a mapear o transporte e criar soluções, e lembrou que a integração física e tarifária foi um dos instrumentos que surgiram também no desenvolvimento do PDTU. Lamentou que o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ainda não tenha se consolidado no centro da cidade do Rio de Janeiro como um sistema de integração de transporte e reclamou do intervalo de 15 a 20 minutos entre cada carro. Leão afirmou que, se quisermos resolver o problema da integração, precisaremos primeiro resolver a dispersão tarifária que atrapalha a consolidação do Bilhete Único. Como soluções, o especialista falou sobre a adoção de redes com integração modal ou multimodal para privilegiar os fluxos principais e avaliar os impactos. Ainda segundo Leão, as novas redes deverão diminuir as deficiências e melhorar as qualidades observadas dentro de uma visão mais conjuntural.

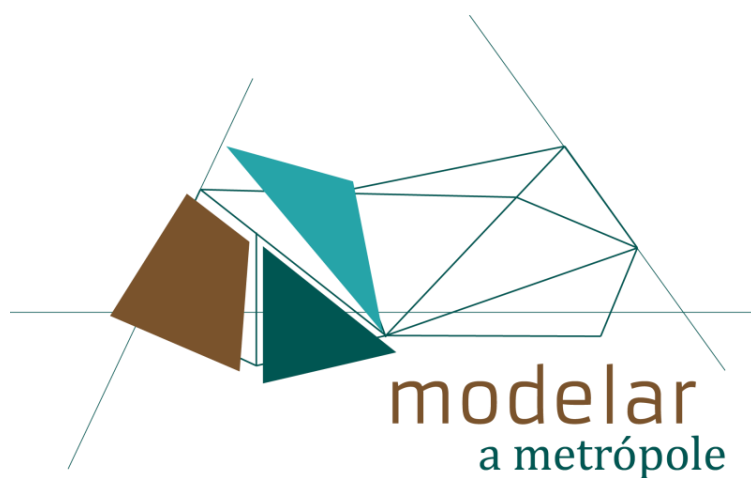
Sergio Marcolini, da Secretaria de Transportes, também falou sobre o Bilhete Único, instrumento instituído por lei em dezembro de 2009 como facilitador das viagens intermunicipais. Lembrou que Bilhete Único do Rio de Janeiro foi o primeiro a ser implantado no país, atendendo a 20 municípios da RMRJ, e explicou sua lógica de funcionamento aos presentes. Até hoje, já foram cadastradas 4 milhões e meio de usuários no sistema.

Depois foi a vez da Clarisse Linke, diretora executiva do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP, da sigla em inglês para *Institute for Transportation and Development Policy*), fazer sua apresentação sobre o tema. Segundo ela, mobilidade não é apenas oferecer uma infraestrutura de deslocamento à população, mas oferecer a oportunidade de as pessoas acessarem equipamentos, oportunidades econômicas e que é preciso debater a distribuição de serviços e oportunidades na cidade como um todo. Segundo Clarisse, no momento atual, em que se fala de mudanças climáticas, nos deparamos com o aumento de taxas de motorização, com 900 milhões de veículos em todo o mundo. Para a especialista, países em desenvolvimento como China e Índia ainda levarão a um rápido crescimento desse número. E lembrou que, entre 2001 e 2012, o aumento da motorização na RMRJ foi de 73%, o que correspondeu a 1.2 milhão de veículos a mais nas ruas. Segundo Clarisse, o objetivo é criar um sistema de transporte público que seja atrativo para quem está migrando para o carro e para a moto por causa de conforto, segurança, mobilidade e conveniência, tudo o que o sistema público não oferece.

Por último, o presidente do Conselho de Transporte e Logística da Associação Comercial do Rio de Janeiro, José Gustavo, falou sobre integração de modais. Para ele, cada modal tem um papel específico e não adianta que projetos tentem fazer com que um atue no campo do outro. José Gustavo lembrou que o serviço de barcas vem sendo largamente reduzido ao longo dos últimos anos e que em mais algum tempo não mais existirá. E finalizou afirmando

que o sistema de transportes hoje do Rio de Janeiro é inviável, simplesmente porque não existe integração. Para ele, a medida será fundamental para resolver diversas questões, entre elas, a redução tarifária.

Após a fala dos especialistas, foi aberto espaço para perguntas e respostas.



## modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

# 3. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 11-07-2017

### 3. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 11-07-2017

Vicente Loureiro, diretor presidente da Câmara Metropolitana de Integração Governamental, abriu a reunião agradecendo a presença de diferentes pessoas no evento. Ele explicou que alguns temas ganharam muito destaque no desenvolvimento do PDUI, e que por isso se fez necessária a realização de reuniões para o aprofundamento dos debates sobre esses assuntos específicos. Informou ainda que a partir do dia 21 de julho, serão realizados em cada uma das 21 cidades da RMRJ debates mais detalhados sobre suas perspectivas para o PDUI.

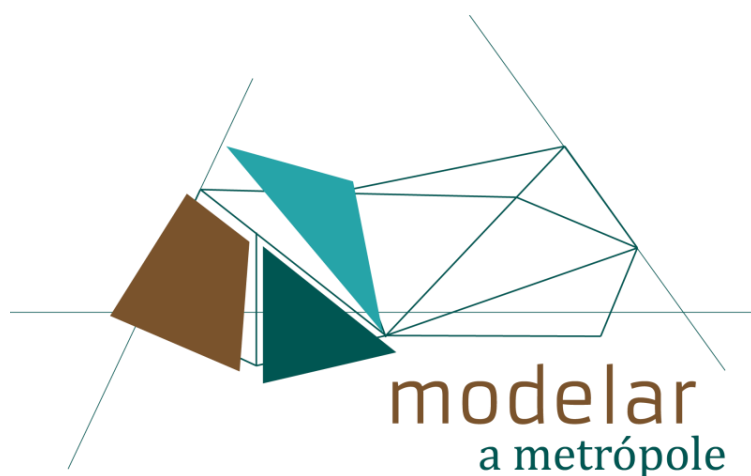
Em seguida, o superintendente da Câmara Metropolitana Luis Firmino lembrou que são três os temas que chamam mais atenção quando se trata de infraestrutura na periferia da RMRJ, que são água, energia e comunicação, especialmente a digital. Firmino enfatizou que, sem resolver essas questões de infraestrutura, todo o trabalho do PDUI não terá sentido.

Luiz Edmundo afirmou que uma grande falha dos governantes é a falta de visão da região metropolitana, e que, apesar das pequenas distâncias entre a cidade do Rio e as demais cidades da RMRJ, elas pouco se conhecem. Falou ainda sobre a importância da industrialização da RMRJ, que não pode viver apenas de agricultura. Luiz Edmundo elogiou a estrutura logística da cidade de Caxias, que hoje é cortada pelo Arco Metropolitano e pela BR-40 e se encontra próxima ao aeroporto e aos portos do Rio e de Itaguaí. Mas lamentou a precariedade da infraestrutura de segurança, saúde, de conservação de estradas e tantas outras. Para Luiz Edmundo, essas dificuldades só serão superadas através do desenvolvimento de atividades econômicas, como indústria e serviço.

O ex-secretário de Desenvolvimento Urbano e Regional, Haroldo de Matos Lemos, falou sobre a segurança do abastecimento de água da RMRJ. Haroldo alertou que não temos nenhum esquema de segurança para o caso de problemas no rio Paraíba do Sul, e que, se tivermos uma seca mais prolongada aqui no Rio de Janeiro, teremos problemas de abastecimento hídrico. A solução apontada por Haroldo seria a diversificação das fontes de abastecimento de água para a cidade. Ainda segundo o ex-secretário, futuramente, outra solução seria a dessalinização da água do mar que, por causa da tecnologia atual, já se encontra mais viável economicamente. Uma região apontada para a construção de uma usina de dessalinização seria a Barra da Tijuca ou o Recreio dos Bandeirantes, locais que apresentaram um crescimento considerável nos últimos anos e que estão com precariedade no abastecimento.

Luciano, engenheiro do Grupo Claro e da Embratel, falou sobre a estrutura de telecomunicações montada para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro sobre sua responsabilidade e fez um comparativo da estrutura desenvolvida para os Jogos Olímpicos de Barcelona. Falou também sobre a importância do desenvolvimento de um projeto de Telecomunicações mais amplo e que contemple os 21 municípios da RMRJ, aproveitando a iniciativa privada e trazendo o cidadão para o centro da discussão. Lembrou que cidades menores já receberam dinheiro do BID com modelos sustentáveis de desenvolvimento urbano e que é isso que precisamos para implantar grandes projetos na RMRJ. Ao final, Luciano alertou que, se ficarmos aguardando pelas condições perfeitas, nossos projetos de engenharia jamais sairão do papel.

A sessão foi aberta para perguntas e respostas.



## modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

# 4. 4ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO – 24/07/2017 SEAERJ

## 4. 4ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO – 24/07/2017 SEAERJ

### Ata 4ª Reunião do Conselho Consultivo

Data	Local
Rio de Janeiro, 24 de julho de 2017	SEAERJ

#### Participantes

Conforme lista de assinaturas no Livro de Registro Consórcio Quanta/Lerner

#### Objetivos

Apresentar e debater com os participantes do Conselho os cenários propostos para o desenvolvimento do PEDUI/RMRJ.

#### Tópicos discutidos

A reunião foi aberta pelo anfitrião, Haroldo Matos de Lemos, presidente do SEARJ, dando as boas-vindas e designando Vicente Loureiro como “presidente adjunto” do SEAERJ. Anunciou a realização de importante evento no próximo dia 10/08, que consagrará a parceria do SEAERJ com a ONU – Centro Rio cujo foco será o acompanhamento dos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Vicente Loureiro, anunciou a presença de Aspásia Camargo, Subsecretária de Planejamento e Gestão da Cidade do Rio de Janeiro, lembrando que a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tem sido proativa na interface com o tema metropolitano, tanto nessa secretaria, quanto na de Habitação e urbanismo, tendo especialmente Sydnei Menezes como interlocutor.

Aspásia focou nos desafios que atual crise exige, destacando a necessidade de união da “inteligência” do RJ, na passagem de um ciclo pré-agônico para um novo ciclo. Informou sobre o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, em fase final de elaboração, em um processo participativo que terá ainda dois meses de debates e duas audiências públicas, reiterou que os planos municipais não podem ser descolados dos planos metropolitanos; é necessário casar os vários planos, Planos Diretores e interagir com a RMRJ; articular as propostas, especialmente as intersecções entre TransBrasil e TransOeste; garantir a “cadeia produtiva” do planejamento, com articulação e definição de estratégias e políticas, e uma carteira de projetos.

Vicente, ao agradecer a presença de todos, destacou:

- a celebração do lançamento do mapa metropolitano;
- a disponibilização da base cartográfica para toda a RMRJ, insumo que já vem sendo utilizado pelas prefeituras para vários estudos e boas práticas, especialmente relativas aos cadastros imobiliários e capacidade de ampliação das receitas de IPTU;
- as parcerias da Câmara Metropolitana com as concessionárias de serviços públicos, em ambiente de cooperação, com vistas a plotar até o final do ano todas as redes de infraestrutura para apoio na definição e escolhas de políticas públicas e investimentos dos segmentos;
- as dificuldades enfrentadas na elaboração do PEDUI/RMRJ, com arresto de recursos e paralização dos trabalhos. Apesar das dificuldades, o Consórcio Quanta/Lerner continuou trabalhando, concluindo o diagnóstico e visão de futuro e o Caderno Metropolitano que está sendo lançado. Apontou que mais de 2 mil pessoas participaram dos debates até o momento, apontando diretrizes e propostas. Lembrou que o PL 10/2015 segue na ALERJ, sem perspectiva para sua aprovação.

Paulo César passou a palavra a Luiz Firmino, para descrição do percurso já realizado no PDUI/RMRJ. Este sintetizou que a 1ª fase se constituiu do diagnóstico e visão de futuro, tendo sido recebidas pela coordenação do projeto 800 propostas. A partir dessas etapas foram definidos 21 objetivos metropolitanos e criada uma matriz para interlocução entre os múltiplos temas tratados pelo Plano. Gerou-se o PAP – Programa de ações prioritárias, visando avaliar que propostas se sustentam nos cenários preconizados. Considerando as dificuldades econômicas enfrentadas pelo estado do Rio de Janeiro e pelo país, optou-se por redefinir os períodos para os cenários, a saber: curto prazo 1 a 4 anos; médio prazo 4 a 12 anos; longo prazo 12 a 25 anos.

Firmino apresentou ainda o mapa-síntese (não definitivo) desenvolvido pelo Consórcio Quanta/Lerner para discussão, que indica, entre outras: as áreas para adensamento, as áreas para não adensamento; o cinturão ecológico; as ligações transversais; as áreas de interesse metropolitano (que deverão influenciar os Planos Diretores Municipais).

Alberto Paranhos, economista do Consórcio Quanta/Lerner discorreu sobre a metodologia para a definição e escolha dos cenários utilizada, que parte das variáveis:

- Crescimento da Expansão Econômica, sobre a qual não se tem domínio e
- Qualidade da Gestão Pública, que pode ocorrer a qualquer tempo, buscando ser o mais racional e efetivo com os recursos disponíveis.

Apontou, como considerandos iniciais, que há um reconhecimento geral de que a gestão Pública precisa ser melhorada, o que exige vontade política e capacitação dos servidores públicos; que de acordo à IFI no Senado Federal a capacidade de endividamento do Estado do RJ está esgotada e só haverá condições de retomada de investimentos impactantes a partir de 2028/2029; os municípios serão os principais atores no curto prazo; PPPs poderão ser uma solução importante.

Apresentou a matriz que cruza o ritmo de crescimento da expansão econômica com a gestão pública, nos cenários ruim; tendencial; provável; alvo, como referência para identificar qual caminho para chegar aos resultados esperados no curto, médio e longo prazo. No curto prazo, cita o exemplo de Nova Iguaçu, melhorando as receitas próprias não pelo aumento dos tributos, mas pela inclusão dos que não estão pagando, garantindo melhores condições de financiamento local. No médio prazo, até 2028, a necessidade de manter a qualidade dos gastos, com olhar diferenciado na qualidade x impacto. Para tanto, os municípios devem deixar de olhar apenas para seu território e sim se articular, com organização da sociedade civil. Propõe não um estado maior e sim um estado menor, com sociedade maior.

Após a apresentação de Paranhos, Vicente retomou a palavra, destacando aspectos metropolitanos evidenciados pelo PEDUI:

- menos de 30% da população metropolitana mora a menos de 10 minutos a pé de transporte de média e alta capacidade;
- há baixas densidades nos principais corredores, o que conduz à insustentabilidade dos sistemas, porém adensamento não se faz por decreto; caberiam melhores conexões nos modais?

Pergunta: qual é a estratégia? Qual o modelo a perseguir? Que projetos devemos consagrar? Como o modelo ficará de pé? Quais as soluções mais eficientes e mais justas, por exemplo, para moradia e saneamento? Propõe que não se fique preso à cortina de fumaça dos números, apontando sonhos que não se realizam, fazendo mais do mesmo, com acúmulo de passivos, NÃO melhorar para mudar a vida das pessoas, mas SIM mudar para melhorar; ter coragem de apontar novos caminhos (exemplo: enfrentar a discussão do saneamento e a tecnologia do tempo seco).

Os debates se iniciaram com a contribuição de Teresa Carvalho, que destacou que justiça social é socioespacial: premissa de compensação das condições sócioespaciais da população. Portanto, deve-se escolher as formas de mudar para muitos, checar as escolhas. Os economistas trabalham a grande escala, os urbanistas falam em modais de transporte alternativos. Deve-se reforçar as conexões entre municípios e centralidades mais próximas, para percorrer e repercutir no território maior. Também lembra da relevância da capacitação do servidor público, mas de forma que ele permaneça na área de atuação.



Paranhos reitera a necessidade de cooperação entre municípios, antes da competição; do reforço aos centros das cidades e dos bairros com equipamentos em escala para toda a cidade, melhor uso dos ativos urbanos; concessões de alvará mistos /co-working.

Demeter Anastasakis propõe a mudança de foco, em função da crise. Lembra que há 550 bilhões do FGTS, recursos baratíssimos que podem subsidiar o mutuário e também as mais valias públicas, o que poderia trazer mais população para o entorno do eixo da Central, em torno de negócios – edifícios sem vagas de garagem, aumento do número de usuários do trem. Aponta que as prefeituras não compreendem as operações urbanas, sem recursos municipais, utilizando os recursos do direito de construir oriundo da mais valia, não acreditam em geral na cultura de não depender da verba federal, têm preconceito com a iniciativa privada e recursos que não venham da fonte rica.

Armando Abreu lembra a necessidade de união dos 21 municípios metropolitanos e a experiência da criação da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro.

Alberto Paranhos propõe mudanças nos critérios dos órgãos de planejamento e financiamento, devendo as prefeituras não aceitar empreendimentos não adequados aos desenhos propostos. Exemplifica com o Programa Minha Casa minha Vida, onde conjuntos são construídos em áreas distantes do tecido urbano, onde há déficit de cidade, onerando o poder público e ampliando a ocupação rarefeita das áreas urbanas. Propõe a utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade e a revisão dos parâmetros de ocupação – especialmente o coeficiente de aproveitamento e o IPTU progressivo, como forma de financiamento dos empreendimentos.

Vicente responde a Armando, informando sobre o PL da criação do ente metropolitano, em tramitação na ALERJ; destaca o binômio Governança + Planejamento como essenciais. Responde também a Demeter e Teresa, destacando o papel das centralidades e a premissa da polinucleação, centralidades que podem ser reforçadas com equipamentos de saúde e educação. O Mercado contribui, mas o estado é indutor e deve reforçar as várias centralidades, e não eleger um único território.

Rilley Rodrigues, da FIRJAN e do Consórcio Quanta-Lerner, traz a notícia da perspectiva colocada pelo Ministério dos Transportes e ANTT, para o longo prazo, da integração do Arco com CRT – BR 116 e da ferrovia Nova Iguaçu/Cariacica (Rio/Vitória), sob concessão da MRS, trazendo maior grau de importância ao projeto de logística e possibilidade de recuperação da linha Atlântica, que poderia liberar o eixo Pavuna/Arco para uso de passageiros, com impacto na mobilidade urbana e qualificação do território, com adensamento ao longo desse eixo. Respondendo a Demeter, afirma que a utilização mista da ferrovia – carga e passageiros – é possível com bitolas mistas adequadas.

Firmino indaga sobre a possibilidade do pedágio do Arco financiar outros investimentos no entorno, além da área estrita da concessão, ao que Rilley lembra que é obrigatório, pela concessão a colocação de fibra ótica na faixa de domínio. Apesar de a lei atualmente não permitir implantação de outras infraestruturas para o entorno – o que implicaria recalcular a TIR a valor do pedágio, há receitas acessórias que poderiam ser utilizadas para tal.

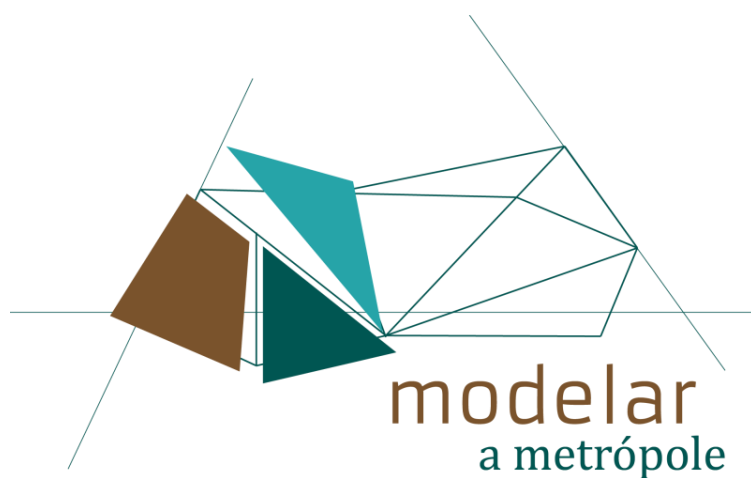
Vicente encerrou a reunião, tendo considerados validados os cenários apresentados e escolhidos e informando dos próximos passos e a perspectiva de consolidar as propostas para o PEDUI nos próximos 60 dias.

### Próxima reunião do projeto

Ampla agenda participativa ao longo do mês de agosto, incluirá reuniões dos GDs.

### Informações adicionais

Sem informações.



## modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

# 5. COMITÊ ESTADUAL DE ESTRATÉGIAS METROPOLITANAS - 17/08/2017

## 5. COMITÊ ESTADUAL DE ESTRATÉGIAS METROPOLITANAS - 17/08/2017

O seminário ocorrido no dia 17 de agosto de 2017 teve como propósito discutir propostas para RMRJ. O superintendente de Planejamento da Câmara Metropolitana do Rio, Luiz Firmino Martins Pereira, colocou as seguintes questões a serem tratadas na reunião: definir as Áreas de Interesse Metropolitano, quais projetos de impacto seriam abraçados pelo PDUI e respectivas abrangências metropolitanas, e quais seriam as áreas que o Plano deveria consagrar. Uma vez estabelecidos os pontos acima, os municípios teriam até dois anos para se adaptarem ao PDUI. O superintendente também alertou para a ausência de um olhar para a segurança pública que, por exemplo, contribuiu para a decadência econômica de centralidades como São João de Meriti/Pavuna e Madureira.

Identificou-se que algumas regiões, como a Baixada Fluminense, possuem um enfoque predominantemente rodoviário, em detrimento de outros modais. Daí a necessidade de se buscar fortalecer outros meios de transporte menos onerosos ambiental e financeiramente. Em contrapartida, Firmino alertou que o custo das indenizações com desapropriações em centralidades como Nova Iguaçu seria alto demais para abrir novas vias.

O superintendente enfatizou que o PDUI propõe que sejam desenvolvidos projetos de valorização histórica da Baía de Guanabara e que se dê destaque às economias dos municípios de seu entorno. Segundo ele, não é só o turismo e atividades de extração de petróleo que devem ser incentivadas, mas também a pesca e os modos de vida tradicionais, o extrativismo artesanal, a cultura, a informação, os serviços e a agroecologia urbana.

Henrique Silveira, da Casa Fluminense, elogiou o tratamento dado pelo PDUI ao adensamento ao longo das linhas de trem. Mas lamentou que os ramais ferroviários a partir de Saracuruna estejam sucateados, precisando ser revitalizados. Silveira falou ainda sobre a importância do Trilho como vetor de crescimento e enfatizou que o Plano deve ter como prioridade o transporte ferroviário de passageiros e exploração do potencial turístico.

Especificamente em relação à região do Fundo da Baía, uma questão central levantada no encontro foi a necessidade da preservação dos territórios ao sul da Serra do Mar e do controle da ocupação irregular na Baixada para a manutenção da vegetação e renovação dos rios que nascem nos maciços. Essa proteção deve ser feita através de iniciativas que apoiem o pequeno produtor e incentive a produção de mercadorias de maior valor agregado. Neste sentido, a ideia do Cinturão Agroecológico foi bem aceita. Sobre as políticas que envolvem o incentivo à agricultura, estas não podem se restringir a territórios rurais, visto que é importante apoiar também o agricultor urbano. Também foi discutida a importância de criar um cordão de interesse hídrico que contribua para a rede de abastecimento.

Sobre a região Oeste Metropolitana, foi identificada uma possível contradição em um trecho do BRT Transcarioca. Ao norte de Jacarepaguá, o eixo cruza a conexão ambiental proposta entre o maciço da Pedra Branca e o maciço da Tijuca. Como solução, foi proposta a necessidade de um tratamento diferenciado desse ponto de interseção, controlando o adensamento e priorizando a conexão ambiental. Também foi identificada a necessidade de primeiro prover a infraestrutura para depois se adensar as áreas de interesse. Além disso, prover a infraestrutura tornaria essas áreas mais valorizadas e convidativas, o que poderia ser um mecanismo de atração do interesse do mercado imobiliário.

No distrito areeiro de Seropédica-Itaguaí, os presentes concordaram com a ideia de fazer um reservatório de água em parceria com as empresas mineradoras. Na medida em que a areia for sendo extraída do local, novas cavas irão surgir formando grandes reservatórios de água. Contudo, foram levantadas ressalvas quanto à qualidade da água. Seguindo esse raciocínio, foi proposto abastecer as indústrias da região de Duque de Caxias com água de reuso das estações de tratamento de esgoto próximas, em vez da água potável que atualmente é utilizada.

Foi também levantada preocupação com a AP3, na qual dois pontos se destacaram para requalificar essa área, tida como tradicionalmente esquecida pelo planejamento. Demarcar áreas verdes de conservação na região do maciço da Serra da Misericórdia, entre as baixadas de Inhaúma e Irajá e sanear a AP3.

Sobre a mobilidade, foi bem recebida a ideia dos eixos transversais. Entretanto, não ficou claro para os membros sobre quais modos serão incentivados nesses corredores transversais, se individuais ou coletivos. Houve, também, preocupação em trazer as ligações transversais para os outros municípios da periferia, o que foi chamado, por um dos participantes de Caminhos Metropolitanos.

Entre as propostas, estão a de estender o ramal Santa Cruz até Itaguaí, não com o propósito de adensar esse trecho, mas de facilitar o deslocamento dos trabalhadores àquela região. Outro ponto importante foi o de incentivar a criação de uma rede de transportes, na qual os diversos modos – incluindo o transporte alternativo – trabalhem em complementaridade, não em concorrência.

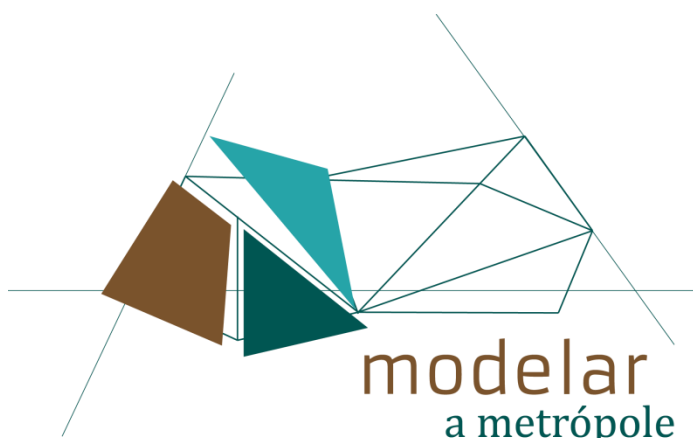
Sobre a região Oeste Fluminense 2, os maiores desafios apontados foram a recuperação do manguezal de Jardim Gramacho e o abastecimento da Região das Cavas. Já para o município de Itaguaí, foram propostas as seguintes medidas: consolidação de uma centralidade de uso misto em Itaguaí, reativando a linha ferroviária, sem incentivar o adensamento; esticar a Transbaixada até Bangu; conter o espraiamento e a ocupação do Aquífero de Guaratiba com regulamentação de usos adequados etc.

Para a região Leste Fluminense, foram identificadas diversas regiões na orla da Baía de Guanabara, especialmente no município de São Gonçalo, que poderiam ser utilizadas para alavancar o turismo na região. A valorização dessas áreas poderia estar associada à criação de linhas hidroviárias específicas para turismo. Também foi indicado que essas áreas devam ser avaliadas com vistas a evitar conflitos com estaleiros já instalados na região e com regiões de maior densidade. Também foi ressaltada a importância de integração institucional não só entre os municípios, como entre as entidades do governo do estado para que a proposta seja eficaz.

Tornou-se consenso que o projeto que altera o traçado do arco metropolitano, convergindo para além da área urbanizada de Itaboraí é positivo para o desenvolvimento da região leste, pois é mais eficaz em limitar o espraiamento.

As perspectivas de projetos futuros como do COMPERJ e do porto de Jaconé foram vistos com ressalvas pelos participantes. Eles foram considerados uma boa ferramenta para dinamizar a região e equilibrar a receita e as oportunidades na Região Metropolitana. Porém, devido à escala e aos recentes problemas com a construção do COMPERJ, como os congestionamentos em Itaboraí devido à massa de trabalhadores que o município teve de aportar, destacou-se que as cidades devam estar preparadas com uma rede de conexões e áreas destinadas para aportar essas massas, desde a concepção dos projetos.

Por fim, outras duas questões abordadas foram a necessidade de descentralizar as oportunidades de empregos e a oferta de serviços e a importância de se conectar os municípios do eixo leste entre si. Os presentes ressaltaram a dificuldade de conseguir vagas no ensino superior nos municípios do leste da Região Metropolitana, e que outros municípios como São Gonçalo, com população superior a um milhão de habitantes, não possuem sequer uma universidade. Como possível solução para o desaquecimento da economia dos municípios locais, foram sugeridos investimentos que melhorem as conexões dos municípios de Maricá e Itaboraí. Mas essa proposta foi dada com a ressalva de que antes é preciso resolver problemas mais urgentes, como a própria conexão entre Niterói e São Gonçalo.



Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado  
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



jaime lerner  
arquitetos associados

